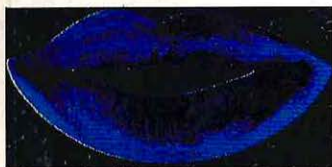


sua boca, fundamental



contra os fundamentalismos

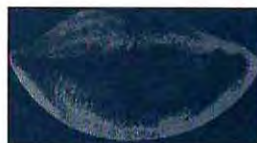
SUA BODH

YO MOW, IDAME!



Articulação Feminista MARCOSUR

sua boca fundamental



contra os fundamentalismos



© Articulação Feminista MARCOSUR
Dezembro, 2002 - Montevideo, URUGUAY

Editado por: Cotidiano Mujer
San José 1436 - 11.200 Montevideo, Uruguay
cotidian@cotidianomujer.org.uy

Coordenação editorial: Lucy Garrido

Desenho gráfico: Lilián Abracinskas

Correção: Elena Fonseca

Traduções: Denise Leaman, Alicia Maruca, Sergio Augusto Silveira, Silvana Pissano

Fotos: Claudia Ferreira

Agradecemos a colaboração da Articulação de Mulheres Brasileiras

Impresso em: Rosgal

ISBN: 9974-7509-9-7

Dep. Legal N° 322756/03



Sumário

Caderno de Navegação	pág. 7
Feministas no Fórum <i>Lilián Celiberti - Virginia Vargas</i>	pág. 11
Na Mira dos Fundamentalismos <i>Giulia Tamayo</i>	pág. 25
Mercado: mito racional e anti-utopia <i>Angela Ganem - Hildete Pereira de Melo</i>	pág. 29
Uma dívida de sangue <i>Sueli Carneiro</i>	pág. 39
O fundamentalismo e a Igreja Católica Romana <i>Frances Kissling</i>	pág. 49
Campanha - SUA BOCA, FUNDAMENTAL	
Contra os Fundamentalismos	pág. 57
Testemunhos - VOZES DE MULHERES	
"Me neguei a que me consolassem..." <i>Vivian Imogbo - Nigéria</i>	pág. 65
"Outra maneira de amar é possível" <i>Anna Leah Saravia - Filipinas</i>	pág. 67
"É ordem de Deus" <i>Suzanne Pharr - Estados Unidos</i>	pág. 73
"Uma tragédia esquecida" <i>Mariam Rawi - Afeganistão</i>	pág. 77
"Antes que a casa de pedra caísse" <i>Sharon Shenhaw - Israel</i>	pág. 81
"Você pode comer ... está limpo" <i>Creuza Maria Oliveira - Brasil</i>	pág. 85
"Já sei como é a Terra Prometida" <i>Rosa Muraro - Brasil</i>	pág. 89
Workshop: FRONTEIRAS AMPLAS E ESTRANHAS	
"Ñanduti, oñondivepá" <i>Ramona Alvarez Fleitas</i>	pág. 95
Sujo, perigoso, difícil <i>May-an Villalba</i>	pág. 101
Workshop: SEXO, MENTIRAS É COMERCIO INTERNACIONAL	
Algumas verdades	pág. 109



Caderno de Navegação

As relações políticas que possibilitaram o surgimento da Articulação Feminista MARCOSUR, formaram-se no processo de avaliação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing+5) e, portanto, a construção desta se baseia numa forte trajetória de trabalho conjunto. Constróem-se num processo de atividades e debates que permitiu aprofundar acordos políticos, definir um campo de objetivos afins e firmar confiança e respeito, ampliando o horizonte e abrindo espaços concretos de atuações conjuntas.

A partir desse acúmulo de experiências e ferramentas políticas, várias organizações, coordenações nacionais e redes do Uruguai, Brasil, Chile, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru, reunidas em Montevidéu em setembro de 2000, constituíram esta iniciativa, com três objetivos fundamentais, que são:

- Incidir politicamente no debate e construir uma integração que amplie as cidadanias e aprofunde a democracia.
- Fortalecer os espaços de articulação entre os movimentos sociais e, em particular, reforçar e incidir, a partir da presença feminista nestas áreas, em toda a sociedade. Sua preocupação está centrada na vertiginosa concentração de poder e riqueza que agrava as desigualdades, a exclusão e a discriminação, e se expressa de forma acentuada em fundamentalismos religiosos, econômicos, culturais e políticos.
- Consolidar a Articulação Feminista MARCOSUR como uma corrente de pensamento ativo que alimente a organização regional, com base nos processos organizativos nacionais, para potencializar a participação política das mulheres nos processos de integração e na defesa dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Com estes objetivos, a participação da AFM no I Fórum Social Mundial desde o seu início, foi uma consequência lógica. Neste, foram organizadas e/ou incentivadas diversas oficinas (*"Agendas sociais na integração regional do MERCOSUR"*, *"A ALCA, interessa às mulheres?"* e *"Perspectivas feministas diante da globalização"*) e um protesto público contra a primeira medida do governo Bush (*"Lei Mordaça"*, que proíbe o financiamento de projetos que defendam a descriminalização / legalização do aborto), que inaugurou o uso das grandes escadas do prédio sede do Fórum como cenário de todas as demonstrações posteriores. O protesto foi difundido em vários meios da imprensa internacional.

No II FSM, a AFM voltou a convocar e/ou apoiar oficinas (*"Mulheres migrantes: fronteiras amplas e estranhas"* e *"Sexo, mentiras e comércio internacional"*) e passou a integrar o Conselho Internacional do FSM, contribuindo na organização do evento realizado em 2002 como um todo e ainda se responsabilizando pela coordenação do Painel Central *"Combate à discriminação e à intolerância"*.

Além disso, convencida de que não só *"Outro mundo é possível"*, mas também de que esse deve e pode ser melhor, a AFM implementou a campanha *"Contra os fundamentalismos, o fundamental é a gente.."*

SUA BOCA FUNDAMENTAL

Religioso, econômico, científico ou cultural, o fundamentalismo sempre é político e prospera em sociedades que negam a humanidade na sua diversidade, e que legitimam mecanismos violentos de sujeição de um grupo sobre outro, de uma pessoa sobre outra. Essencialmente excludentes e belicosos, os fundamentalismos minam a edificação de um projeto de Humanidade no qual todas as pessoas tenham o direito a terem direitos, sacrificando, num cúmulo de perversidade, a vida das mulheres.

8 Esta campanha busca "amplificar as vozes" que se opõem às práticas, discursos e representações sociais discriminatórias. Incluiu os testemunhos diretos de mulheres de Israel, Palestina, Estados Unidos, Afeganistão, Filipinas, Nigéria e Brasil, que viveram e vivem o fundamentalismo na própria pele. Estas vozes inspiraram o slogan SUA BOCA, FUNDAMENTAL CONTRA OS FUNDAMENTALISMOS. Partindo desta "idéia-força" se produziram diversos materiais (documentos, pastas, folhetos, camisetas, broches, standartes) e no dia 02/02/02 às duas horas da tarde, a maior passeata jamais feita dentro do Fórum - com apitos, matracas, cornetas e buzinas. A AFM organizou tamanho barulho, que este se transformou no "barulhão" das pessoas contra os fundamentalismos.

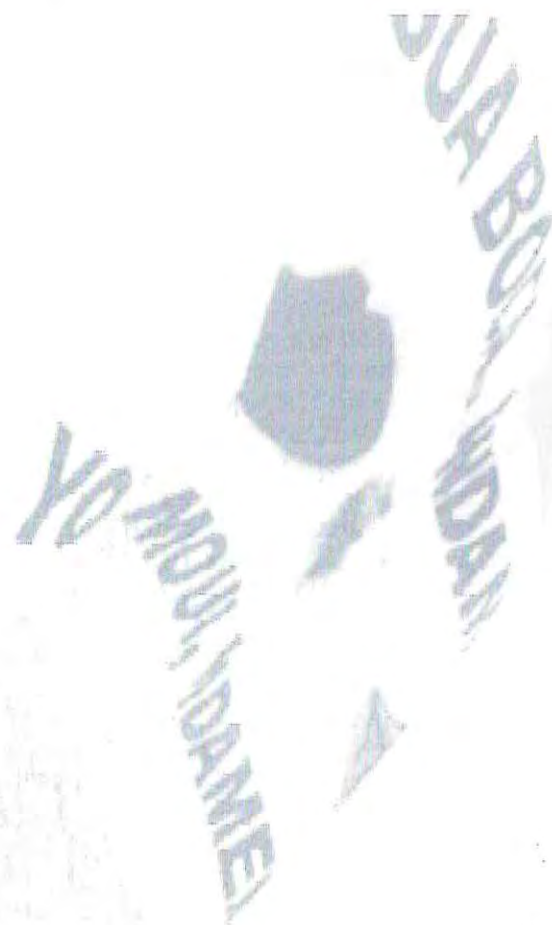
Foram estas mesmas pessoas que, como participantes da passeata inaugural do FSM, se vestiram com camisetas e máscaras com bocas azuis, vermelhas e amarelas. Todas estas pessoas que chegavam ao espaço onde se faria a abertura formal, foram recebidas por dezenas de garotos e garotas que, em cima de pernas de pau, distribuíam uma "Ajuda humanitária" muito especial.

Todas elas ainda, enquanto escutavam o discurso dos oradores convidados para a abertura do Fórum, olhavam para um enorme balão vermelho e branco com grandes bocas pintadas, fazendo várias tentativas de ganhar altura, mas tornando a cair. Como se isso de vencer ao fundamentalismo fosse uma tarefa impossível.

E é por isso mesmo: o fundamental é a gente. As mulheres começaram a se aproximar e, a cada tentativa, o balão se elevava mais um pouco. E caía novamente. Vieram vários palhaços para soprar e lhe dar força, e voltou a cair. Então vieram crianças ajudar e continuou chegando mais e mais mulheres, muita gente, até que, justamente quando o sol estava se pondo, o balão se ergueu bem alto, como que dizendo: "Viram? É possível!"

Sim, é possível.







Feministas no Fórum

Lilián Celiberti - Virginia Vargas

A experiência adquirida desde o primeiro Fórum Social revelou potencialidades para colocar em discussão os principais desafios do mundo, e impulsionou um processo que contribuiu para o enriquecimento das articulações e abriu caminho para a formulação de propostas. Como espaço em construção, o FSM está sujeito a *"interpretações e pressões acerca do seu sentido e seu futuro. É um espaço para debate de idéias, propositivo e ao mesmo tempo de mobilização, ação e luta. É um espaço de contestação que manifesta inconformismo. Ali se reúnem os organizados, mas também é um espaço aglutinador de todos os que desejarem fazer parte deste processo, sem precisar identificar-se por organização, filiação ideológica ou partidária. O FSM é um espaço democrático, aglutinador de forças progressistas coletivas e individuais"*, como definiu Sérgio Haddad.

"Trata-se de um espaço aonde os protestos juntam-se às esperanças, e o desassossego alia-se à construção de alternativas. No FSM se encontram os integrantes do Movimento dos Sem Terra com os que vivem sem casa para morar, os movimentos indígenas e os afro-descendentes junto com os jovens e economistas, os transexuais e as feministas. No Fórum se encontram os que dão massagens holísticas e os acadêmicos, os que lutam contra os produtos transgênicos e os que são transgênero. Os hindus, muçulmanos, judeus, católicos junto com sindicalistas e pessoas que promovem o esperanto como língua universal". (Lucy Garrido, 2002) .

Esta diversidade revelará, desde o primeiro momento, que seus alcances não são fáceis de sintetizar, e o que é ainda mais importante: que qualquer pretensão de fazê-lo implica em um risco de empobrecimento e freia seu próprio desenvolvimento. O debate público organizado entre "o Fórum de Davos e o Fórum Social Mundial" expressou, de alguma forma, estas dificuldades.

Para avançar na idéia de processo de confluência, o Comitê Organizador propôs a criação de um Comitê Internacional que *"mundialize o Fórum"* e as bases para uma Carta de Princípios que estabeleça pautas e fronteiras do

espaço a se construir. A “Carta de Princípios” definida no Comitê Internacional do FSM estabelece um marco de pluralidades, diversidades e reconhecimentos como eixo para multiplicar e ampliar o espaço do Fórum. Ao considerar que o FSM não é só um evento, mas também, e principalmente, um processo cujo ganho fundamental é, justamente, ser percebido como processo coletivo de redes, coalizões, campanhas, alianças e movimentos, que coloca no campo social a esperança de construir novas culturas políticas.

Sem caráter decisório, sem maiorias ou minorias, começa a se consolidar um espaço diverso, plural, não governamental, não confessional, descentralizado, mobilizador e sem nenhuma pretensão de representar todas as iniciativas impulsionadas por uma sociedade civil global em formação. *“Ninguém estará autorizado a expressar, em qualquer dos encontros, posições que pretendam ser representativas de todos os participantes(...)”. O Fórum, portanto, não se constitui em uma instância de poder a ser disputado pelos participantes de suas reuniões, nem pretende se constituir na única alternativa de articulação ou ação das entidades e movimentos que nele participam*. A Declaração de Princípios estabelece também um limite para a participação: *“Não devem participar do fórum representações partidárias e nem organizações militares”*.

Estes princípios constituem um marco fundamental para o desenvolvimento do debate político. Contudo, na medida em que o Fórum cresce como espaço simbólico, a tentação de “capitalizar” – no sentido mais tradicional do termo – um tão vasto movimento se expressa principalmente em debates que adquirem uma formulação organizativa, mas que são na realidade o grande debate político do momento atual.

Impacto da globalização nos “sujeitos feministas”

“(Os fundamentos deixam claros...) os esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos colocar, perceber, identificar e rotular os acontecimentos na vida cotidiana e num mundo mais amplo. São estes marcos que dão significado a eventos e acontecimentos, dão sentido ao mundo organizando a experiência e orientando as ações individuais e coletivas. Os marcos são as metáforas, representações simbólicas e chaves cognitivas que modelam os comportamentos e ajudam a avaliar os acontecimentos...É claro que estes marcos não são permanentes ou estáveis. Tampouco são fruto do consenso ou únicos”(Jelim, p. 7).

Neste novo contexto, os movimentos se confrontam com tendências ambivalentes. A globalização favorece tendências homogeneizadoras, reestruturando as sociedades e as formas com as quais os indivíduos se relacionam com as mudanças estruturais e subjetivas (Marchand e Sisson, 2001). Produzem-se fragmentações e rearticulações numa nova forma organizativa, o que Castells chamou de “sociedade de redes”, com conexões amplas e cosmopolitas. Este domínio de redes tem uma *“...multiplicidade assustadora de combinações de bens tangíveis e intangíveis...que fluem através de uma perspectiva de laços e canais identificáveis que se interconectam aos grupos sociais através de todo o mundo. As interações no domínio das redes abrangem toda classe de organizações...cujas inter-relações criam complexas combinações de redes de redes entrecruzadas, sobrepondo-se*



umas às outras em constante transformação". Desta forma, se geram novas conexões, novos canais e novos laços, destruindo os antigos e sofrendo, neste processo, inúmeras mutações e evoluções (Sagasti, p. 21-22).

Neste concerto de conexões e entrecruzamentos, os movimentos sociais vêm modificada a própria existência e se expressam de forma diferente, não como atores unificados e nem só como movimentos de conteúdo plural: expressam-se mais como um "campo de atores" amplo, diverso e em permanente crescimento e transformação (Elizabeth Jellin, 2001). Outras autoras, como Sonia Álvares, reconceitualizam os movimentos sociais (referindo-se aos feminismos) como um campo discursivo, expansivo, heterogêneo, que vai gerando campos de ação de múltiplos centros que se estendem sobre um conjunto distinto de organizações da sociedade civil (Álvarez, em Escobar, p. 6), construindo públicos alternativos que resignificam e confrontam os sentidos políticos culturais dominantes na sociedade.

Neste campo heterogêneo, as formas de resistência variam. Multiplicam-se os pontos de intervenção conectando e coordenando a vontade coletiva de milhares através de intercâmbios eletrônicos. As identidades se tornam "nômades" (Braidotti, em Eschle, 2001 p. 209), porque se mobilizam permanentemente, evitando a fixação em uma só. Salvo nos fundamentalismos, nos quais o medo da exclusão se expressa numa busca permanente de certezas (Melucci, 1999) através do posicionamento de uma única identidade como verdadeira e excludente.

Os feminismos chegam a este processo global também de forma diferente em relação àquela do passado. Ou seja, não partindo de uma identidade única, não de uma hipotética "*irmandade feminista global*", que descontextualiza e despolitiza seu presente ao nomear uma forma compartilhada e hegemônica de ser mulher. Nem a uma única forma de se posicionar como feministas. Os marcos simbólicos e discursivos são muito mais amplos e móveis. Nesta realidade, na qual a diversidade e a heterogeneidade são as que primam, talvez não seja tão importante um programa definido e pactuado de transformações políticas, sociais e econômicas, mas sim a explicitação e combinação das agendas a partir de coletivos diversos e de múltiplas autonomias. Qual seria então a forma de unidade coletiva que permite respeitar e incrementar as diferenças? As formas de organização demasiado rígidas e pesadas não respondem à exigência de uma individualidade de perfis abertos. Talvez estejam surgindo novas formas em relação ao coletivo, mais flexíveis, leves e fugazes.

*Qual seria então a
forma de unidade
coletiva que permite
respeitar e incrementar
as diferenças? As
formas de organização
demasiado rígidas e
pesadas não
respondem à exigência
de uma individualidade
de perfis abertos.
Talvez estejam
surgindo novas formas
em relação ao coletivo,
mais flexíveis, leves e
fugazes.*

Nesta perspectiva é que podemos analisar as mudanças nas orientações e nas formas de organização das lutas feministas no global. Ainda que as formas de organização dos feminismos como movimento nunca tenham sido demasiado centralizadas e nem hierárquicas, esta tendência começa a se acentuar e a ser um perfil comum dos movimentos sociais por uma globalização alternativa, acentuando mais a falta de estrutura centralizada, para dar lugar a articulações e iniciativas flexíveis que agrupem combinações de redes com múltiplas dinâmicas.

Muitas destas dinâmicas feministas na América Latina começam a se orientar no sentido desta nova realidade. O Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (o IX num continuum desde 1981) terá como eixo a globalização. Isto é mais do que significativo, na medida em que, neste espaço dos encontros, os feminismos regionais assumem as suas próprias diversidades, avanços, expressam suas descobertas, suas buscas, seus obstáculos e novas subjetividades, ou seja, novos e múltiplos caminhos de reflexão e ação. Ao mesmo tempo, redes globais como DAWN ou AWID, Mulheres vivendo sob leis muçulmanas, vêm convergindo já há algum tempo para esta nova realidade, em articulação também com esta dimensão global que é a região latino-caribenha.

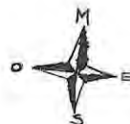
14

De todas estas novas dinâmicas e espaços, interessa-nos analisar a incidência feminista no Fórum Social Mundial, espaço plural e com propostas para uma globalização alternativa, para onde confluem muitas das novas estratégias e preocupações dos movimentos sociais globalizados, como o feminismo. Trata-se também de um complexo espaço para alianças com outros movimentos cuja orientação visando os feminismos nem sempre é de reconhecimento.

Os feminismos no Fórum Social Mundial

“Outro mundo é possível” é o lema do Fórum Social Mundial. Observando de uma perspectiva feminina a tarefa é muito mais gigantesca do que parece. Sem dúvida, estamos incomodando o pensamento único dominante. Mas, estamos nos incomodando, nós mesmos, com nosso machismo, racismo e outras intolerâncias? A especificidade do FSM é estabelecer o diálogo entre os diversos. Isto dá originalidade e força ao Fórum na construção de uma globalização das cidadanias no planeta Terra. No entanto, o caminho é longo e cheio de obstáculos. Espero que as mulheres nos tornem radicais, atuando como até agora: fazendo cobranças e incomodando” (Cândido Grzybowski, 2002).

A presença dos feminismos no FSM é um aporte e um desafio. As mudanças nas subjetividades têm surpreendido os feminismos e as suas agendas de transformação, reincorporando a eles as “agendas esquecidas” ou enfraquecidas no longo percurso em direção ao fortalecimento institucional. Agendas que buscam integrar a justiça de gênero com a justiça econômica, recuperando ao mesmo tempo a subversão cultural e a subjetividade como estratégia de transformação de maior alcance.



A esta luta por justiça, os feminismos começam a incorporar a diversidade não só na vida das mulheres, mas também na sua estreita relação com as características multiculturais e pluriétnicas de nossas sociedades, sem abandonar as lutas históricas pela autonomia física, socio-econômica, política e cultural. Estas lutas expressam dois tipos de injustiça: a socio-econômica, enraizada nas estruturas políticas e econômicas da sociedade, e a injustiça cultural ou simbólica, enraizada nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Ambas injustiças atingem as mulheres em variadas dimensões como a racial, étnica, sexual, geográfica. Expressas numa desigual distribuição de recursos e na ausência de valorização, se concretizam na luta pela redistribuição e pelo reconhecimento. E ainda que não tenham sido lutas que estivessem sempre interligadas, ambas o estão intrinsecamente, *"...porque as normas androcêntricas e sexistas se institucionalizam no estado e na economia, e as desvantagens econômicas das mulheres restringem a "voz" delas, impedindo sua igual participação na criação cultural"* (Fraser, 1997, pp. 33).

Os feminismos levam também ao FSM o que tem sido uma prática intrínseca a sua própria existência e desenvolvimento: suas articulações internacionalistas, acumuladas ao longo de trinta anos de existência, na sua segunda onda. Como diz Waterman, não há dúvida de que as pensadoras feministas dos anos 70 e 80 se somam ao movimento de justiça global, tanto pela experiência internacionalista quanto pelo fato de que *"muito desta reflexão sobre o novo momento...e comportamento...pode ser identificado desde as práticas feministas internacionais anteriores"* (Waterman, 2002, p. 5).

Mas as condições para este internacionalismo têm variado dramaticamente. As lutas pelo reconhecimento foram o eixo articulador deste internacionalismo nas décadas passadas. Não poderia ser de outra forma porque os feminismos deviam sair da invisibilidade e manifestar sua presença e suas propostas. Não se pode perder esta dimensão. Entretanto, são outros os marcos interpretativos para a ação e outros os riscos e oportunidades. Os atores preexistentes e os novos que vão aparecendo têm como desafio se posicionar propositada e articuladamente frente a esta nova realidade, a qual não deixa escolhas: para consolidar o reconhecimento é necessária a redistribuição, e para que esta seja justa e inclusiva é preciso reconhecimento. Como diz Jelin, quem não considerar esta nova realidade *"será deixado para trás e perderá o trem da história"*.

Nesta tentativa de não ficar fora da História, têm aparecido muitas articulações e iniciativas em torno dos novos desafios trazidos pela justiça

*Este desafio é lançado
também ao movimento
feminista, disperso por
mil redes e espaços
diferentes, com
dificuldades para se
reconhecer a si próprio,
como acontece com
todos os movimentos
sociais e que precisa
também se tornar visível
e se reconhecer*

econômica e as políticas de reconhecimento, considerando também as novas dinâmicas e formas de existência dos feminismos. Por exemplo, está sendo desenvolvida uma rica reflexão sobre as dinâmicas macroeconômicas, macropolíticas e sobre o próprio processo de globalização, baseada nas mesmas intervenções feministas nestes âmbitos e na interação do global com o local.

Há novas formas de articulação, mais flexíveis e horizontais (Iniciativa Feminista Cartagena e Articulação Feminista Marcosur, para citar duas das mais recentes, que por sua vez agrupam um conjunto de ativas redes e organizações), com maior capacidade de reflexão e de proposta, e que começam a produzir análises mais finas sobre os impactos de gênero destes processos e mega-tendências trazidas pela globalização. Há também outras formas de articulação feminista: globais e inclusivas como a Marcha Mundial de Mulheres, com as quais existe uma interação permanente das demais redes e uma ativa militância de muitas latino-americanas. Além da contribuição de algumas redes históricas, como DAWN, a esta nova realidade. Em todas estas articulações há um conjunto significativo de feministas jovens, diversificando lideranças individuais e coletivas. Estas novas articulações, presentes no FSM, causaram um forte impacto e conseguiram colocar as perspectivas feministas nas agendas centrais do Fórum, com presença feminista nos mais importantes debates (DAWN, 2002).

16

No entanto, junto com este reforço substancial, há o desafio que este espaço representa para os feminismos. Ao mesmo tempo em que flexibiliza, nos traz as velhas exclusões consigo. Construído a partir de novas perspectivas e sensibilidades, o FSM expressa também os eixos de discriminação e exclusão em relação às mulheres. O FSM representa uma articulação dialética entre o movimento de justiça global e o movimento feminista em particular (Waterman, 2002).

Esta articulação não é fácil, como diz Sonia Correa, porque precisa de uma dupla estratégia: comprometer-se com as lutas coletivas dos movimentos sociais e ao mesmo tempo tentar transformar sua perspectiva em relação ao feminismo, à diferença, ao gênero e aos pensamentos múltiplos (Correa, 2001). Portanto, existem no Fórum processos de articulação e processos de disputa. E isso tem sido claro desde o primeiro e o segundo Fórum: a presença e visibilidade dos feminismos no II Fórum, ainda que não suficiente, foi muito mais visível e marcante que no primeiro, graças à tenacidade da disputa planejada pelos feminismos, assim como ao trabalho incansável dos feminismos brasileiros.

A integração da Articulação Feminista Marcosur ao Comitê Internacional do FSM introduz também uma dinâmica mais concreta de debates, tanto no que diz respeito ao político específico como à dedicação de esforços no sentido da construção do espaço. *“Como Articulação Feminista Marcosur, privilegiamos o FSM porque é um espaço político em pelo menos três sentidos que nos são fundamentais: um deles é o de que desejamos que a agenda feminista (subversão simbólico-cultural, os direitos sexuais, a equidade...) faça realmente parte da agenda pela justiça econômica e o aprofundamento da democracia; outro é que, para conseguirmos isto, devemos travar batalha no interior mesmo do Fórum, disputando conteúdos e sendo subversivas também nele; e finalmente porque o Fórum é o amplificador de nossos próprios discursos, como foi provado na campanha ‘Tua boca é fundamental contra os fundamentalismos’, que em Porto Alegre foi acompanhada ativamente por outros movimentos e redes de mulheres, por jovens, sindicalistas, etc. E criticada também pelos que diziam que estávamos fazendo o jogo de Bush, que as bocas eram muito eróticas e que, portanto, estávamos usando um símbolo demasiado*



“light”, ou que materiais dessa qualidade deviam estar sendo financiados pela CIA” (Lucy Garrido, 2002).

O Comitê Internacional também é um cenário da disputa de *“interpretações e pressões em torno de seu sentido e de seu futuro”*, como assinalou Sérgio Haddad. Para alguns atores, o Fórum Social Mundial é um espaço de confluência da luta antiglobalização, na qual se pode articular uma agenda de mobilizações globais. Para outros, o FSM é um espaço plural para se compartilhar e articular alternativas democráticas e democratizantes. Nós, feministas, estamos aí para participar deste debate? Temos algo específico a acrescentar?

Em algumas discussões organizativas e políticas temos nos expressado contrárias a qualquer iniciativa tendente a criar uma coligação internacional que atua em nome de um amplo e genérico movimento global, algo assim como uma *“Internacional com novo signo”*. Por trás desta posição há uma acumulação de experiências políticas feministas e uma postura teórica que atribui a um espaço desta natureza a oportunidade para o desenvolvimento de novas culturas políticas que só poderão ser construídas no diálogo entre os diferentes movimentos. Como diz Cândido Grzybowski: *“Estamos diante da necessidade de radicalizar a perspectiva dos direitos humanos de todos os humanos como prioridade fundamental para dar conta de uma nova consciência da humanidade. Romper com o divórcio entre economia e sociedade, entre economia e natureza, entre natureza e sociedade são tarefas centrais para a construção de uma agenda global promotora de uma cidadania planetária (...). A especificidade do Fórum Social Mundial reside exatamente na capacidade de construir um espaço de encontro, diálogo e intercâmbio entre redes, movimentos, baseado no respeito e fortalecimento da sua própria diversidade e autonomia”*

Este desafio é lançado também ao movimento feminista, disperso por mil redes e espaços diferentes, com dificuldades para se reconhecer a si próprio, como acontece com todos os movimentos sociais e que precisa também se tornar visível e se reconhecer. Em algumas das oficinas onde foram abordados os novos desafios feministas, se destacaram as dificuldades e problemas que ainda persistem nos espaços de articulação entre diferentes movimentos. *“As feministas sempre trataram de influenciar na agenda dos movimentos sociais e políticos progressistas para mudar a perspectiva destes movimentos. Contudo, sabemos que resta ainda um longo percurso para que a inclusão da perspectiva feminista seja uma realidade”*. *“Não queremos que o FSM se torne um assunto dominado pelos homens: é necessária a liderança feminista*

Construir a tolerância e o respeito dos diferentes interesses presentes no FSM é uma das principais estratégias para avançar na formulação de alternativas e é, talvez, o verdadeiramente novo que propõe um espaço como o FSM.

e a construção de alianças". Ana Irma Rivera, na mesma oficina, assinala que "As mulheres, em termos gerais, não somos vozes presentes nos temas econômicos e nem de finanças. Entendo que estes temas se identificam como masculinos, não só em termos das vozes mas também dos conteúdos. Ou seja, que o problema das ausências femininas não se resolverá só com a chegada de mais mulheres à discussão dos temas econômicos e de finanças mas também se faz necessário que estes temas sejam vistos na perspectiva de gênero".

Para Sylvia Borren, o tema central se situa na necessidade de pensar alternativas globais e potencializar lideranças feministas. *"Acho que chegou a hora de muitas de nós (além das que atualmente já o fazemos) tomarmos uma séria responsabilidade para dar forma a nosso mundo nos níveis micro, médio e macro. Em outras palavras, dar um passo a mais no feminismo, no movimento feminista e na liderança feminista; chegou a hora de nos preocuparmos não só pela forma de vida das mulheres, mas também pela qualidade de vida dos homens, mulheres e crianças num sentido mais geral; de nos preocuparmos em achar soluções para as tensões e conflitos no mundo, de assumir a liderança em organizações, de buscar formas de fazer que nossas vidas e nosso mundo sejam mais inclusivos e diversos".*

Um espaço global dos movimentos sociais: desafios e tensões

18

Para cada pessoa que participou do Fórum, a criatividade, o respeito e a diversidade constituem o patrimônio mais elevado da experiência subjetiva vivida durante esses cinco dias nessa espécie de torre de Babel de línguas, cores, imagens, gestos e símbolos. Por trás destas múltiplas experiências se abre um debate substantivo acerca das estratégias e objetivos do próprio Fórum.

No FSM não existe uma estrutura centralizada. *"Pelo contrário, Porto Alegre é uma coligação muito flexível de movimentos transnacionais, nacionais e locais, com múltiplas prioridades unidas em sua oposição à ordem neoliberal. E estes movimentos, em sua maioria, não estão buscando o poder do Estado e, se o estiverem buscando, o fazem partindo de que esta é só uma tática entre outras, mas não a mais importante. Temos dito o suficiente sobre as fortalezas de Porto Alegre. É o momento de destacar as suas fraquezas. As fortalezas do FSM são as suas próprias debilidades. A falta de centralização pode tornar difícil coordenar táticas para as batalhas mais duras que temos pela frente. E teremos que ver também o quanto é grande a tolerância para com todos os interesses que se representam, a tolerância para as prioridades de uns e de outros" (Wallerstein, 2002).*

Construir a tolerância e o respeito dos diferentes interesses presentes no FSM é uma das principais estratégias para avançar na formulação de alternativas e é, talvez, o verdadeiramente novo que propõe um espaço como o FSM. Nenhuma centralização organizativa e nenhuma agenda de mobilizações poderá encurtar os caminhos que se devem trilhar para garantir o diálogo entre as diversas prioridades dos movimentos. As fortalezas e fraquezas que se expressam nesta iniciativa e as diferenças explícitas e implícitas que são expressas pelas diferentes correntes de pensamento fazem parte do debate de fundo que o Fórum propõe enquanto espaço de confluência. Do nosso ponto de vista, o problema central da articulação dos movimentos sociais não é organizativo, mas



sim político e conceitual. E o desafio, como defende Boaventura de Souza Santos, *"está na capacidade de formular problemas novos para os quais não existe solução, ou ainda não existe solução"* (2001, 36).

Pensar "outro mundo possível"

Um desafio que motiva os espaços de articulação é, em primeiro lugar, o reconhecimento de cada um ou cada uma como ator/atriz legítimo/a desta busca. Seria ilusório pensar que este reconhecimento seja um ato imediato e "natural" de nossas "aspirações humanistas". O reconhecimento do outro/a como ator/atriz da construção de um espaço democrático não está fora das relações hierárquicas de poder construídas socialmente, nem da tensão inerente à definição do "nós - outros".

A política, diz Chantal Mouffe, *"tem que ver com a ação pública e a formação de identidades coletivas. O objetivo desta é a criação de um 'nós' num contexto de diversidade e conflito. Mas, para construir um 'nós' é necessário diferenciar de um 'eles'". Por isso, a questão crucial de uma política democrática não é saber como chegar a um consenso sem exclusões ou como criar um 'nós' que não tivesse um 'eles' como correlato, mas sim como estabelecer esta discriminação nós/eles de uma maneira que seja compatível com a democracia pluralista"*.

Neste sentido, *"salvaguardar o direito à palavra" e o da "liberdade dos indivíduos e dos grupos para estabelecer o sentido do que são e do que querem ser"* (Melucci, 2001, 57) é a contribuição substancial deste esforço por construir um cenário de atores e atrizes que disputam o significado, as prioridades e os fins da vida em comum.

Em segundo lugar, um espaço de confluência que habilite a tolerância e o desenvolvimento de novas culturas políticas depende também da oportunidade para colocar no debate os esquemas de interpretação e significados que os diferentes atores e atrizes dão às suas utopias e propostas.

O esquema de trabalho e a metodologia de debate proposta para a segunda convocatória do FSM pretendia avançar na aproximação de marcos referenciais entre os diferentes movimentos: uma rede que formularia uma proposta e seria esta a matéria de debate entre os diferentes movimentos. As/os animadoras/es dos painéis deviam promover este debate antes do Fórum, para enriquecer as propostas, detectar as diferenças e carências,

No FSM tem se avançado ainda muito pouco na premissa de pensar os problemas globais da humanidade a partir de uma nova perspectiva emancipadora que integre e articule o público e o privado, as subjetividades e poderes, classe, raça, gênero, opção sexual, para formular novas identidades políticas democratizadoras. Intervir neste debate é um desafio político para as diferentes correntes feministas, a partir do ponto de vista teórico e também da prática política cotidiana.

resgatar outras perspectivas e enfoques. Esta metodologia teve, no entanto, pobres resultados, precisamente porque gerar uma cultura do debate é uma tarefa de longo alcance, que começa pelo reconhecimento, dos outros e outras como legítimos interlocutores de propostas capazes de questionar ou interpelar as posições de outros. Parece que ainda nos interessa mais “mostrar” ou visibilizar as iniciativas ou propostas de cada uma das redes ou grupos do que abrir efetivamente o debate em torno delas.

Por outro lado, cada painel devia contemplar um equilíbrio, seja entre homens e mulheres, como também entre as diferentes regiões do mundo. Na prática, houve painéis mais “femininos” e mais “masculinos”, e isto também parecia estabelecer hierarquias temáticas. Enquanto o painel dedicado ao “Combate à Discriminação” esteve integrado de forma majoritária por mulheres, o de “Democracia Participativa” não contou com nenhuma. Este exemplo, aparentemente menor, denota que o caminho do reconhecimento das atrizes e atores não deixa de ser um espaço de luta aberto a desafios e tensões cuja construção não depende só das declaradas boas intenções.

A perspectiva de construção de novas identidades políticas democráticas pressupõe o reconhecimento de uma *“corrente de equivalência de demandas democráticas”*, no dizer de Mouffe (1993, 102).

20

As propostas emancipatórias impulsionadas pelos diferentes atores sociais se desenvolvem no interior de relações de poder e suas articulações não se dão automaticamente. É possível anunciá-las como um horizonte político democrático, mas construí-las na prática supõe mobilizar conceitualmente as hierarquias de interpretação dos problemas a resolver: economia, política, poder mundial, versus subjetividade, diversidade, discriminação, direitos. Ao abordar os diferentes problemas, parece difícil articular estas perspectivas sem estabelecer uma hierarquia entre os temas. É por isso que muitos intelectuais e políticos homens ainda prescindem da teoria de gênero sem integrá-la às suas perspectivas de análise.

A partir do feminismo vem sendo acumuladas, nas últimas décadas, importantes contribuições teóricas e esforços intelectuais dirigidos ao estudo dos mecanismos de funcionamento das economias nacional e mundial. Neste sentido, Rosalba Todaro e Regina Rodríguez afirmam que estas iniciativas estão permitindo elaborar novas perspectivas de análise. *“Não se trata só de incorporar às mulheres como um ‘tema’ a mais para investigar, mas sim de enriquecer os marcos teóricos e conceituais para conseguir um reconhecimento mais amplo e adequado sobre o funcionamento da economia”* (Todaro, Rodríguez, 2001).

No FSM tem se avançado ainda muito pouco na premissa de pensar os problemas globais da humanidade a partir de uma nova perspectiva emancipadora que integre e articule o público e o privado, as subjetividades e poderes, classe, raça, gênero, opção sexual, para formular novas identidades políticas democratizadoras. Intervir neste debate é um desafio político para as diferentes correntes feministas, a partir do ponto de vista teórico e também da prática política cotidiana.

Para Virgínia Vargas, *“as mudanças nas subjetividades têm influído também nos feminismos e nas agendas de transformação destes, reincorporando-lhes as ‘agendas esquecidas’ ou enfraquecidas ao longo do caminho para o fortalecimento institucional. Agendas que buscam integrar a justiça de gênero com a justiça econômica,*



recuperando ao mesmo tempo a subversão cultural e a subjetividade como estratégia de transformação de mais longo alcance. A esta luta pela justiça, os feminismos começam a incorporar a diversidade não só na vida das mulheres, mas também no estreito relacionamento com as características multiculturais e pluriétnicas regionais que se expressam também em nível global. Estas lutas expressam dois tipos de injustiça: a injustiça sócio-econômica, enraizada nas estruturas políticas e econômicas da sociedade e a injustiça cultural ou simbólica com raízes nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Ambas afetam as mulheres em variadas dimensões, como a racial, a étnica, sexual, geográfica. Expressas na desigual distribuição de recursos e na ausência de valorização concretizam-se nas lutas por redistribuição e reconhecimento.”

Por último, um aspecto central traçado pela existência mesma do FSM é a ampliação do conceito de política, o político e o poder. Ao se constituir como um espaço de encontro e ação dos movimentos sociais para pensar os problemas e desafios da organização atual do mundo, se assume um protagonismo político que amplia o cenário dos que estão convocados e convocadas para tomar a palavra neste debate e propor os assuntos que motivam a busca da felicidade. Quais as novas pontes entre a sociedade e as organizações, as demandas e problemas, diversidade e reconhecimento demarcam este espaço para os setores políticos progressistas? Como abrir e conduzir debates entre os movimentos e os partidos sem cooptações ou exclusões? Será possível encurtar a distância entre as cidadanias diversas e plurais e os espaços de representação política? Que processos são necessários para a democratização dos partidos?

Para as diferentes correntes feministas estes desafios adquirem por sua vez uma dimensão específica, tanto no plano organizativo como no plano político. Sem dúvida o movimento feminista está constituído por diversas tendências, tanto nos espaços organizativos como em interesses temáticos e políticos. Parece necessário um maior grau de articulação entre as diferentes orientações para não seguirem presas, segundo as palavras de Marta Lamas, *“a rivalidades absurdas, pois a lógica da identidade confronta companheiras com múltiplas coincidências políticas só porque pertencem a redes ou instâncias distintas. Estes tropeços são conseqüências da ‘política de identidade’ que age no sentido de que os grupos alimentem inquietações políticas e vitais sem a necessária separação entre fazer e ser (Bondi), e produzam divagações discursivas, falsas oposições e confrontos personalizados...”*

Para Sylvia Borren, *“Necessitamos reconhecer dilemas, contradições, julgamentos difíceis e aprender a negociar entre nós mesmas, aprender a*

*Como fazer da cultura
de direitos um campo
de práxis política?
Como introduzir nos
debates atuais a
dimensão corporal e
sexual da diferença?*

construir alianças onde nossos interesses coincidam, a buscar oportunidades de ganhos reais, a aceitar que podemos ficar de acordo para trabalharmos conjuntamente em planos e metas específicos, sem concordar totalmente em todas as coisas”.

As alianças entre diferentes tendências e agendas feministas poderiam articular-se em torno de como transformar o debate global sobre as alternativas num debate de “*equivalências de demandas*” e as múltiplas estratégias a implementar para enfrentar três desafios básicos: como evitar o dilema pelo qual as “*urgências da crise*”, particularmente a financeira, parece colocar num lugar secundário as considerações de gênero e sua estreita relação com a economia? Como fazer da cultura de direitos um campo de práxis política? Como introduzir nos debates atuais a dimensão corporal e sexual da diferença?

As agendas feministas convocam para o desenvolvimento de novos paradigmas, combinando o local, o nacional e o global, a interconexão de múltiplas agendas e a oportunidade de colocar no debate uma dimensão mais profunda da justiça que integre as justiças econômica, social, cultural e simbólica. Mas que também coloque no debate as formas de fazer política dos próprios movimentos sociais presentes no Fórum.

Estas interações múltiplas entre os movimentos sociais poderiam implicar em algo mais que alianças pontuais ou ações de denúncia, com efeitos significativos nas concepções de autonomia dos movimentos. Parece que neste posicionamento em construção começa a se assentar a percepção de que os assuntos das mulheres devem ser colocados como assuntos políticos democráticos de primeira ordem, que importam a mulheres e homens, e que os assuntos das democracias nos níveis cultural, social, econômico e político devem ser assuntos de competência feminista e integrantes das suas agendas nos planos nacional e global.

A esperança, alentada por estas buscas, está de alguma forma respaldada pela presença ativa dos atores e atrizes sociais que, sem que ninguém os possa autorizar ou censurar, decidem participar a partir de seus sonhos, identidades e propostas.



Bibliografia

AGUITON, CHRISTOPHE 2002 *O Mundo nos Pertence* (Rio de Janeiro: Viramundo).

ÁLVAREZ, SONIA 1998 “Latin American Feminisms “Go Global”: Trend of the 1990’s and challenges for the New Millennium”, in *Cultures of Politics of Cultures re-visioning Latin American Social Movements* (USA: Alvarez, Sonia; Dagnino, Evelina; Escobar, Arturo Editores. WestviewPress). Arditi Benjamín Editor. El reverso de la diferencia. Nueva Sociedad, Caracas 2000.

BERGERON, SUSAN 2001 “Political Economy Discourses of Globalization and Feminist Politics”, in *SIGNS*, Vol 26, Nº 4, Summer 2001, pp 983-1006.

BERMÚDEZ, EMILIA 2001 “Procesos de Globalización e Identidades. Entre espantos, demonios y espejismos. Rupturas y conjuros para lo “propio” y lo “ajeno”, in *Ponencias para la 3ra Reunión del GT Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO): “Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder”* (Caracas) 29, 30 de noviembre y 1 de diciembre de 2001.

BECK, ULRICH, La sociedad del riesgo global. Siglo XXI de España Editores, Madrid 2002.

CAIRO CAROU, HERIBERTO 2000 “Jano Desorientado. Identidades político-

territoriales en América Latina”, in *Leviatán* (Madrid) Nº 79, pp. 107-119.

CASSEN, BERNARD 2001 “Alarma neoliberal ante la oposición mundial. “Ladran, Sancho...”, in *Le Monde Diplomatique* (España) Marzo.

CASTELLS, MANUEL 1999 “Los efectos de la globalización en América Latina por el autor de “la era de la información”, in *Insomnio. Separata Cultural*, (Uruguay) Nº 247, viernes 25 de junio.

CELIBERTI, LILIAN 2001 “Retos para una nueva cultura política”, in *Lola Press* (Uruguay: Lolapress Latinoamérica), Nº 15, mayo - octubre 2001.



COHEN, ROBIN AND RAI, SHIRIN (eds) 2000 *Global Social Movement: towards a cosmopolitan politics* (London: Athlone Press) pp. 18-32.

CORREA, SONIA 2002 "Globalización y Fundamentalismo: Un Paisaje de Género", en *Alternativas de Desarrollo con Mujeres para una Nueva Era. Abordando el Foro Social Mundial*. (Porto Alegre/Brasil: Suplemento DAWN).

DAWN INFORMS 2002 "World Social Forum 2002", en *DAWN Informs. Development Alternatives with Women for a New Era* (Fiji Islands) March.

DE SOUZA SANTOS, BOAVENTURA 1994 *Towards a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York, Routledge.

DE SOUZA SANTOS, BOAVENTURA 2001 "Las lecciones de Génova", en *Venezuela Analítica*, Lunes 13 de agosto, documento de la web.

DE SOUZA SANTOS, BOAVENTURA 2002. Sem Fronteiras "Em busca da cidadania global" en *Porto Alegre 2002*, documento de la web www.portoalegre2002.org

DOCUMENTO DE LA ARTICULACIÓN FEMINISTA MERCOSUR sobre la campaña contra los Fundamentalismos. 2002. Porto Alegre, Brasil

FRANCISCO, GIGI en Vasallo, Martha 2001 "Género y mundialización. Un combate transversal", en *Le Monde Diplomatique* (Francia), abril.

FRASER, NANCY 1997 *Iustitia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición 'postsocialista'* (Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad de los Andes. Facultad de Derecho).

GIDDENS, ANTHONY 1996 "Reflexiones de Anthony Giddens sobre el Proceso de Mundialización" (Extractos de su discurso de apertura en la conferencia de UNRISD sobre Mundialización y Ciudadanía), en *Boletín UNRISD Informa*, (Francia) No. 15.

GIDDENS, ANTHONY, 1994, "Two Theories of Democratization" En *Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics*. Inglaterra.

GRAMSCI, ANTONIO 1988, *Notas sobre el desarrollo: El Estado y la Política. Análisis de la situación y Relaciones de Fuerza*. Juan Carlos Ed. Mexico.

GRZYBOWSKI, CÁNDIDO 1995 *Civil Society's Responses to Globalization* (Rio de Janeiro: Phil Courneyeur editor).

GRZYBOWSKI, CÁNDIDO 2002 "¿Es posible un mundo más femenino?", en *Foro Social Mundial*, 31 enero - 5 Febrero, documento de la web.

GUERRA, PALMERO, José María 2000 "Una Apuesta por un Feminismo Global", en *Leviatán* (Madrid) No. 80, pp 101 116.

GUZMÁN, VIRGINIA, 2001 *Las Relaciones de Género en un Mundo Global* (Documento elaborado por Virginia Guzmán, Consultora de la Unidad Mujer y Desarrollo-CEPAL).

HANNERZ, ULF 1996 *Transnational Connections. Culture, people, places* (London and New York: Routledge).

HARDT, MICHAEL 2002 "Soberanía nacional y militancias en red", en *Clarín* (Argentina: Clarín) marzo, documento de la web.

HELD, DAVID 1995 *Democracy and the Global Order. From the Modern State to Cosmopolitan Governance* (London: Polity Press). PNUD 2000. Informe de Desarrollo Humano, Chile.

JELIN ELIZABETH. 1997. "Los derechos y la cultura de Género" en *La Ciudadanía a Debate*, Hola, Eugenia y Portugal, Ana María Eds. ISIS. Santiago de Chile.

JELIN, ELIZABETH 2001 *Diálogos, encuentros y desencuentros: los movimientos sociales y el MERCOSUR*, documento de la web.

KIRKWOOD, JULIETA 1986 *Ser Política en Chile. Las Feministas y los Partidos* (Santiago de Chile: FLACSO) Khoo, Agnes 2000 . International Feminist Networking: Equality in Differences? Documento de la Web.

MARCHAND H., MARIANNE AND SISSON RUNYAN, ANNE 2000 "Introduction. Feminist sightings of global restructuring: conceptualizations and reconceptualizations", en *Gender and Global Restructuring. Sightings, sites and resistances* (London and New York: Marianne Marchand and Anne Sisson editoras. The RIPE series in Global Political Economy. Routledge).

MASSEY, DOREEN 2000 "The Geography of Power", en *Red Pepper* (London), july.

MELUCCI, ALBERTO 1999 "Esfera Pública y Democracia en la Era de la Información",

en *Metapolítica* (México) Vol. 3, Núm 9, pp57-67.

MELUCCI, ALBERTO, Vivencia y convivencia, teoría social para una era de la información. Editorial Trotta, Madrid 2001.

MÉRIDA JIMÉNEZ. Editor Sexualidades trans-gresoras: Una antología de estudios queer. Icaria, Barcelona 2002.

MOUFFE, CHANTAL. El retorno de lo político. Paidós, Barcelona 1999.

SAGASTI, FRANCISCO R. 1998 "El Surgimiento y los Desafíos del Orden Global Fracturado", en *Agenda: Perú* (Lima - Perú) Octubre. SIGNS 2001 "Editorial", en *SIGNS Journal of Women in Culture and Society* (Chicago: University of Chicago Press) Vol. 26, Nº 4, summer 2001.

SISSON RUNYAN, ANNE AND MARCHAND, MARIANNE H. 2000 "Conclusion. Feminist approaches to global restructuring", en *Gender and Global Restructuring. Sightings, sites and resistances* (London and New York: Edited by Marianne H. Marchand and Anne Sisson Runyan) Vol. 26, Nº 4, summer 2001.

TAMAYO, GIULIA 1997 "La 'cuestión de la ciudadanía' y la experiencia de paridad". Centro Flora Tristán. Documento inédito

THAYER, MILLIE 2001 "Feminismo transnacional: re-leído Joan Scott no sertao", en *Estudios Feministas* (Florianópolis-SC-Brasil), CFH/CCE/UFSC, Vol. 9, Nº 1. p. 126

TODARO, ROSALVA 2002 *El género en la economía global*, documento presentado al Panel Regional de Desarrollo, Globalización, Mercados y Derechos. La Perspectiva de las Mujeres, organizado por Iniciativa Feminista de Cartagena en el Foro Social Mundial, 3 de febrero.

TODARO, ROSALVA; RODRIGUEZ, REGINA, editoras. *El Género en la economía CEM-ISIS Ediciones de las mujeres* No 32. Chile 2001.

VARGAS VALENTE, VIRGINIA 1999 "Ciudadanías Globales y Sociedades", en *Nueva Sociedad* (Caracas) Nº 163, septiembre - octubre.

WATERMAN, PETER 1998 *Globalization, Social Movements and the New Internationalisms* (Londres y Washington: Mansell).

WATERMAN, PETER 2002, *After the 2nd World Social Forum in Porto Alegre: What's Left Internationally?* (inédito).



Na Mira dos Fundamentalismos

Giulia Tamayo

Na primeira década do século XX um grupo protestante nos Estados Unidos, que sustentava uma verdade literal da Bíblia, lançou uma folha de publicação periódica chamada "The Fundamententals". Assim, o termo *fundamentalismo* começou a circular associado a expressões religiosas ultraconservadoras e intransigentes da órbita protestante, mas também circulou anos depois como referência ao integrismo católico surgido na França¹. Logo depois, o termo se faria extensivo para designar as expressões religiosas de caráter extremista e intransigente de diversas origens, especialmente aquelas com agendas que exigem a fusão das esferas políticas e religiosas².

Uma nova ampliação do termo *fundamentalismo* se produziria ao se fazer referência a um pensamento excludente que adota com fervor dogmático uma verdade e não admite discussão alguma a respeito de seus fundamentos. Assim, tem-se aplicado o termo a certas manifestações ou propostas que não são de ordem religiosa, mas que construíram um círculo de devoção que pretende deixar de fora a razão crítica. É o caso dos fundamentalismos políticos, tecnocráticos, econômicos ou até aqueles com pretensões científicas.

Giulia Tamayo,
ativista pelos
direitos humanos
e feminista.
Atualmente
coordenadora de
Ação da Seção
Espanhola da
Anistia
Internacional

¹ Ver: Informe sobre as Mulheres e o Fundamentalismo, Comissão de Direitos da Mulher e Igualdade de Oportunidades, Relatora: María Izquierdo Rojo, Documento da Sessão do Parlamento Europeu, com a data de 25 de outubro de 2001, Final AS – 0365/2001, RR/287060ES.doc.

² Assim, nas últimas décadas o termo fundamentalismo tem sido cada vez mais associado aos movimentos e atos coletivos ou inclusive a regimes inspirados no *wahabismo* islâmico. Entretanto, devemos chamar atenção também sobre os fundamentalismos que surgiram a partir da esfera cristã e judia, e a influência

dessas tendências dentro das estruturas de poder religiosas e políticas. Na órbita católica, além do nacional-catolicismo, deve ser lembrado o discurso e a ação de perfil fundamentalista pregados com intensidade durante o atual papado, num desafio ao desenvolvimento, à proteção e atendimento aos direitos e liberdades fundamentais de diversos e extensos segmentos, em particular as mulheres, minorias sexuais, adolescentes e aqueles que se encontram atingidos por uma série de enfermidades que dependem dos avanços científicos aos quais se opõe o pensamento fundamentalista.

Parece evidente que, iniciado o século XXI, os fundamentalismos e as tensões que seu avanço produz, confrontam os alicerces sobre os quais diversos movimentos sociais haviam projetado a construção de um mundo mais livre e mais justo, menos sujeito ao abismo de colapsos globais, coletivos ou pessoais. Estes alicerces implicavam o reconhecimento do valor da pessoa como fim supremo, cuja autonomia e igualdade em seus direitos impunha limites expressos ao poder que buscasse submetê-los instrumentalmente a interesses de ordem política, econômica ou religiosa. A partir de uma compreensão do ser humano como agente no processo de racionalização do mundo, toda comunidade política deveria dirigir seus esforços para a construção de ambientes e relações que minimizassem as situações adversas para as pessoas e incentivassem suas capacidades sem discriminação. A construção de tais ambientes e relações deveriam se basear no respeito, proteção, e na realização de um conjunto de direitos reconhecidos para todos os seres humanos pelo fato de assim o serem (universalização dos direitos humanos), e no desenvolvimento de interações conduzidas e argumentadas sobre bases racionais, ou seja, que pudessem sustentar-se na razão, serem comunicadas, examinadas, valorizadas ou objetadas a partir desta condição comum compartilhada pela humanidade.

Os fundamentalismos contemporâneos apontam para a derrocada simultânea da razão e seu agente, o sujeito autônomo, buscando sua substituição pelo sujeito heterônimo, que prega suas asas ao que é ditado e determinado fora de sua razão e inclusive contra ela.

26

As promessas da modernidade se dissolveram, pregam os novos profetas. Terá de ser vivido sem mais horizontes que um presente indesejável. As penúltimas resistências estão arrefecendo, segundo os entusiastas da religião dos santos do fim da história. Os perdedores anunciados contam com insuperáveis ofertas de diversas naturezas sobre planos divinos de salvação para aliviar fracassos individuais e coletivos. Para nos proteger da perdição, o desejo e o fruto proibido se irão com o que resta da última árvore. A aceitação passiva da diversidade, deve-se reconhecer, é uma experiência humana possível. Muitos despotismos prosperaram explorando em seu benefício essa derrota humana.

Na mira dos fundamentalismos está a pessoa, seus desejos e seus projetos de vida. Estão os símbolos que coloquem bem claro a dissidência. Está a palavra que possa fazer frente ao verbo incontestável. Estão nossos corpos, os territórios reais e virtuais. Apontam para nossos medos a fim de justificarem sua dominação. Nos conduzem para o medo hobbessiano, para o medo do outro, seja próximo ou distante. Nos fazem reféns de nossos pânico, culpas e ódios. Seu projeto é a vítima obediente que aceite a própria derrota. A vítima perfeita, o sacrifício que prova a potência do deus verdadeiro contra o qual nossa razão não pode fazer objeções. Isaac, não confie em Abraão.

No entanto, existem os irredutíveis que não inclinam sua razão aos pregadores de dogmas inquestionáveis e assumem o risco da apostasia. Existem os que organizam coletivamente suas resistências e há os que assumem atitudes individuais em atos de transgressão cotidiana. Seattle, Gênova e Barcelona se unem com a simples atitude de um cidadão aposentado em Buenos Aires, o emigrante que chega a uma costa em Tarifa, a mulher que, aqui ou acolá, burla os ditados sobre o seu corpo e sua vida que hierarquias religiosas ou seculares pretendem lhe ditar.



Aos fundamentalistas não só inquietam os atos de transgressão, mas também lhes tira o sono o volume de potenciais transgressores, por isso hoje perseguem os que revelam este perfil. Nós mulheres estamos na mira. Nos consideram dentro dos limites de seus projetos e nos reservam destinos implacáveis. Constrangidas, invisíveis, dúbias entre a virtude e o pecado, honra e desonra dos guerreiros, anjos em queda, exigidas de tutela.

Nós mulheres somos o fator simbólico em torno do qual, ao longo da história e sob diferentes horizontes culturais, uma ampla gama de religiões e projetos políticos têm feito gravitar a representação obediência/desobediência, submissão/transgressão. Bourdieu também chama a atenção para a representação agente/instrumento que está subjacente ao sistema sexo – gênero que subordina às mulheres. A dualização genérica do mundo não admite racionalizações de paridade, rejeita situações que desafiem os lugares pré-determinados pela natureza ou as verdades reveladas.

Se o fundamentalismo talibam submeteu a população feminina, não é menos certa a responsabilidade de certos governos ocidentais, em particular o dos Estados Unidos, em armar e tomar atitudes em defesa de supostos interesses nacionais. No Afeganistão, as mulheres foram um peão no tabuleiro das lutas internas masculinas, porém suas vidas tampouco haviam sido levadas em conta para aqueles que, interesseiramente e de olho na intervenção militar pós 11 de setembro, pretenderam posar como o braço justiceiro e libertador das mulheres afegãs.

Nos estados do norte da Nigéria, os tribunais de leis islâmicas (shari'a) impõem morte a pedradas às mulheres que têm um filho fora do matrimônio, e chicotadas naquelas que têm relações sexuais pré-matrimoniais³. Porém, também na Nigéria se cometeram assassinatos, desaparecimentos e abusos contra mulheres organizadas que defendiam diante das empresas petroleiras o sustento de suas comunidades e exigiam benefícios para a população.

Na América Latina, as elites políticas se vergam diante das instruções da hierarquia católica, enquanto milhares de mulheres morrem em face das limitações impostas pelas leis e políticas inspiradas em exigências fundamentalistas que as privam dos direitos e condições para protegerem sua saúde e realizarem seus projetos de vida. Essas mesmas elites insistem que não existe outro mundo possível que não seja o mundo marcado em volta da proteção suprema do capital.

*Na mira dos
fundamentalismos
está a pessoa, seus
desejos e seus
projetos de vida.
Estão os símbolos
que coloquem bem
claro a dissidência.
Está a palavra que
possa fazer frente
ao verbo
incontestável. Estão
nossos corpos, os
territórios reais e
virtuais.*

³ Da mesma forma que no Sudão, Arábia Saudita, Paquistão ou Irã.

As pessoas que fazem abortos, nos Estados Unidos, são alvo de ataques, inclusive causadores de mortes. Hoje, a atual administração norte-americana busca impor o silêncio às organizações de mulheres que advogam em seus países o direito de interromper uma gravidez não desejada e fazê-lo em condições que não coloquem em perigo a vida das mulheres. O fundamentalismo religioso, articulado aos grupos que ocupam o poder nos Estados Unidos, se soma ao fundamentalismo de perfil político que, em escala global, adverte a todas as nações que a verdade fundamental é a determinada pelo Deus que salvaguarda o estilo de vida americano, os interesses dos Estados Unidos, especificamente os interesses do grande capital. Assim, essa mesma administração busca minar tratados internacionais, como o da Corte Penal Internacional, através de acordos bilaterais que assegurem a impunidade para os agentes norte-americanos.

Diariamente são provocadas, no mundo, mortes causadas pela fome, em número muito superior às mortes registradas pelos fatos de 11 de setembro de 2001. Nenhum dos dois grupos de vítimas, na verdade, são levados em conta. As primeiras, invisíveis até a hora de sua morte, as segundas, como alvo e instrumento para a vingança em que o gesto inicial de barbárie sempre pode ser superado por sua resposta, uma vez traçado "o eixo do mal".

Bertold Brecht advertia com desolação a experiência de viver em tempos sombrios. Tempos de propaganda visceral com pretensão de colonizar nossa razão e nossas emoções. Pandora, por demais insubmissa diante dos deuses, descobriu que a esperança tem a ver com a imaginação.





Mercado: mito racional e anti-utopia

Angela Ganem - Hildete Pereira de Melo

A mídia contemporânea, exacerbada pelos eventos do 11 de setembro de 2001, tem colocado na ordem do dia a temática da intransigência e da verdade absoluta como princípios fundamentais que regem a organização da sociedade. Os discursos do presidente norte-americano conclamando seus cidadãos para uma cruzada contra o terrorismo são um dos exemplos contundentes desse fundamentalismo da razão branca anglo-saxônica. A construção das sociedades de mercado, iniciada na transição para o capitalismo no sec XV culminou no século XVIII com a Revolução Industrial e o advento das sociedades democráticas. Este ideário liberal revelou-se na política e na economia das sociedades ocidentais como um iluminismo progressista que advogava a universalização dos direitos sociais numa ordem liberal-pluralista.

No entanto, desde os anos 60 do século XX, assiste-se a uma desmontagem da ordem econômica internacional que confluiu para um questionamento radical da existência de qualquer sentido histórico libertador, fundado racionalmente numa necessidade que pudesse ser desvendada pela filosofia ou pela economia política e agenciada pela ação consciente de reformadores iluministas ou revolucionários socialistas (Fiori, J.L., 1995, 178). Provavelmente a transformação mais importante destes últimos vinte anos, e que o 11 de setembro de 2001 consagrou foi realizada no plano ideológico: A vitória completa e quase universal dos liberais conservadores trouxe efeitos profundos e perversos para o mundo atual. A utopia socialista derrotada com a queda dos regimes comunistas no Leste Europeu e a progressiva desregulamentação da economia no restante do mundo, sob a égide do conservadorismo liberal é talvez a mais séria derrota da esquerda no século XX.

29

Articulação Feminista MARCOSUR

Angela Ganem,
economista brasileira da
Universidade Federal
Fluminense.

Hildete Pereira De Melo,
economista brasileira.
Vicepresidente do Instituto
de Economistas de Rio de
Janeiro.

Como isso aconteceu?

O ideário liberal foi sendo imposto pela nova ordem econômica; em todos os países ricos, os partidos políticos (inclusive os socialistas) acabaram aderindo, durante os anos noventa, à nova estratégia delineada pelo projeto neoliberal econômico. Uma nova utopia é gestada apoiada na linguagem econômica, que se transformou numa apologia sem precedentes da própria economia e da realidade. Atualmente são essas idéias adotadas em todo o mundo; cidadãos e governos sonham e defendem as mesmas soluções para todos os países. O presente trabalho tem como objetivo mostrar a construção teórica do ideário liberal como resposta para a nascente sociedade industrial, e atualmente seu retorno, no ponto mais alto da crise da História, da descrença no progresso, e da ruptura econômica-política global.

O princípio organizador desta utopia é o conceito deificado de "*mercado*" que surge como resposta eficiente para a organização das sociedades civis. Já não há crença na possibilidade das instituições, e um conceito puramente econômico como "*mercado*" ganha foros de mito organizador de um novo mundo. Nesse mundo só os mais competentes sobrevivem, firmas ou indivíduos. Homens e mulheres são ditos racionais, capazes de reconhecer seus interesses e de descobrir os melhores meios de satisfazê-los.

30

O conceito de *mercado* surgiu da integração entre o liberalismo clássico e o moderno. Em linhas gerais o mercado é uma abstração, e define-se como o lugar onde, de maneira racional e autônoma, "*agentes*" anônimos se encontram para comprar e vender mercadorias. Num mercado ideal os "*agentes*" fazem suas escolhas de acordo com o princípio da maximização e plena informação, o que leva a resultados eficientes na alocação de recursos. O mercado típico é aquele no qual os bens tangíveis ou o trabalho são trocados, com moeda facilitando as transações e no qual os "*agentes*" são indivíduos. O "*agente*" tanto pode ser uma dona de casa, como uma firma, como um país. O comportamento dos "*agentes*" econômicos individuais determina em condições gerais o equilíbrio na economia. Esta teoria está ligada à ideologia do individualismo e do liberalismo econômico. A economia se compõe apenas de agentes que maximizam, – utilidade ou prazer – que possuem dinheiro, máquinas, mão-de-obra para, mediante trocas no mercado, obter os bens e serviços que desejam. A partir desta premissa a famosa mão invisível smithiana torna-se a principal lei da economia, pois não torna necessária nenhuma interferência do Estado na economia. Ao contrário a interferência desequilibra os mercados e produz injustiça.

O pensamento liberal quer, assim, fundamentalmente o Estado longe da organização da atividade econômica, pois as leis naturais do mercado se encarregarão de dinamizar o desenvolvimento social e econômico. Essas leis naturais pressupõem a concorrência perfeita, a livre competição entre os produtores, determinam o preço das mercadorias. O mercado eliminaria assim os produtores mais fracos e regulamentaria a atividade econômica, sem a intromissão do Estado. As diferenças de riqueza deixam de existir. O livre mercado não comete injustiças: as diferenças se explicam pelas diferenças entre os indivíduos, tais como: sexo, escolaridade, inteligência, empenho. Mas, o que são leis naturais? São uma abstração. A concorrência é a base do capitalismo, mas não é, nunca foi, e está longe de ser perfeita. A história econômica do século XX demonstra isto com perfeição. A seguir veremos como alguns dos mais importantes teóricos liberais definiram o conceito de mercado. Suas



teorias marcaram a História do Pensamento Econômico e a História das Idéias porque entenderam o mercado de forma muito mais ampla que um mero local de trocas: o mercado para estes três grandes pensadores liberais tornou-se a própria expressão da organização da sociedade, ou seja, o mercado como ordem social.

Os Teóricos Liberais e a Sociedade de Mercado ¹

As grandes teorias liberais têm algo em comum: pensar o mercado como uma teoria geral da sociedade e fornecer os atributos científicos que garantam sua supremacia frente a outras formas de organização da sociedade. Esta concepção do mercado como alternativa social aparece originariamente na história das idéias na solução de Adam Smith frente aos filósofos do contrato, assume uma forma lógica-demonstrativa em Walras e nos desdobramentos matemáticos contemporâneos do *mainstream* da teoria econômica, para se cristalizar nas aventuras darwinistas dos libertários da escola austríaca, em especial em Hayek, em que a história realizaria o autodesenvolvimento do mercado.

Adam Smith é considerado uma das grandes figuras da modernidade. Sua solução de uma ordem que emerge do mercado substitui a noção de contrato e desloca as disciplinas irmãs da explicação de uma lógica para os fenômenos coletivos: "*foi pensando na sociedade como mercado que Adam Smith revolucionou o mundo*". (Rosanvallon, 1989). Só é possível entender a força e a superioridade de sua solução frente à solução dos filósofos contratualistas (Hobbes, Rousseau e Locke) se o considerarmos entre os grandes pensadores da modernidade, entre aqueles que aceitaram um dos maiores desafios teóricos da filosofia política, sendo ela: explicar a emergência e a regulação da ordem recorrendo única e exclusivamente à imponderável e complexa ação dos indivíduos. Trata-se de fornecer uma explicação para a lógica dos fenômenos coletivos a partir de uma "*démarche*" individual, dispensando definitivamente a explicação divina. Se, para a ordem física, a questão fôra expulsar os anjos do céu (Gusdorf, Koyré) descobrindo um método (Descartes) que decifrasse a inteligibilidade física do universo (Galileu, Newton), para a ordem social tornaria-se necessário pensar na sociedade como auto-instituente e o homem como fundamento da sociedade. Impunha-se encarar uma sociedade desencantada (nos termos weberianos) que não seria mais fundada sobre uma exterioridade, mas sobre ela mesma.

*O comportamento
dos "agentes"
econômicos
individuais
determina em
condições gerais o
equilíbrio na
economia.*

¹ Este tópico baseia-se na introdução do artigo "A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos" de Angela Ganem, publicado em Nova Economia, v.10, jul.2000.

A solução magistral de Hobbes supõe o contrato para a explicação da emergência e instituição da ordem, elemento que Adam Smith dispensa na sua construção teórica. A ordem smithiana é compreendida, explicada e instituída pela emergência não intencional das ações individuais movidas exclusivamente pela perseguição dos seus interesses privados. O vício privado mandevilliano é superado pela noção de interesse, idéia desvinculada do pecado e que, articulada ao conceito de mão invisível fornece inteligibilidade teórica necessária à ordem social que se instaura.

Duas leituras se apresentam para a compreensão do nascimento da economia e para a explicação da emergência da ordem liberal. Na primeira leitura ², a moral é totalmente descartada na fundação da economia, o interesse redundando em *self interest* e Adam Smith, filósofo da Teoria dos Sentimentos Morais, supera a inconveniência dos julgamentos morais recortando a ação dos agentes e se definindo como economista. Uma segunda-leitura (expressa contemporaneamente entre outros, por Dupuy, 1989) questiona este reducionismo imposto ao filósofo moral Adam Smith e não aceita a idéia do nascimento da economia livre da moral e do comportamento do sujeito smithiano livre de injunções morais. Além disso, questiona o postulado de que um pensador para analisar o fenômeno econômico precisa reduzi-lo, expulsando o mesmo de todo ou de qualquer julgamento moral. Embora na história do pensamento econômico esta tenha sido uma das questões com que mais se gastou tinta (intitulada *Das Adam Smith Problem* ³), o que parece ter ficado da controvérsia e permanecido como grande legado foi o mito da mão invisível como o único mecanismo automático e regulador do mercado e que, portanto, toda e qualquer moralidade, valores ou o Estado são desnecessários. A primeira leitura, considerada triunfante, advoga a garantia de uma mão invisível que orchestra desejos individuais, encapsula valores e moral e se traduz na fórmula perfeita definidora do mercado: o mercado e a ordem que ele representa são a expressão da emergência não intencional de um grande número de pessoas movidas por seus próprios interesses pessoais. O mercado, como dirá Hahn dois séculos mais tarde, repetindo a idéia smithiana da mão invisível, "impõe a ordem no caos potencial" (Hahn, 1986). Uma solução teórica que fez de Adam Smith um dos grandes teóricos da modernidade e de sua teoria a maior referência das teorias do mercado: do *mainstream* à escola austríaca passando por Gary Becker, todos o evocam e disputam ser seus legítimos e fiéis herdeiros.

Todavia, na origem explicativa da ordem liberal sobrevivem polêmicas sobre o sujeito smithiano e sobre a natureza do fenômeno econômico; as exigências de positividade e cientificidade requeridas ao longo dos séculos XVIII e XIX não deixarão mais dúvidas sobre o caminho de axiomas a ser seguido por uma ciência carente de provas e enfeitada pelo espelho da física. Para uma ciência que elege como seus os critérios newtonianos de cientificidade e que se define como análoga à mecânica clássica (Walras, 1952) só lhe resta assumir o desejo incontido e consciente de tornar-se um dia *hard science* expulsando definitivamente de seus domínios a moral e o Estado. Em primeiro lugar, defende-se a ambição smithiana do mercado como teoria geral da sociedade, em seguida, procede-se à passagem epistemológica de uma ordem explicada a partir de uma herança empirista e comungada a um projeto baconiano-praxiológico de ciência rumo a uma ciência

² Identificam-se com esta perspectiva a maior parte dos historiadores do pensamento econômico, além das teses conhecidas de Hirshman, 1979 e Dumont, 1977.

³ Foge aos objetivos do trabalho citar os inúmeros textos que sustentaram a polêmica em torno do paradoxo de Adam Smith. Para uma visão geral da discussão remeto o leitor a Bertrand, P.1994 e Ganem, 2000b.



que se definirá nos seus fundamentos como essencialmente racionalista e apriorista. Neste ponto, a matemática, a formalização e a modelização passam a ser os critérios soberanos definidores de cientificidade (Ganem, 1989; 1993).

Agora não basta afirmar que os interesses individuais produzem algo que se traduz na noção coletiva do bem-estar para todos. É necessário, imprescindível e inadiável demonstrar lógico-matematicamente a superioridade do mercado como forma de organização da sociedade. E será este desafio que Walras enfrentará dentro da sua perspectiva de transformar a ciência econômica num belo e poderoso teorema. A partir de uma abordagem axiomática, ideal, de hipóteses irreais e de parâmetros altamente restritivos pretenderá demonstrar que a ordem do mercado é "equilibrada", "estável" e "ótima". E de uma certa forma revelar, a partir desta ambição demonstrativa, o desejo ascético de construir aprioristicamente os fundamentos rigorosos de uma ciência exata. Este caminho inaugurado por Walras será retomado na década de 50 deste século e terá como grande marco teórico os desdobramentos matemáticos de Arrow e Debreu expressos na demonstração da existência do equilíbrio e na enunciação dos teoremas do bem-estar (Arrow & Hahn, 1971). Mas se a demonstração da existência e da "otimicidade" pode ser considerada um sucesso incontestável (se nos abstrairmos das dificuldades dos defeitos externos no caso da ordem ótima) dando novo auge ao desígnio demonstrativo dos neoclássicos, a questão da estabilidade é algo que tem se mostrado inalcançável. Na verdade, ela denuncia as dificuldades teóricas de perceber a complexidade e expõe a tensão existente entre o coerente (lógico-matemático) e o complexo no âmbito da teoria neoclássica. Em trabalho recente, surgiu que a mesma fonte demonstrativa que nutre e dá vigor ao projeto de mercado evocado pelos próprios *mainstream*, nos fornece os elementos sinalizadores dos seus impasses lógicos e paradoxos que, por sua própria natureza, colocaram em xeque a ambição racionalista e desnudam a dificuldade de transformar a economia numa prova lógica (Ganem, 1996).

Se os critérios excludentes da matematização e da modelização do fenômeno econômico têm, por um lado, o retorno à economia cada vez mais complicada e irrelevante (Tolipan, 1992) e decadente (Morishima, 1992), não têm, de outro lado, quebrado ou ameaçado a hegemonia do *mainstream* entre as correntes teóricas contemporâneas da economia. Neste caminho de axiomatização e complexidade crescente de cálculos, o sujeito smithiano foi substituído definitivamente pelo homem econômico racional, um ser

*... grande legado foi o
mito da mão invisível
como o único
mecanismo automático e
regulador do mercado e
que, portanto, toda e
qualquer moralidade,
valores ou o Estado são
desnecessários.*



abstrato, atomizado e movido por um cálculo racional. A noção de bem-estar clássica foi substituída pela noção física de equilíbrio e o econômico eliminou definitivamente de seu espaço disciplinar o Estado, a moral e qualquer injunção valorativa.

Consideramos que do ponto de vista filosófico esta ambição racionalista de transformar a economia num ato lógico ou num poderoso teorema só pode ser explicada pela mitificação da onipotência da razão que pretende que um mundo idealizado obedeça a uma ordem intrínseca, a do mercado, capaz de ser desvelada, uma vez por todas, reeditando o homem moderno da crítica heideggeriana⁴. E será exatamente através deste filão filosófico já trilhado por inúmeros críticos à razão que Hayek articulará num só pensamento a crítica filosófica à razão cartesiana com uma defesa teórica contemporânea do mercado.

A defesa do mercado em Hayek extrapola os limites da economia ou de qualquer disciplina *stricto sensu* para se colocar no plano da filosofia social e da teoria da história. A consequência direta desta ambição do seu pensamento é a reabertura de novos horizontes teóricos para o velho projeto liberal do mercado. Contra o pensamento unitário dos neoclássicos e a distância entre a demonstração lógico-matemática e a construção do mercado, Hayek revida com "souplesse" teórica, criticando desde os limites tacanhos da racionalidade paramétrica neoclássica à idéia emblemática do equilíbrio como noção central da economia. Mas não se trata apenas disto. O discurso hayekiano sobre evolução e história e sua crítica à razão demonstrativa reforça a idéia de uma razão que supera a lógica demonstrativa formal e se instaura no campo da razão argumentativa ou retórica (Perelman, 1970). De fato, trata-se de superar as provas lógicas e se colocar no plano do convencimento. Ganha aquele que for capaz através de argumentos científicos (plausíveis, mas não necessariamente formalizáveis) de convencer socraticamente um auditório universal.⁵

Mas caminhemos um pouco com Hayek na sua crítica à razão cartesiana, à razão construtivista ou à idéia emprestada de Popper de um racionalismo ingênuo que exige ser substituído por um racionalismo crítico. Esta visão crítica não apenas traria para o centro do palco os limites da verdade e da razão humana como evitaria produzir hecatombes sociais e servidão humana que, na sua opinião, tanto o fascismo como o estalinismo produziram. Seu liberalismo é radical no sentido de que toda intervenção introduz desordem e é produtora de injustiças. Sua crítica aos neoclássicos constitui o paradoxo da defesa do mercado como mecanismo de ajuste automático e a presença necessária de um Estado corretivo. Para evitar os efeitos nefastos do intervencionismo e do racional-construtivo sugere o jogo catalítico, puro e espontâneo do mercado: o único capaz de produzir riqueza.

Neste quadro, o Estado aparece como o legítimo defensor das liberdades individuais. Corresponde a ele garantir os direitos do cidadão. Somente as regras de um governo que favorecem o funcionamento catalítico do mercado aumentariam as chances de todos (Hayek, 1993).

⁴ Sobre a idéia da TEG como mito racional, isto é, como extrapolação da razão ver tese de doutoramento Ganem, A: *Théorie de L'Equilibre Général: le Mythe d'un Ordre Rationnel*, Paris, Nanterre, 1993.

⁵ Sobre razão retórica, consultar a vasta obra de Chaim Perelman. Como referência maior "*Le Champ de L'Argumentation*", PUF de Bruxelles, 1970



Sua explicação de uma ordem espontânea que evoca na base a não intencionalidade dos comportamentos humanos de Adam Smith pretende substituir a ordem racional lógica matemática dos neoclássicos. Partindo de um mundo complexo (o que o aproxima da heterodoxia) e de uma razão que é poderosa porque sabedora de seus próprios limites, o autor edifica sua crítica à ordem racional neoclássica. Frente a esta ordem fabricada (*taxís*), posto que vem do plano e do desígnio humano e que supõe um mundo simples e passível de ser captado por um conhecimento perfeito, Hayek sugere uma ordem que é eminentemente espontânea, pois emana da praxis num mundo complexo (*Kosmos*) e que exige do homem adaptação a ele. Além disso, deste mundo, só é possível ao homem almejar um conhecimento fragmentado, limitado, não previsível, cortado por dúvidas e ignorância. Hayek, nos seus fundamentos críticos à onipotência da razão é contundente: *"Nós não inventamos nosso sistema econômico. Nós não somos suficientemente inteligentes para isto"*. (Hayek, 1984, T3:196). Contra a idéia de um mundo simples ou de um universo-máquina passível de ser captado por regras metódicas claras e distintas em que se tem a matemática como *mathesis universalis*, Hayek acena com regras oriundas da praxis, da experiência e da tradição. Regras que seriam transmitidas pela cultura e que são muitas vezes perpetuadas pelos homens antes mesmo de serem conhecidas e dominadas pelas palavras (sua analogia conhecida às regras gramaticais). Tudo para marcar uma radical discordância à idéia de regras inatas ou conhecidas por um espírito humano capaz de desenvolver a civilização e construir em última análise a história, a cultura, o mercado ou o Estado.

Contra a idéia do *"man makes himself"* de Gordon Childe ou a idéia de que é a razão que cria o fio da evolução civilizatória, Hayek advoga a idéia de que nem o espírito nem a razão são anteriores à civilização, mas se desenvolveram simultaneamente com ela. Portanto, sua crítica ao racionalismo construtivista é visceral, contundente e ataca não apenas a matriz cartesiana, como também a expressão mais acabada do ultra racionalismo que é a idéia hegeliana de um espírito absoluto que conhece pela razão soberana as leis da evolução da história. Compreender a razão e a história, criticar a onipotência da razão em descobrir leis permanentes da história, são os eixos centrais do pensamento hayekiano que permitem articular seus conceitos e compreender o sentido maior de sua obra. Sua proposta de ordem espontânea (*catalaxia*) que se contrapõe em todos os planos à ordem racional não se esgota em contrapontos conceituais generativos mas carrega a idéia subjacente da possibilidade de compreensão da história.

... esta ambição
racionalista de
transformar a
economia num ato
lógico ou num
poderoso teorema só
pode ser explicada
pela mitificação da
onipotência da razão
que pretende que um
mundo idealizado
obedeça a uma
ordem intrínseca, a
do mercado, ...

Contra o construtivismo racional, Hayek reivindica um evolucionismo em que as instituições e regras, produtos da seleção natural expulsam na prática todo voluntarismo e eliminam qualquer vestígio construtivista. Luc Ferry, no entanto, aponta um paradoxo no raciocínio de Hayek, o qual considero extremamente pertinente e elucidador: *"o hiperliberalismo de Hayek é um hiper-racionalismo porque ele pressupõe como Hegel que na história tudo se desenvolve racionalmente e que mesmo as iniciativas aparentemente mais irracionais participam da auto-realização de uma razão: a do mercado(...)". A força de preservar os direitos e a liberdade dos efeitos nefastos do intervencionismo, o liberalismo hayekiano confia tudo à história ou ao autodesenvolvimento do mercado*" (Ferry, 1984). Isto nos permite afirmar que o evolucionismo de Hayek é um historicismo e um economicismo que se realimentam mutuamente: a história existe e afirma incondicionalmente a auto-realização do mercado. Para Hayek, o mercado foi, é e será em última análise a melhor forma de organização da sociedade.

Na verdade, Hayek recupera radicalmente a idéia smithiana de uma ordem que emerge espontaneamente, agindo no plano da história e se desvencilhando de todas as dificuldades metodológicas que os neoclássicos sofrem por perseguirem a prova lógica da superioridade inquestionável do mercado. O discurso da ordem liberal livre das injunções matemáticas paira dogmaticamente sobre a história. Como Luc Ferry, supomos que Hayek cai na armadilha da razão que ele mesmo constrói e acaba por afirmar como Laplace e Hegel o mito racional de descobrir leis eternas, imutáveis que vêm o mundo, de forma clara e definitiva. Esta idéia forte do mito da mão invisível, revigorada por Hayek tem permitido e sustentado nas últimas décadas a apologia e a retórica da defesa do mercado, como um processo impessoal e inexorável, chave para a compreensão da história e única forma possível de organização das sociedades contemporâneas.

No entanto, a idéia de que é possível construir a utopia de um mercado regulador de uma sociedade da abundância, tem-se mostrado frágil e dissonante ao verdadeiro sentido de uma utopia que é em essência libertadora e sonho platoniano ou socialista de uma república justa. Nem a idéia de um mercado racional, nem a idéia de utopia conseguem conviver com a truculência desse mercado global que assistimos. O discurso de que ele é a única possibilidade de organização para as sociedades tem sido sustentado pela prepotência verbal e política ou por uma retórica vazia. Embora as sociedades não tenham ainda retomado na totalidade seu sonho utópico de uma sociedade igual e justa, a defesa do mercado está cada vez mais apologética, dogmática, fundamentalista. E como tudo que é imposto como verdade absoluta terá certamente seu tempo e hora para ser contestado, relativizado e superado.





Bibliografia

ARROW, K. & HAHN, F. (1971) *"General Analyses Competitive"*, Holden Day, San Francisco.

BERTRAND, P. (1994) *Histoire d'une question: das Adam Smith Problem*", Colloque : Faire L'Histoire de la Pensée", Paris.

DUMONT, L. (1977) *«L'Homo Aequalis: Gênes et Epanouissement de L'Idéologie Economique»*, Ediciones Gallimard.

DE VILLÉ, P. (1990) *«Comportements Concurrentiels et Equilibre Général: la nécessité des Institutions»*, Economie Appliquée, Tomo XLIII.

DUPUY, J.P. (1992) *«Le Sacrifice et l'Envie: Le Libéralisme aux Prises de la Justice»*, Calmann Levy.

FERRY, L. (1984) *«Philosophie Politique»*, vol 2, PUF, Paris.

FIORI, José Luis (1995) *"Em busca do Disenso Perdido"*, Rio de Janeiro, Insight Editorial.

GANEM, A (1996) *"Demonstrar a Ordem Racional do Mercado: reflexões em torno de um Projeto Impossível"*, Revista de Economia Política, vol 16, Nº2 (62), abril-junio, San Pablo, Nobel Editora.

GANEM, A (2000a) *"Adam Smith e a explicação do Mercado como Ordem Social: uma abordagem histórico-filosófica"*, en Revista de Economia Contemporânea. Vol 4, julio-diciembre.

GANEM, A (2000b) *"A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos"*, Nueva Economía, v.10, no1.

HAHN, F. (1986) *"Théorie de L'Equilibre General"* en Crise y Renovación de la Teoría Económica, Bonnel-Publisud.

HAYEK, F. (1980) *"Droit, Legislation et Liberté"* Tomes I, II et III, Quadrige, PUF.

HAYEK, F. (1993) *«La Présomption Fatale: les erreurs du socialisme»*, Paris, PUF.

HIRSHMAN, L. (1979) *«As paixões e os Interesses»*, Paz y Tierra.

LAGUEUX, M. (1989) *"Le Néo-libéralisme comme programme de recherche et comme idéologie"*, Cuaderno de Economía Política, L'Harmattan.

MORISHIMA, M. (1992) *«General Equilibrium Theory in Twenty-first century*, in Hey, J. D (org), The Futur of Economics, Basil Blackwell, Oxford.

PERELMAN, CH. (1970) *Le Champ de L'argumentation*, PUF de Bruselas.

ROSANVALLON, P. (1989) *«Le Libéralisme Economique»*, Editorial Du Seuil.

TOLIPAN, R. (1992) *Equilíbrio e História do Pensamento Econômico*, en Literatura Econômica, IPEA

WALRAS, L. (1952) *Elements d'Economie Politique Pure*, Paris, Librería General de Derecho y Jurisprudencia.



Uma dívida de sangue

Sueli Carneiro

O poeta negro Aimé Césaire disse que "há duas maneiras de se perder: por segregação, encurralado na particularidade, ou por diluição no universal."

Creio que esse é um dilema que persiste no debate sobre o lugar da diversidade humana num projeto de globalização igualitária. E essa questão tem alguns antecedentes:

Em primeiro lugar a diversidade, os diferentes são os Outros. E os Outros são todos os que não sejam machos, brancos, ricos e heterossexuais. Ou seja, são os Outros, mais de tres quartos da humanidade, e não coincidentemente em sua maioria, são, também, não-brancos.

Em segundo lugar é preciso enfrentar a maneira pela qual historicamente estes "diferentes" vem sendo construídos. E eles vêm sendo construídos, em oposição a uma suposta universalidade branca e ocidental também supostamente legítima para se instituir como o paradigma segundo o qual, a identidade ou a diferença dos diversos povos da terra são medidas.

Há ainda, um outro viés neste debate sobre diversidade que dá a impressão de ser mais adequado para encobrir algo do que propriamente para resolvê-lo.

Porque, o discurso sobre a diversidade é tão melhor aceito quanto mais ele for capaz de encobrir um dos seus elementos básicos e estruturantes: o racismo e a discriminação racial, em relação aos quais costuma haver uma "conspiração de silêncio."

Por outro lado, o conceito de diversidade equaliza as diferentes formas de discriminação, preconceitos e exclusão presentes nas sociedades multiraciais

e pluriculturais, relativizando a magnitude que o racismo tem na configuração das desigualdades e na exclusão social nessas sociedades. O conceito de diversidade nivela as temáticas como se elas fossem da mesma natureza, magnitude e consequência social. No entanto é preciso reconhecer que há determinações fundamentais nas contradições sociais. Gênero, raça/ etnia, são variáveis que impactam a estrutura de classe e de poder nas sociedades multirraciais.

Em relação a questão da raça, no nosso Continente Americano, *"a raça foi e é uma questão central da política"* como diz Antony Mark, *"porque o uso que as elites fizeram e fazem da diferença racial foi sempre com o objetivo de provar a superioridade branca e assim manter seus privilégios, à custa da escravidão e exploração. Essa atitude foi sempre compartilhada com os setores populares brancos interessados em se associar às elites. Historicamente, esse comportamento foi comum às elites do Brasil, da África do Sul e dos Estados Unidos."* E acrescento eu, na América Latina. E essa estrutura se reproduz em toda parte do mundo, onde se acha a diáspora africana..

Diz Cristian de Brie em artigo no Le Monde Diplomatique que: *"Do início do século 16 até hoje, a civilização ocidental construiu a sua supremacia universal sobre uma pirâmide de genocídios e de crimes contra a humanidade, de uma barbárie sem precedentes na história, por sua dimensão e duração. Insustentável verdade para os atuais herdeiros, dispostos a reconhecer a culpa de seus pais desde que conservem os lucros de suas conquistas."*

40

A monstruosidade do tráfico negreiro trouxe para as Américas em torno de 11,5 milhões de africanos, a grande maioria deles para o Brasil. Conforme Rubens Ricupero, representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC, *"esse tráfico negreiro se constituiu na mola propulsora do desenvolvimento da Europa Ocidental e da América"* enquanto *"inexaurível fundo de riqueza e poder para essas nações responsável pela elevação do nível de vida de muitos europeus e americanos, ao mesmo tempo em que degradava a vida de numerosos negros escravizados"*. Há portanto uma dívida de sangue do Ocidente em relação aos povos africanos e afrodescendentes.

Na América Latina e Caribe, os afrodescendentes, compõem hoje um contingente em torno de 150 milhões de pessoas, submetidas a condições sub-humanas de vida resultado da herança colonial e da persistência de diversos mecanismos de discriminação racial, que no contexto de globalização atual, conduz à extrema exclusão social.

Um contingente humano recortado por múltiplas identidades que passam: pela africanidade decorrente da identidade ancestral; pela interção de gênero, de orientação sexual; pela latinidade resultante da colonização; pela condição terceiro mundista, pelo pertencimento às classes sociais subalternas, oprimidas e exploradas, entre outras determinações. E a fonte desta violência tem sido historicamente, a branquitude eurocêntrica, bélica e selvagem.

A África negra explorada por séculos, agoniza ao abandono e na indiferença dos chamados por Chomsky de "os donos do universo". A epidemia da AIDS dizima populações africanas enquanto, nesse momento, no



Forum Econômico Mundial o presidente da companhia farmacêutica Merck afirma na abertura daquele Fórum, que: *"É preciso pôr fim à discussão sobre a quebra de patentes e a redução do preço dos medicamentos, na adoção de programas eficientes de combate a doenças como Aids"*. Para ele, a quebra de patentes não garante acesso dos doentes aos medicamentos. Não importam os milhões de doentes que dependem desses medicamentos para ampliarem a sua esperança e qualidade de vida. Como dizia uma nota de um jornal de ontem, a questão fundamental para eles é a quebra de patentes.

Esse conjunto de determinações históricas, tornaram as populações africanas e os afrodescendentes em geral, no contexto da globalização atual, em populações descartáveis.

As políticas de ajuste estrutural colocadas pela atual ordem econômica como a redução da participação do Estado nas políticas sociais, em particular nas áreas de saúde e educação; a liberação das forças de mercado, avanços tecnológicos e os seus impactos sobre a produção e sobre a mão da obra tem ampliado a exclusão social dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

A competição no mercado de trabalho agravadas pelas novas necessidades e exigências de especialização, reciclagem da mão de obra aliadas a redução dos postos de trabalho atingem particularmente as populações afrodescendentes na América Latina e no Caribe. além, de incrementarem a xenofobia na Região que tem no racismo o seu principal fundamento ideológico.

A conjugação das práticas tradicionais de discriminação racial sofridas pelas populações negras com esses novos elementos colocados pela atual conjuntura econômica exigem o desenvolvimento de ações preventivas e corretivas que contenham o processo de exclusão e ao mesmo tempo façam avançar a luta por igualdade de direitos e oportunidades em nossas sociedades.

A criação da Alianza Estratégica Afro-latinoamericana e Caribenha com vistas a incidir no processo da Conferência de Durban, contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas conexas de intolerância, consistiu no resultado de um longo processo de busca de articulação das organizações afro latino americana e caribenha iniciada em dezembro de 1994.

O conceito de diversidade nivela as temáticas como se elas fossem da mesma natureza, magnitude e consequência social.



- 1) Um processo decorrente do crescente reconhecimento da existência de: uma problemática racial de âmbito Regional.
- 2) No reconhecimento de que essa problemática racial em suas manifestações contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia contra os afrodescendentes tem seus antecedentes nos processos de tráfico negreiro implementado por alguns países europeus contra as populações afro sub-saarianas nos tempos de conquista, colonização e surgimento das repúblicas em nosso continente;
- 3) Que os colonizadores desenvolveram um conjunto de idéias pseudo-científicas com o objetivo de sustentar a supremacia da população centro-européia em detrimento daquelas afro sub-saarianas e afro latino-americanas, baseados em aspectos religiosos, culturais, econômicos e biológicos, criando assim a base para o desenvolvimento do racismo, das práticas discriminatórias, violadoras dos direitos humanos;
- 4) Que nessa questão racial se evidencia a persistência de mecanismos comuns na Região de ocultamento e invisibilização dessas populações afrodescendentes e das condições de vida igualmente adversas a que estão submetidas em função do racismo e da discriminação;
- 5) Que há na questão racial em nossa Região, a persistência de uma ideologia comum que se sustenta no mito latino americano da democracia racial e no estímulo ao embranquecimento cultural e racial dos povos não-brancos; cujo sentido é fraccionar a identidade racial dos afrodescendentes e impedir que essa identidade se configure em instrumento de organização política dessas populações para a defesa de seus interesses.
- 6) Que há uma comum ausência de vontade política em nossas sociedades para enfrentar a exclusão social determinadas pelo racismo e a discriminação;

A problemática racial em nossa Região ancora-se também, no racismo estrutural e sistemático encobertos por práticas de órgãos estatais, nas políticas públicas, nas inversões para o desenvolvimento que são implementados pelos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a partir da invisibilização e da negação das conseqüências do racismo e da discriminação praticadas contra os afro latino-americanos e caribenhos, aprofundando a desigualdade e as violações dos direitos fundamentais, econômicos, sociais e culturais;

A questão racial na nossa Região assenta-se também na violação dos direitos fundamentais, na prática de tortura contra os acusados e detentos pertencentes à população afro latino-americana e caribenha, e na



negativa por parte dos poderes judiciais e outros operadores do direito, a aplicar as normas de direitos humanos relativas ao combate do racismo;

Um correlato dessas práticas é a difusão generalizada através dos meios massivos de comunicação, de estereótipos, imagens pejorativas da estética, valores culturais e religiosos do povo afro latino-americano e caribenho, assim como uma falta de propostas curriculares na formação dos docentes sobre a contribuição deste povo na construção de nossos respectivos países, contribuindo deste modo, para o aumento do racismo e da discriminação.

E por fim, a prática do racismo ambiental se constitui em uma forma de racismo contemporâneo que ameaça de forma trágica e covarde os povos afro latino-americanos e caribenhos, colocando suas vidas em risco devido às contaminações por resíduos tóxicos que destroem o ecossistema;

O crescimento da consciência sobre os fatores da exclusão e a dimensão global dessas práticas, vem promovendo a necessidade de fortalecimento das relações entre os países do Sul e sobretudo da Região sujeitos igualmente às conseqüências da globalização neoliberal que resultam nos países em desenvolvimento no agravamento das condições de vida das populações historicamente discriminadas.

E sobretudo, a construção da Aliança Afro-latinoamericana e caribenha representa uma mudança de perspectiva política: na medida em que a criação do Mercosul e a crescente regionalização dos mercados constituiu as condições históricas de crescimento também de uma perspectiva internacionalista, regional para os povos excluídos dos países da Região.

Nesse sentido, o combate á discriminação e á intolerância depende para nós em primeiro lugar:

do comprometimento ativo dos povos e organizações da sociedade civil para a eliminação das práticas racistas, xenofóbicas e discriminatórias, se comprometendo a dar visibilidade a essas situações e a apoiar a implementação de estratégias de promoção da igualdade efetiva para os afrodescendentes.

"A negação, ocultamento ou subestimação do racismo e da discriminação racial, tanto a nível do Estado como da sociedade, contribui direta e

*Há na questão racial
em nossa Região, a
persistência de uma
ideologia comum
que se sustenta no
mito latino
americano da
democracia racial e
no estímulo ao
embranquecimento
cultural e racial dos
povos não-brancos.*

indiretamente para perpetuar as práticas do racismo, a discriminação, a xenofobia e as formas conexas de intolerância." O documento produzido pela Conferência das Américas, composto de 224 parágrafos consiste num amplo diagnóstico sobre as práticas discriminatórias persistentes na Região, suas raízes históricas, suas múltiplas manifestações atuais e identifica os grupos humanos que essas práticas atingem.

E, fundamentalmente, o documento final das Américas ao reconhecer o colonialismo como a origem da opressão, e exclusão dos afrodescendentes, apresenta inúmeras recomendações para os Estados da Região superarem as seqüelas que o passado de violência produziu e também para combaterem as práticas discriminatórias que se mantêm no presente e, por conseguinte, promoverem a efetiva integração dos grupos historicamente discriminados.

Disso decorre como explicitado nos documentos da Conferência das Américas ocorrida em Santiago do Chile em 2000 e reiterado na Conferência Mundial de Durban, a *"necessidade de promover estratégias, programas e políticas, que podem incluir medidas de ação afirmativa, para favorecer a aplicação de direitos civis e políticos às vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e formas conexas de intolerância, incluindo um acesso mais efetivo às funções públicas, judiciais e administrativas das instituições, assim como aumentar o acesso à administração da justiça em todas as suas formas, livre de qualquer discriminação"*.

44

E por fim impõem a questão das reparações ao Continente Africano e aos povos afrodescendentes pelos séculos de escravidão. Isso constitui um imperativo ético e moral decorrente do reconhecimento de que povos, nações foram submetidos a processos de escravidão, genocídio e espoliação, como já dito, isso constitui uma dívida de sangue.

E o seu reconhecimento em nosso entender começaria pelo cancelamento da dívida dos países africanos e o investimento em cooperação técnica em programas para atender carências no acesso à saúde, educação, justiça, a informação e comunicação e no desenvolvimento técnico e comunitário, com ênfase especial nos jovens e mulheres afrodescendentes.

Hannah Arendt diz em seu livro *"A dignidade da política"* que: *"a essência de toda ação, em particular a da ação política, é fazer um novo começo"... aprender a lidar com o que irrevogavelmente passou e reconciliar-se com o que inevitavelmente existe."*

Essa reconciliação depende da aceitação de que a distribuição da riqueza, na perspectiva de uma globalização igualitária, tem que atingir a sua dimensão socializada da exclusão racial. Essa distribuição desigual de poder e riqueza, está marcada também pela interseccionalidade de gênero que no contexto da globalização agudiza o processo de feminização da pobreza. E que os pobres e miseráveis da terra são mais do que estômagos vazios a espera da cesta básica da solidariedade. Querem participar ativamente das decisões que envolvem as suas vidas e os seus destinos.

Esquerda e direita ou globalização e antiglobalização não podem se constituir apenas em cara ou coroa, verso e reverso da mesma cultura ocidental.



É preciso que a luta por uma globalização igualitária rompa com o paradigma da construção da história sob a liderança exclusiva dos povos brancos, como seu atributo natural.

É preciso que a luta por uma globalização igualitária, rompa com a manutenção dos povos dominados em condição subalternas, destinados apenas a adornar a nova utopia com suas "originalidades" culturais.

Com isso quero afirmar que considero a valorização da diversidade racial, étnica e cultural um pressuposto indispensável para o enfrentamento e superação do racismo e das desigualdades que ele produz. Portanto para nós negros este debate é legítimo e estratégico. E por isto estamos presentes onde quer que ele se dê. Porém como questão de método eu diria que quanto mais distante do enfrentamento do racismo este debate se colocar, será a medida para nós do quanto uma nova reedição dos velhos mitos de democracias raciais latino-americanas estarão em curso. É fundamental para nós que a centralidade do racismo neste debate não seja obscurecida de forma a escamotear, por tanto afirmamos:

em primeiro lugar que o racismo e a discriminação racial são fatores determinantes das assimetrias sociais existentes em sociedades multiraciais, na medida em que a análise de qualquer indicador social demonstra a existência de um fosso entre brancos e não brancos.

Em segundo lugar que os desafios colocados para a realização da plena cidadania e erradicação das violações dos direitos humanos em nossas sociedades estão intimamente associados à tradição cultural racista e autoritária que instituiu que negros e seus descendentes não gozam de plena humanidade, daí não serem considerados detentores plenos de direitos humanos e por conseguinte de cidadania.

Essa visão arraigada tem naturalizado, essencializado a inferioridade social dos negros tornando-os, em uma espécie de paradigma da subalternidade social.

*Hannah Arendt diz
em seu livro "A
dignidade da política"
que: "a essência de
toda ação, em
particular a da ação
política, é fazer um
novo começo"...
aprender a lidar com
o que
irrevogavelmente
passou e reconciliar-
se com o que
inevitavelmente
existe."*

Mary Robinson afirmou em sua saudação aos afro-uruguaios que Durban adquiriria maior importância ainda a partir dos acontecimentos de 11 de setembro, que impuseram uma nova leitura da questão dos direitos humanos no mundo. E será precisamente dos escombros do World Trade Center que a alta comissionada extrairá os novos conteúdos que o terror amplificou, para a realização dos direitos humanos nesse novo milênio: a segurança dos seres humanos e o combate à discriminação como pré-requisitos para alcançar a paz. Disse ela em Montevideu: *"Creio que os acontecimentos de 11 de setembro nos fazem refletir sobre o que deveríamos estar fazendo antes. Atender à pobreza em qualquer nível que se viva em nossas sociedades, atacar o problema da discriminação definindo para ela uma agenda, e dar alta prioridade política para a solução do problema do Oriente Médio."*

Questionada sobre como se deveria combater o terrorismo, Mary Robinson foi categórica: *"Há duas maneiras: em primeiro lugar, o Conselho de Segurança da ONU adotou resoluções nas quais prevê medidas para buscar o dinheiro ilícito e avivar a cooperação judicial entre os países. O segundo caminho é aplicar a agenda antidiscriminatória, que se adotou na Conferência contra o Racismo na África do Sul. É necessária essa agenda porque creio que, ao aplicar medidas contra o terrorismo, pode ser que haja governos que restrinjam os direitos de expressão, suprimam as atividades de opositores, as vozes das minorias e limitem o direito dos exilados ao asilo".*

46

Portanto, o terror tem o poder de deter o avanço da democracia, dos direitos de igualdade e da liberdade, e permite que à sua sombra, ou tendo-o como álibi, práticas genocidas, autoritárias e excludentes, presentes hoje no mundo, continuem a prosperar. Acreditamos que o aprofundamento da democracia participativa constitui uma premissa fundamental para o combate do racismo, a discriminação racial e a xenofobia, fundamentada em um sistema jurídico voltado a garantir o exercício e o gozo dos direitos humanos, econômicos, culturais e sociais. Como já dito por Naomi Klein, *"os movimentos antiglobalização devem rejeitar a centralização de poder, precisam elaborar uma nova concepção de poder."* E acrescento, é preciso elaborar uma nova concepção de poder em que caibamos todos os *"diversos"*. Milton Santos disse em seu livro *"Por uma outra globalização"* que pela primeira vez na história estamos em condições de construir um universal empírico.

Entendo que a construção desse universal empírico requer a superação do universal abstrato da tradição ocidental, que homogeneizou um homem abstrato como padrão desejável para todos os seres humanos. Esse paradigma não se move. E o seu contraponto é a necessidade de permanente afirmação das identidades que ele nega.

Portanto, a renúncia à afirmação das particularidades étnicas e culturais em prol de uma construção desse universal só se dará na medida em que essas particularidades estejam plenamente contempladas nos discursos e nas práticas políticas em que variáveis fundamentais da exclusão como gênero, raça e classe sejam estruturais e equivalentes nas análises e no desenho das políticas igualitárias.

A utopia que perseguimos hoje, se encontra na busca de um caminho entre uma negritude estigmatizada e redutora de nossa condição humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Mas para isso, o branco ocidental



hegemônico tem que intencionalmente renunciar aos privilégios que a brancura lhe instituiu em prol da realização da plena humanidade de todos. Esse é um dos pré-requisitos fundamentais para uma globalização igualitária.

Por fim é preciso mencionar uma última dimensão dessa questão. O racismo, a discriminação e a exclusão por eles produzidos, transformaram suas vítimas num ônus para as sociedades, um entrave para o desenvolvimento desses países e um impasse para a consolidação da democracia. Desse ponto de vista, todas as reivindicações por equidade em relação as oportunidades sociais e a realização plena de nossa condição humana que o racismo e a discriminação negam têm também o sentido de conquistar o direito de oferecer e doar e exercer plenamente a nossa generosidade. Porque a nossa condição de vítimas ou de credores sociais não está inscrita em nossa natureza, ela foi historicamente construída.

Por isso queremos recuperar o direito de oferecer a nossa inteligência, o nosso vigor físico, a nossa herança cultural, os nossos valores espirituais, a nossa criatividade e a nossa extraordinária capacidade de resistência, para o enriquecimento do patrimônio cultural e ao desenvolvimento de toda a humanidade.



“Creio que os acontecimentos de 11 de setembro nos fazem refletir sobre o que deveríamos estar fazendo antes. Atender à pobreza em qualquer nível que se viva em nossas sociedades, atacar o problema da discriminação definindo para ela uma agenda, e dar alta prioridade política para a solução do problema do Oriente Médio.”

Mary Robinson.



O fundamentalismo e a Igreja Católica Romana

Frances Kissling

A ascensão do fundamentalismo religioso é um fenômeno complexo que abarca uma ideologia religiosa na qual a vida familiar e a organização política -submetidas a uma crença ultraconservadora- combinam o controle masculino, a negação da democracia, e dos direitos das mulheres, com uma ideologia política que demanda uma estrutura do Estado em conformidade com suas posições religiosas conservadoras.

Apesar de existirem elementos de análise do fundamentalismo religioso no Estado moderno que são compartilhados por progressistas, como a rejeição da corrupção dos governos, o consumismo e materialismo e -entre os fundamentalistas do Terceiro Mundo- uma rejeição do imperialismo norte-americano, as duas visões de mundo se encontram em pólos opostos.

Para os progressistas, duas das formas mais perturbadoras do fundamentalismo religioso são os Novos Cristãos, muito ativos nos Estados Unidos e na América Latina, e o fundamentalismo islâmico praticado pelos talibans no Afeganistão. O fundamentalismo dos Novos Cristãos está estreitamente vinculado aos políticos conservadores norte-americanos, de Ronald Reagan ao atual presidente George W. Bush, que adotaram políticas econômicas que favorecem aos ricos e ignoram as necessidades dos pobres, exportaram sua religião para toda a América Latina e se aliaram com os regimes mais antidemocráticos da região. Por seu lado, o fundamentalismo islâmico tem buscado o controle do Estado na política e na vida social esquecendo-se das liberdades civis e dos direitos humanos de todos aqueles

49

Articulação Feminista MARCOSUR

Frances Kissling,
feminista
norte-americana,
Presidente de
Católicas pelo
Direito a
Decidir (Catholics for
a free Choice)



que estejam em desacordo com ele; freqüentemente tem agido através de partidos políticos religiosos, mas também, em algumas oportunidades, através do “*vigilantismo*” (vigilância policialesca) e da violência.

Os e as progressistas comprometidos e comprometidas com a luta pela justiça social e econômica e contra a globalização perdem muito tempo em rechaçar o fundamentalismo da Igreja Católica Romana e em procurar entender contradições tais como, por exemplo, que Bono se encontre com o Papa e juntos peçam a erradicação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, ou que bispos como Dom Samuel Ruiz do México e Casaldilga do Brasil liderem a luta pelos direitos dos povos indígenas.

Tanto o Vaticano como os bispos são poderosos e, de certo modo, compartilham de nossos objetivos. Queremos tê-los de nosso lado. No entanto, muitos progressistas tendem a ignorar o crescente fundamentalismo da Igreja. Sempre foi assim. Desde a conversão de Constantino, no século IV, a trajetória do catolicismo oscilou de um movimento de contra-cultura nas fronteiras do judaísmo a uma religião de Estado com todas as tramóias de uma monarquia européia. E é no papado de João Paulo II que prosperaram todas as características do fundamentalismo, sob esse triunfante Papa anticomunista. E todos sabemos que o anticomunismo não deve ser confundido com democracia.

50

Não podemos ignorar o fundamentalismo da Igreja Católica Romana, porque se trata de um perigo para dois valores de vital importância para o movimento progressista: o Estado laico e os direitos das mulheres, especialmente os relacionados com a liberdade sexual e reprodutiva.

Igual aos Novos Cristãos norteamericanos e aos fundamentalistas islâmicos, o Vaticano acredita que o Estado moderno fracassou. Das Nações Unidas à Irlanda, passando pelo México, as leis não se adaptam à visão que a Igreja tem da família, nem dos papéis feminino e masculino; os homens já não mandam. Lentamente vem se desenvolvendo um frágil consenso internacional que sustenta a idéia de que o casamento pode falhar e que aos cônjuges deve-se permitir divorciar-se e voltar a casar. Homens e mulheres devem ter acesso a métodos modernos de anticoncepção para poderem decidir a quantidade de filhos que desejem ter e quando ter. As mulheres que têm sido violentadas, e as que não, devem ter acesso à contracepção de emergência para prevenir a gravidez. As mulheres não devem morrer por abortos ilegais. Os e as adolescentes têm direito a uma vida sexual e aos contraceptivos. As pessoas com risco de contrair o vírus HIV/AIDS devem ter acesso aos condons (preservativos). Os gays, as lésbicas, os bissexuais e transgêneros têm direito a uma família, filhos, benefícios sociais e o direito a se casarem.

A reação da Igreja Católica Romana a estas mudanças sociais e políticas na aceitação da liberdade sexual e reprodutiva tem sido fundamentalista. No Kenya um bispo de renome realizou uma queima de condons; no México o muito respeitado Samuel Ruiz ameaçou com a excomunhão a qualquer legislador de Chiapas que votasse pela manutenção da lei que legalizou o aborto neste Estado. Os provedores do serviço social da Igreja em todo o mundo têm proibido que se eduque sobre os riscos de contrair HIV/ AIDS e também têm proibido que se distribua preservativos. A tal extremo chegou a proibição de compartilhar preservativos entre os doentes portadores do HIV que, quando um médico católico, diante de um marido hemofílico em quem se havia



diagnosticado o HIV, pediu um conselho à Igreja sobre se seria ético recomendar a ele o uso de preservativo, a resposta foi não. O Vaticano disse que a companhia do paciente mantivesse a castidade. O curioso é que se a prática da castidade terminasse em divórcio, a companhia deveria praticar o sexo para impedir este divórcio, e nem mesmo neste caso poderiam usar preservativo. Durante a guerra da Bósnia, o Papa mandou uma carta aberta às mulheres que tinham ficado grávidas depois de serem violentadas, na qual pedia a elas que não praticassem o aborto, e que transformassem a violação num ato de amor fazendo desse filho a carne de sua carne.

Na União Européia, o Vaticano fez um intenso "lobby" contra as uniões e os casamentos gays, procurou fazer com que os empregados gas em programas da Igreja apoiados pela União Européia fossem discriminados; na Polônia a Igreja apoiou as medidas do governo que acabavam com as creches forçando as mulheres a deixar seus trabalhos; no Chile a Igreja fez "lobby" contra os projetos de lei de divórcio; nas Filipinas pediu ao governo que suprimisse os serviços de planificação familiar e que recomendasse a abstinência; nos hospitais católicos dos Estados Unidos a Igreja se nega a oferecer esterilização voluntária e/ou contracepção de emergência para as mulheres violentadas. Isso tudo é realmente tão diferente dos talibans que não permitem às meninas irem à escola? Ou é muito diferente do fundamentalismo da Nigéria que tentou apedrejar uma mulher violentada porque ela tinha ficado grávida?

Mesmo dentro do clero tem-se cometido sérias violações dos direitos das mulheres e dos meninos e meninas. Os dois informes subseqüentes sobre a exploração sexual de freiras da Igreja Católica Romana por sacerdotes em 23 países foram ignorados pelo Vaticano, ainda que tenham sido acompanhados de documentação importante de freiras africanas, que foram obrigadas a ter relações sexuais com os padres porque estes temiam o contágio da AIDS se fossem com as prostitutas. Algumas das irmãs que ficaram grávidas foram obrigadas a praticar o aborto, enquanto que outras que tiveram seus bebês, foram expulsas das ordens religiosas às quais pertenciam, mandadas de volta para suas comunidades sem nenhuma ajuda econômica. Dá para imaginar que os padres nada sofreram por terem engravidado as freiras. Algumas delas contraíram a AIDS e morreram.

Um ano depois destes acontecimentos terem sido noticiados na imprensa, explodiu o escândalo do abuso sexual dos padres nos Estados Unidos. Uma exaustiva investigação feita pela organização Católicas pelo Direito a Decidir

*Não podemos ignorar
o fundamentalismo
da Igreja Católica
Romana, porque se
trata de um perigo
para dois valores de
vital importância para
o movimento
progressista: o Estado
laico e os direitos das
mulheres,
especialmente os
relacionados com a
liberdade sexual e
reprodutiva.*

identificou mais de 5.000 (cinco mil) casos entre 1995 e 2002, por meio de informações da imprensa. O Vaticano alegou que era um problema menor e que a Igreja estava sendo apontada injustamente pelas mídias. A sua única reação foi transferir para outros países os padres que abusaram dos meninos para que se evitasse perseguição, tal como fazem as empresas farmacêuticas com os medicamentos ineficazes ou com datas de uso vencidas, mandando-as aos países do Terceiro Mundo. Assim faz a Igreja mandando estes curas ineficazes para o México, Filipinas e outros países.

É natural que a igreja tenha perdido a confiança dos católicos e católicas. Quando proibiu a contracepção em 1968, muitíssimos católicos simplesmente ignoraram a proibição e usaram pílulas, preservativos e diafragmas. Nas Nações Unidas a campanha contra o planejamento familiar não está sendo apoiada pelos países católicos, mas pelos estados islâmicos conservadores. Tendo perdido a guerra moral, o Vaticano pôs toda sua influência sobre as políticas públicas internacionais para a família, sexualidade e reprodução. Desde a Conferência sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, o Vaticano utilizou sua qualidade de Observador Permanente como Estado Não Membro das Nações Unidas para pregar contra as políticas que poderiam ter muitas vidas e defendido os direitos humanos de homens e mulheres.

52

A categoria de “estado” do Vaticano é única deste tipo, nenhuma religião tem essa categoria. Outro estado com essa categoria é a Suíça, e isto está para mudar. Em breve o único Observador Permanente como Estado Não Membro será a Santa Sé, como chamam ao Vaticano nas Nações Unidas. Por que uma religião que ocupa apenas 108 acres de terra com atrações turísticas e prédios de apartamentos em pleno centro de Roma e tem população de menos de mil pessoas – a grande maioria sendo homens – é considerada um estado pelo sistema das Nações Unidas? Primeiro, e principalmente, porque buscou esse status de maneira enérgica e, segundo, porque conta com algumas funções similares às funções de um estado, a exemplo de uma estação de rádio e uma empresa de correios, e porque foi convidada pelas Nações Unidas a participar nas áreas especializadas que tratam dos temas mencionados.

Um dos benefícios de ser Observador Permanente como Estado Não Membro é a possibilidade de participar das conferências das Nações Unidas como as da década dos 90 sobre população, mulheres, direitos humanos e desenvolvimento social. Em cada uma dessas conferências, o Vaticano buscou limitar o direito à atenção à saúde e o direito à vida. Na Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, por exemplo, a Santa Sé chegou a afirmar que os preservativos transmitiam a AIDS e que não deveriam fazer parte das campanhas internacionais de prevenção. Na Conferência sobre a Mulher, em Beijing, o Vaticano se negou a aceitar a declaração de que os direitos das mulheres são direitos humanos, pedindo, em troca, uma linguagem que dissesse que os homens e as mulheres são iguais em dignidade.

Na Europa, o Vaticano se empenha para que “as raízes cristãs” deste continente sejam reconhecidas pela Carta dos Direitos; da mesma forma mantém uma missão no Conselho da Europa onde faz lobby para conseguir fundos para as agências das igrejas e para promover políticas sociais conservadoras. E em cada país a Santa Sé reforça os acordos que lhe garantem privilégios especiais.



Por outro lado, um crescente movimento católico progressista trabalha para limitar o lado fundamentalista da Igreja Católica e assegurar que outras vozes, em especial a das mulheres católicas, sejam ouvidas na ONU. Através da campanha "See Change" se está pedindo ao secretário geral que reveja a categoria de Estado Não Membro Observador Permanente que ainda é mantida pela Santa Sé, considerando que esse status é injusto porque nenhuma outra religião está assim representada nas Nações Unidas. Argumenta-se também que um corpo que se considera a si mesmo infalível é incapaz de negociar ou fazer acordos em matérias que vê como "divinas". A campanha foi apoiada por mais de 1.000 (mil) grupos e milhares de pessoas.

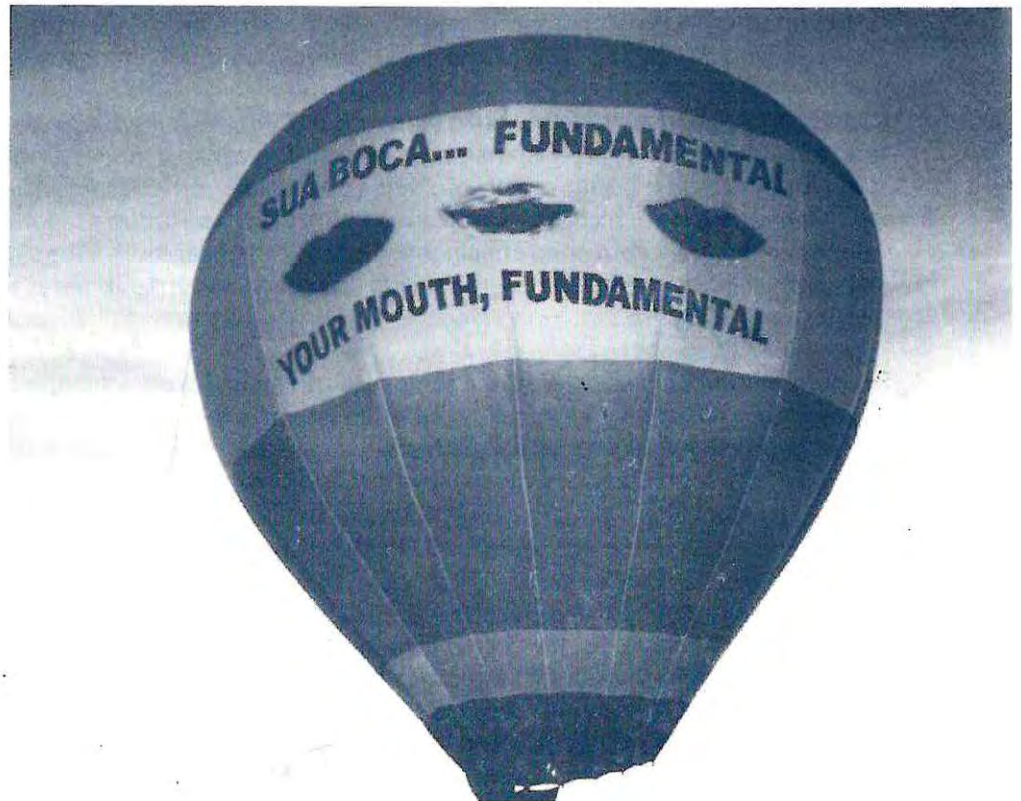
A Igreja poderia ser uma força importante de paz e de justiça, mas no mundo moderno isto requer mais que pedir a redução da dívida e a diminuição da pobreza. Requer o fim do fundamentalismo, o respeito ao pluralismo, a tolerância pelas diferenças. Enquanto a Igreja não se mostra comprometida com estes valores, é mais apropriado chamá-la de fundamentalista. É muito importante que os católicos e os não católicos que apoiam estes valores trabalhem para mudar a Igreja.



SUA BOCA, FUNDAMENTAL



campanha





CONTRA OS FUNDAMENTALISMOS

A campanha CONTRA OS FUNDAMENTALISMOS, O FUNDAMENTAL É A GENTE quer amplificar vozes que firmemente se opõem às práticas, discursos e representações sociais discriminatórias, que submetem às pessoas à situações de opressão, ou vulnerabilidade. Acreditamos na possibilidade de se construir, no campo simbólico e no campo político, uma dimensão de seres humanos e de sujeitos, sejam mulheres ou homens, onde essas práticas se tornem impossíveis.

Religioso, econômico, científico ou cultural, o fundamentalismo é sempre político e prospera em sociedades que negam a humanidade na sua diversidade, e que legitimam mecanismos violentos de sujeição de um grupo pelo outro, de uma pessoa sobre a outra. Essencialmente excludentes e belicosos, os fundamentalismos minam a edificação de um projeto de Humanidade onde todas as pessoas tenham direito a ter direitos, sacrificando, num cúmulo de perversidade, a vida das mulheres.

Esta Campanha propugnar formas democráticas e pacíficas de enfrentar os conflitos. Formas que permitam reconhecer as diferenças e afirmar a solidariedade, reivindicar a igualdade e valorizar a diversidade, na busca de soluções negociadas seja na esfera pública, privada ou íntima da convivência humana.

EM NOME DE DEUS

O fundamentalismo religioso está presente em diferentes doutrinas. Na tradição guerreira dos filhos de Abraão -judeus, cristãos e muçulmanos- as vertentes fundamentalistas se sustentam na convicção tribal de serem, cada uma destas, o povo escolhido, presenteado com a revelação de um único e verdadeiro Deus. São vertentes que arregimentam 'rebanhos' disciplinando-os para que resistam a qualquer transformação, sob pena de receber como castigo a dor e o sofrimento.

O fundamentalismo judeu persegue a meta de construção do Estado de Israel do tamanho que se anuncia na Bíblia Hebraica. O fundamentalismo islâmico quer fazer dos ensinamentos do Alcorão a única forma de vida, de moral, de política e de organização do Estado entre os islâmicos em todo o mundo. A evangelização católica justificou, na colonização da América, a dominação de milhões de seres humanos em suas próprias terras, destruindo vidas e culturas. Foi com argumentos sustentados em "*bases divinas*" que a ideologia racista usurpou, dos povos indígenas e africanos, sua condição humana.



A violência "*abençoada pela divindade*" promove o assassinato de mulheres muçulmanas no Irã, na Argélia, na Somália, no Paquistão, em Bangladesh, no Curdistão ou no Afeganistão, pelos mais absurdos motivos, reais ou imaginários. É neste caldo de autoritarismo que persiste, em pleno século XXI e em diferentes regiões da África, Ásia e Oriente Próximo, a prática da mutilação genital feminina.

Nas Américas, a ofensiva fundamentalista católica para o controle da sexualidade feminina parece seguir, ainda hoje, as orientações do "*Malleus Maleficarum*" (Martelo das Feiticeiras) que há mais de 500 anos "*preveni*" os inquisidores sobre a necessidade de manter este controle estrito, sem o qual a "humanidade" estaria sujeita a todos os tipos de males. Na América Latina e em tantas outras regiões do mundo, o assassinato de mulheres por homens sob a alegação de "*legítima defesa da honra*" ainda é legitimado ou tolerado. Os fundamentalistas católicos ameaçam e espancam mulheres que recorrem a abortos legais nos Estados Unidos.

Independentemente dos objetivos de cada fundamentalismo, uma coisa é certa: há um ponto de convergência entre todos eles: todos querem dominar, controlar, sujeitar violentamente os corpos, as sexualidades, as subjetividades, as vidas das mulheres.

Por quase tudo mais podem declarar uma guerra ou promover um ato de terror de dimensões catastróficas como foi o ataque ao World Trade Center. Mas não importa de onde venham, se da Casa da Branca, das mesquitas azuis, de alguma catedral ou sinagoga, os fundamentalistas invariavelmente se encontram para impor sua verdade única, sua única voz sobre todas as vozes e para tentar destituir as mulheres de seus direitos humanos, dos seus direitos ao prazer, a exercer livremente a sua sexualidade, a decidir por um aborto, ou a ocupar um espaço de poder.

EM NOME DO MERCADO

O Mercado é uma espécie de divindade contemporânea, que ocupa o lugar do Deus único e da verdade absoluta, inerentes a todos os fundamentalismos. Em



nome dessa verdade absoluta, os homens que governam, a exemplo dos demais, produzem conflitos inegociáveis e promovem a guerra, a violência, a exclusão, a discriminação, o individualismo e a destruição da natureza.

Os seguidores do Mercado também rezam por uma Bíblia: adotam uma vertente da "tradição" capitalista com perfil de pensamento único. Também na lógica do Mercado existem os eleitos. Estes são machos, brancos, originalmente - mas não exclusivamente - ocidentais do norte e formalmente heterossexuais. O Mercado se serve do sexismo, do racismo e da etnicização da força de trabalho. Utiliza ideologias discriminatórias, profundamente introjetadas por parcelas significativas das populações do planeta, para saciar sua voracidade pela ampliação dos lucros e manter suas hegemonias. Também no Mercado há uma concentração de esforços para controlar a sexualidade humana, em especial a das mulheres.

O Presidente da maior potência capitalista do mundo, George W. Bush, eleito com o apoio de grupos religiosos fundamentalistas, está para o fundamentalismo de Mercado, como alguns mullas e arcebispos estão para os fundamentalismos muçulmano ou católico. Um dos grandes temas de sua campanha eleitoral foi a proibição do aborto. Assim que assumiu a presidência Bush assinou a Lei Mordaça, proibindo que os recursos governamentais destinados à cooperação internacional fossem destinados a programas de saúde reprodutiva que lidam com a questão do aborto, mesmo sendo apenas a título de oferecer informações às mulheres.

RELIGIOSOS OU DE MERCADO, OS FUNDAMENTALISMOS SE ASSEMBELHAM

É curioso constatar que os governos dos EUA e do Afeganistão foram os únicos que até hoje não assinaram a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW. Curiosamente também, na ONU, quando o tema em questão são os direitos sexuais e reprodutivos, o Governo de George W. Bush começa a fazer alianças com os países muçulmanos e com o Vaticano,

A capacidade de dominação do fundamentalismo de Mercado toma dimensões impressionantes dado o seu casamento indissolúvel com os poderes dos Estados e com instituições globais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Mas os amplos e nefastos efeitos que esse tipo de união promove são velhos conhecidos. A tortura e o assassinato de mulheres nas fogueiras da Santa Inquisição não teriam tomado proporção de chacina, sem a aliança duradoura da Igreja Católica com a nobreza. A escravidão dos povos de

origem africana e o genocídio dos povos indígenas no Novo Mundo também não teriam sido possíveis sem a união inabalável da Igreja e com os poderes imperiais.

A intransigência e a imposição de idéias são regras comuns aos fundamentalismos. Como os religiosos, o fundamentalismo de Mercado também suprime os espaços de expressão das divergências, evitando o debate democrático. À sociedade, resta a alternativa de estar com ele, e sensível a seus humores inconstantes, ou contra ele, submetida a sua ira feroz e mesmo assassina. Intimidados diante desta ira, muitos governos já se converteram ou baixaram a cabeça, num ritual mais conhecido como *entreguismo*.

O FUNDAMENTAL É A GENTE

Ao longo da história da humanidade, a violência imposta por diferentes expressões do fundamentalismo vem deixando feridas abertas. O remédio de novas guerras não tem cicatrizado essas marcas mas, ao contrário, tem produzido sociedades ainda mais atemorizadas, sofridas, doentes e mutiladas.

60

Não são novas as forças que movem os motores da injustiça e da guerra que hoje funcionam a pleno vapor em várias partes do planeta Terra. Mas é preciso que sejam novos os olhares sobre elas, para que possamos compreender sua engrenagem e perceber qual combustível as alimenta.

Um dos elementos vitais para os fundamentalismos sobreviverem e/ou ressuscitarem é a existência de condições propícias à aceitação da dominação. Por isso, é preciso desfazer os condicionamentos que nos levam a aceitar -das relações mais íntimas até aquelas que se desenvolvem na esfera pública - como natural o domínio pela coerção, que se funda na relação mais elementar entre seres humanos, baseada na sujeição da mulher pelo homem.

É preciso reconhecer o androcentrismo e etnocentrismo presentes em tantos projetos e práticas políticas que garantem supremacias. Reconhecer que o dito "*universal*" e suas bases políticas de igualdade de direitos, ergueu-se sobre alicerces brancos, masculinos, ocidentais e heterossexuais, e sobre a incapacidade para o diálogo, a negociação e a inclusão. Isto significa questionar estes paradigmas, sustentando o desafio de construir alternativas radicais para enfrentar os inúmeros conflitos, inclusive entre civilizações e culturas.

Trata-se de um processo constante de vigilância e auto-crítica, orientado pela ética dos direitos humanos e pelos valores democráticos para edificar a verdadeira solidariedade.





É preciso denunciar qualquer expressão do fundamentalismo, em qualquer parte, e combater "*o pequeno e indesejável fundamentalista*" que persiste em cada um, ou cada uma de nós. Os fundamenalismos só podem ser superados com a transformação dos indivíduos, dos cidadãos e cidadãs, dos sujeitos políticos. Isto significa limpar o terreno e semear o campo para que possam germinar relações políticas e econômicas igualitárias, equânimes, solidárias e éticas. Cuidar para que frutifique uma sociedade mais instigante e excitante, onde as diversidades sexual, racial, religiosa, étnica e de toda natureza, possam de fato ser valorizadas.

Mais que isto, os seres humanos querem e precisam concretizar relações íntimas, verdadeiramente afetivas e prazerosas, igualitárias, baseadas no respeito, no cuidado e na confiança mútua.

É preciso que a construção da cidadania global seja alimentada pela possibilidade de imaginar um futuro onde todas pessoas tenham futuro. Neste novo milênio, a humanidade deve ser capaz de construir espaços coletivos para que as diversas identidades participem da construção de um "*nós*" inclusivo, plural, mutante, e não isento de conflito. Esta é a dimensão básica de uma tarefa política alternativa.

Um outro mundo é possível. Mais que isto, um outro mundo, muito melhor, é possível.



VOZES DE MULHERES

testemunhos





“Me neguei a que me consolassem...”

Vivian Imogbo

Socióloga, mora em Emugo área violenta e rural da Nigéria, integra a Organização de mulheres do Estado do Norte de Cross River, Calabar..

Eu tinha 12 anos. A minha irmã tinha sido circuncidada na minha frente. Ela era muito forte e lutou muito para se libertar do homem que se sentou em cima do peito dela para mantê-la quieta, e das cinco mulheres que lhe seguravam as mãos e pernas. Ela se livrou deles e fugiu. No dia seguinte, perceberam que a operação não havia sido bem feita e a repetiram. Ela chorou a noite toda de dor.

Dias depois, pediram-me que desse água de beber a algumas visitas que chegaram em nossa casa. Eu aceitei e não percebi que era uma armadilha para me fazer entrar no quarto, onde eles iriam praticar a minha própria mutilação genital.

Várias mulheres me seguraram. O circuncidador local rasgou-me com um objeto cortante chamado “acada”. Sangrei muitíssimo e as mulheres limparam o sangue com um pano sujo. Não aceitei que me consolassem, porque estava me sentindo traída.

Até hoje sinto uma sensação de formigamento e sangro intermitentemente devido a uma infecção. Tive sérios rompimentos nos meus partos. Expilo gás pela vagina de uma maneira incontrolável, o que é muito embaraçoso para mim. Tenho que me sentar de uma maneira especial para controlar isto.

Por causa da mutilação que sofreu, minha irmã mais velha morreu em função de um parto muito prolongado; ela tinha 16 anos.

Eu tive uma boa experiência no CIRDDOC em 1998, no “Tribunal sobre Violações aos Direitos Humanos das Mulheres”; o veredicto do grupo de juízes foi a condenação à prática da mutilação genital, recomendando que se adotasse uma legislação para aboli-la. Voltei para o meu país, mobilizada e sensibilizada com outras mulheres de base e começamos a trabalhar para conseguir a promulgação de uma lei que proibisse a mutilação genital no meu país. Tenho a satisfação de dizer que nossa campanha de sensibilização e “advocacy” deu frutos porque, no ano 2000, a Assembléia do Estado de Cross River apresentou uma lei que proíbe os casamentos de meninas e a circuncisão feminina ou mutilação feminina nesse Estado.

Atualmente estamos trabalhando duramente para conseguir uma efetiva implementação dessa lei.



Observação: Não se deve confundir a chamada «circuncisão feminina» com a circuncisão que é praticada nos homens em alguns países, cortando uma parte do prepúcio. A clitoridectomia é uma mutilação: a extirpação do clitóris das meninas.

"Outra maneira de amar é possível"

Anna Leah Saravia

Ativista do grupo de mulheres filipinas KALAKASAN. Fundadora da organização lésbica "Saindo do Armário" (Can't Live in the Closet CLIC). Na atualidade é Co-secretária Geral da Associação Internacional Lésbica e Gay (ILGA)

Como todas as outras mulheres, sou uma "cidadã de segunda" neste planeta e trabalho todos os dias para que o Patriarcado, o sistema que tem sob suas garras o amor das mulheres, entre em colapso antes que o planeta se quebre em pedaços no meio de guerras, fome e doenças.

Eu vivo no dia-a-dia fazendo o que tenho que fazer, num mundo onde a validade de minha existência como mulher, como artista, como ativista, pode ser desafiada a cada instante por aqueles que têm o poder...

Por quase trinta anos, contribuí com a sociedade filipina como jornalista, tendo sido crítica musical, produtora de programas premiados na mídia e nos eventos culturais, editora, organizadora de projetos educativos para jovens, defensora da saúde das mulheres...mas isto tudo perdeu o valor, como foi provado pelos fatos recentes; uma vez fui chamada publicamente de "lésbica-que-odeia-os-homens", por um "torturador doméstico", funcionário do governo.

Quando os nomes com os quais nos chamam e as palavras com que nos etiquetam são trocadas por "vergonha", "maldade", "invisibilidade" (dissimulação), nossa humanidade nos é tirada e tudo aquilo que acreditávamos ter dado às pessoas é varrido como se fosse pó. Fica-nos a consciência de que não estamos sós e que, ao final, aqueles que tentam fazer-nos desaparecer, serão derrotados.

Não escolhi ser uma ativista. Foi algo que simplesmente não tive como impedir diante das injustiças. É como não poder respirar e não buscar pelo ar. Sou feliz em minha vida? Há uma outra maneira de ser?

Para poder encarar a discussão sobre como combater a discriminação e a intolerância, eu formularei alguns pontos:

O primeiro é -do meu ponto de vista como feminista e ativista social- reconhecer a importância da universalidade da opressão sobre as mulheres, da opressão das Não-Homens pelos dominadores, pelo

grande sistema de opressão que impregna o nosso planeta: o Patriarcado.

Por que—a não ser que as próprias mulheres o exijam—os movimentos sociais não dão praticamente importância alguma aos assuntos das mulheres? Por que é que nós mulheres sempre sentimos que tem de haver uma luta para que nossa equidade seja reconhecida? Por que temos que fazer um esforço tão grande para atravessar os limites que a própria sociedade nos impõe, ainda que dentro dos movimentos progressistas?

68 É muito difícil para as pessoas que lideram os movimentos sociais admitir que não vêm às mulheres como iguais, assim como também não vêm aos homens que são percebidos como mulheres como iguais. Sentem-se eles ameaçados por mulheres que aparentemente não precisam de homens nas suas vidas? É tão difícil assim perceber o medo e a dor em nossos corações e poder achar um jeito de mudar as coisas?

O segundo ponto se refere à hierarquia das opressões: como a opressão sexual das minorias, é uma maneira lógica de se perseguir as pessoas que são:

O “Outro”, o humano Não-Homem, aqueles definidos e classificados como diferentes, como não normais, talvez até nem merecedores de uma existência, a não ser a de escravos ou bufões, ou nem sequer dignos de os deixarem viver; lembremos do destino das meninas recém nascidas na China.

O poder tem sido um meio para definir, descrever, rotular coisas, relações e pessoas. Os que estão no poder são testemunhas e descrevem condutas que depois respeitam e aplaudem; mas são também aqueles mesmos do poder que selecionam um determinado tipo de comportamento e o atribuem

a um grupo determinado, criticando-o para, mais tarde, justificar a sua condenação e perseguição.

O terceiro ponto refere-se ao “continuum” da discriminação e violência do Patriarcado e do Machismo. A violência e a discriminação pertencem a um mesmo continuum movido por um mesmo impulso. A diferença é apenas uma questão de grau: de uma grande tolerância para discriminar até a uma rápida decisão diante de um preconceito “justificado”.

Os problemas que aparecem para as e os LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), são os seguintes: nossa existência não está reconhecida nem validada; as formas de discriminação, entretanto, devem ser definidas oficialmente. O que constitui, por exemplo, uma violação, uma agressão, o assédio, a discriminação? Como serão penalizados?

Por outro lado, os representantes de nossos estados tratam de excluir a violência contra as minorias sexuais, excluindo nossa existência: não devíamos estar aqui, não somos humanos. Como poderiam, então, ser violados os nossos direitos humanos?

Gostaria de lhes contar dois fatos importantes que aconteceram com a ILGA (única Federação Mundial de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e outras minorias sexuais).

No último mês de julho, a ILGA reuniu 5 mil ONG e outros integrantes da sociedade civil para obter reconhecimento e credenciamento para a Primeira Conferência Mundial Contra o Racismo e Outras Formas Correlatas de Intolerância. Alguém pode pensar que, quando a ONU faz uma chamada para tal encontro, ela já teria a compreensão da forma com que os diferentes tipos de intolerância afetam aos cidadãos/ cidadãs das nações-membro. Mas não é o caso. O comitê encarregado do credenciamento votou 43 a favor e 43 contra nosso credenciamento,



sendo os contrários os liderados pela Organização de Nações Islâmicas, com 28 abstenções. Na linguagem das Nações Unidas, isto significa uma rejeição ao nosso pedido de credenciamento, sendo a única ONG a receber tal golpe, justamente numa conferência diretamente relacionada às experiências de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e outras minorias sexuais.

Vocês acreditam que um representante da Suécia se absteve? Pensam que ILGA e seus membros são paranóicos por ter acreditado que houve um esforço organizado para negar a nossa própria existência como parte da sociedade civil? E isto não é tudo. Há alguns dias, depois de meses de "lobby" entre os representantes da ILGA e os membros do Comitê de ONG que assessora o ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU), recebemos uma bofetada ainda maior: os 19 membros do Comitê de ONG, encabeçados pelos representantes do Sudão, votaram contra o pedido da ILGA para obter o status de observadora no ECOSOC.

Todavia, nem tudo está perdido, porque o Conselho Econômico e Social terá uma reunião em julho na qual se votará para que a ILGA obtenha o status de observadora. É aqui onde eu quero fazer minha primeira recomendação ao Fórum Social Mundial e a todos os e as participantes da conferência aqui presentes, incluindo o Fórum Mundial de Parlamentares.

Eu proponho que o FSM tome a iniciativa na votação de julho do ECOSOC, que faça lobby com os seus membros, para rejeitar as recomendações do Comitê de ONG e traga à ILGA o status de observadora no ECOSOC, que lhe foi tirado por causa dos interesses e preconceitos dos políticos norte-americanos.

Faço um chamado a todos para dar um passo concreto em prol do reconhecimento da nossa existência, dos problemas e sofrimentos de milhões

de integrantes das minorias sexuais na América Latina, África, Ásia, no Pacífico, em todas as regiões e países, inclusive nos Estados Unidos. Façam pressão junto aos seus governos para que, em julho, saibam que existimos, que somos discriminados e discriminadas e que nossas vozes devem de ser ouvidas juntamente com todas as outras da sociedade civil.

As lésbicas, os gays e todas as minorias sexuais – ainda que as vezes não se possa dizer que sejamos minorias sexuais – exigimos ser reconhecidos como membros da sociedade civil internacional. Enquanto os governos, as religiões, as grandes instituições não conseguem nos fazer desaparecer, não conseguem se desfazer de nós, do mesmo modo permitem que se continue a discriminação e a perseguição contra nós. Isto tem que acabar já!

Em quarto lugar, eu me pergunto como fazer para mudar o mundo. Para isso, proponho varias medidas práticas: dismantelar o Patriarcado agora, e instituir justiça de gênero; sem opressão nem exploração, com base em nosso gênero e em nossa orientação sexual. Justiça é equilíbrio, um equilíbrio dinâmico, como o do universo, como o planeta deve ser – uma questão de simples justiça. Teríamos que partir de uma reflexão pessoal até uma série de estratégias que já mostraram ter funcionado no mundo.

Porque as diferenças têm sido enfatizadas, as anormalidades têm sido criadas e as atitudes estimuladas. NÃO devemos apagar as diferenças, mas sim mostrar que as nossas diferenças não são tão inusitadas, e que existem, numa sociedade na qual outras diferenças são toleradas.

Proponho: defendermos nos meios de comunicação para mudar as atitudes e a opinião pública; dirigirmos à educação pública e diretamente às pessoas; trabalhar no âmbito legislativo exigindo o reconhecimento oficial de nossa existência e o da discriminação que sofremos por causa de nossa ALTERIDADE.



Precisamos da segurança de que a discriminação por orientação sexual seja considerada uma violação dos Direitos Humanos.

Confrontando os sustentáculos do preconceito e da hostilidade, que são o poder patriarcal, a religião, o mercado e a mídia, propomos: o trabalho coligado, a luta pelo reconhecimento de nossa legítima existência, a defesa dos direitos humanos de nossa comunidade, criar estruturas de apoio e escritórios para promover a equidade e a não discriminação, e promover uma campanha para acabar com as perseguições onde elas existirem.

Finalmente nos perguntamos: É outro mundo possível? Que espécie de mundo?

Para mudar o mundo, temos que assumir nossas próprias vidas e instituir as mudanças por nós mesmos, nós mesmas.

Outro mundo é possível: somos todos ativistas porque acreditamos que podemos construir outro mundo, se sabemos imaginar como será esse mundo. Isto é o que temos em comum com os e as artistas: ficamos contentes só com imaginar que outra vida é possível. É claro que seria bom se cada um, cada uma de nós pudesse ser dono e dona de uma ilha e criasse seu próprio mundo. De outra forma, a única vida que realmente podemos mudar é a nossa.

Sugiro um exercício que começaria com a seguinte pergunta: É possível me ver a mim mesma de outra forma? Podem se imaginar sendo o que não são?

Se você é homem, pode se imaginar vivendo como mulher? Que riscos você acha que enfrentaria? Que vantagens? Se você é mulher, gostaria muito de se imaginar vivendo a vida como um homem? Se tivesse a possibilidade de escolher, sabendo o que devem sofrer nesta vida homens e mulheres, o que seria mais fácil? Viver a vida de um homem ou a de uma mulher?

— FAÇA A EXPERIÊNCIA —

Se tem um, uma amante ou um companheiro ou companheira, sabe o que gosta nela ou nele? Não estou me referindo aos aspectos físicos, senão aos outros: é doce, é respeitadora, respeitador, paciente, generoso, generosa, trabalhador, trabalhadora?

O que acontece se em uma manhã você acorda e o seu corpo e o da pessoa que desejou mudou e são ambos homens ou ambas mulheres?

Que tipo de riscos acha que deveriam correr para continuarem se querendo? Agiriam como se nada tivesse acontecido? Ou ficariam aterrorizados, aterrorizadas diante da perspectiva de serem perseguidos, perseguidas pelas pessoas que os/as rodeiam, detidas/os por sodomia, despejadas/os por escândalo, postas/os fora do emprego por trazer a desonra, excomungadas/os pela Igreja por serem impuras/os?

Minha proposta é a de exercícios para Fazer Outro Mundo Possível. Primeiramente, faça a seguinte mudança nas notícias em destaque: onde houver homens, coloque mulheres, onde houver heterossexuais, ponha não-heterossexuais, onde houver brancos, não brancos. Quantos gostariam agora de se apresentar como não-heterossexuais só para obter posições de poder? Pode-se imaginar quantas lésbicas se ofereceriam? Depois, o movimento: aprenda uma dança ou um exercício físico que o ensine o equilíbrio entre o lado direito e o esquerdo do seu corpo, para desta forma aprender o princípio básico de justiça e harmonia, cooperação e trabalho em equipe; toque numa banda ou cante num coro.

Faça o inventário das suas inclinações, preconceitos e medos e diga a verdade para a pessoa que você ama.



De vez em quando, viva como o/a outro/a. Se for homem, viva como mulher e vice-versa. Se for heterossexual assumo uma identidade não-heterossexual e compreenda dessa maneira o medo e a ansiedade que as pessoas LGBT experimentam todos os dias no mundo todo.

Minha última proposta será uma forma de desafiar a todas as ONG presentes: organizem um grupo de LGBT em sua ONG e apoiem os esforços dos grupos locais de LGBT. Se puder, ajude a organizar uma Marcha do Orgulho em sua cidade e marche com Orgulho em solidariedade, compaixão e compreensão do que se passa com todas as pessoas que neste mundo tenham experimentado a discriminação e a intolerância.

Outro mundo É possível porque já não permitiremos a perseguição às mulheres e às minorias sexuais. Outro mundo não só É possível, outro mundo virá porque ele já está existindo em nossos corações.





“É ordem de Deus”

Suzanne Pharr

Ativista norte-americana contra a violência às mulheres. Fundadora do Projeto de Mulheres em Arkansas. Diretora do Centro Highlander em New Market/Tennessee. Autora de «Homofobia: uma arma do Sexismo» e «No tempo do Direito: Reflexões de Libertação».

Por mais de vinte e cinco anos participei do movimento para acabar com a violência contra as mulheres e o/as meninos/as. E apesar de todos nossos esforços -desenvolvendo vários milhares de programas antiviolença, dando centos de conferências, criando linhas diretas para receber ajuda, dirigindo incontáveis campanhas nos meios, trabalhando com todos aqueles grupos que quiseram nos abrir suas portas e gastando milhões de dólares- ainda hoje cada dia milhares de mulheres e meninas são violentadas, golpeadas e sofrem incesto nos Estados Unidos. Temos de perguntar-nos: como pode ser tão despietada esta violência em um país que se apresenta a ele mesmo como a maior democracia do mundo?

Uma resposta está na presença do fundamentalismo religioso, que tem sido nos Estados Unidos uma das maiores forças contra a libertação e a independência das mulheres. Mais ainda, acho que ele é quem autoriza esta atitude.

Os fundamentalistas religiosos são cristãos, judeus, muçulmanos, etc., existem em muitos países e compartilham algumas coisas, como por exemplo:

- ♦ Crêem na interpretação literal de sus textos sagrados;
- ♦ Crêem que sua agenda é a vontade de Deus;
- ♦ Opõem-se a tudo quanto é moderno, podem ser descritos como pessoas que olham o mundo através de um espelho retrovisor, no qual o passado supera o presente;
- ♦ Quase sempre manifestam intolerância a respeito de outras crenças religiosas;
- ♦ Consideram ser a subordinação das mulheres um ponto central para manter suas crenças; é ordem de Deus as mulheres se submeterem à vontade dos homens.



Esta última crença -compartilhada pelos fundamentalistas e por muitos outros grupos semelhantes- é a base do patriarcado e a origem da violência contra as mulheres. Existe, aliás, uma relação centralizada do poder a levar a outras formas de domínio, como por exemplo, a crença de serem os possuidores do poder de Deus para dominar e controlar os outros. Esta crença tem imposto a violência, justificadora da escravidão, da dominação econômica e do domínio dos Estados Unidos sobre outros países.

FUNDAMENTALISMO CRISTÃO NOS ESTADOS UNIDOS

Nas primeiras décadas do século XX os fundamentalistas cristãos assimilaram família e salvação e o fizeram a um nível mais pessoal que político. Depois, talvez como resposta aos movimentos de libertação em andamento, o Movimento cristão renascido, nos anos 70, cresceu e politizou-se. Transformou-se no maior setor da Cristandade. E se desenvolveu no interior de uma enorme massa de votantes organizada através das igrejas onde eram proporcionados às pessoas folhetos para os encaminhar às urnas e onde recebiam educação militante.

O objetivo era as pessoas eleitas seguirem a vontade conservadora de Deus.

A partir da eleição de Jimmy Carter, um «born-again christian», cada presidente dos Estados Unidos reconheceu o poder politicamente organizado dos fundamentalistas. Com a eleição de George W. Bush todas as orientações da direita norte-americana, incluindo os fundamentalistas, foram reunidas e institucionalizadas em sua administração. Veio após o dia 11 de setembro que conclui na fusão política de democracia/patriotismo/capitalismo/

fundamentalismo religioso em uma só entidade chamada de «Esta Nação Cristã». Não por acaso Bush representa a assim denominada guerra contra o terrorismo como a «guerra contra o demônio». Ele é o - ordenado/por/Deus - porta-voz da direita.

O IMPACTO DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO SOBRE AS MULHERES

- ♦ Existiu um ataque direto aos direitos reprodutivos, incluindo a supressão dos financiamentos às clínicas de saúde das mulheres no mundo inteiro. Houve bombas, ameaças de antraz, assassinato de médicos que faziam abortos.
- ♦ Foram feitos grandes esforços para eliminar a educação sexual, a disponibilidade de informação sobre contracepção, aborto, homossexualidade, HIV/AIDS; a abstinência foi a resposta para a prevenção da gravidez adolescente; não existe distribuição de camisinhas.
- ♦ As mulheres e os/as meninos/as, os principais receptores dos serviços sociais, foram prejudicados pela redução drástica dos impostos destinados aos serviços sociais e pela eliminação total da assistência social.
- ♦ As acadêmicas fundamentalistas organizaram ataques visando desacreditar as feministas, nossos análises e nossas pesquisas.
- ♦ Em um esforço persistente por manter inamovíveis os papéis de gênero, por duas décadas repetiram-se ataques contra a comunidade lésbica/gay/bi/transsexual, demonizando e criminalizando aqueles que têm relações sexuais diferentes às de um matrimônio heterossexual.

Os fundamentalistas acham que se formos donos/as de nossos próprios corpos, nossa sexualidade e nossas



relações familiares e os controlarmos, a hierarquia patriarcal iria cair em pedaços com a decorrente debilitação de outras formas de domínio.

— COMO PODEMOS FAZER MUDANÇAS? —

Do mesmo modo que os fundamentalistas acham que as mulheres são indispensáveis para o patriarcado e sua hierarquia, para manter a ordem e o domínio, nós devemos entender que as mulheres somos indispensáveis para a libertação de todos. O paradigma da dominação está no coração de tudo aquilo ao qual nos opoemos em nossos esforços políticos e, em face disso, a libertação e a eqüidade estão no coração do mundo que queremos criar.

Os direitos humanos, baseados na eqüidade e na justiça econômica nos trazem a estrutura básica do mundo que queremos criar. Queremos a mais ampla definição de direitos humanos: aquela que inclui o direito à comida, à vestimenta, ao teto (quase sempre dados como caridade), mas queremos educação, emprego seguro com salário digno, um meio ambiente saudável, segurança e atendimento de saúde. Esta definição ampliada dos direitos humanos é um princípio feminista essencial.

Temos de abraçar este princípio em nossa busca de novas sociedades democráticas nas quais exista eqüidade e justiça para todos e para todas. Alçamos nossa voz contra os fundamentalismos, alçamos nossa voz por eqüidade e justiça.





"Uma tragédia esquecida"

Mariam Rawi

Ativista afegã, integrante do Comitê Cultural da RAWA. Dá aulas na escola dentro dos campos de refugiados. Faz o design e publica uma revista periódica, "Mensagem de uma mulher". Vem compilando testemunhos de mulheres para incluir nas suas publicações e denunciar a sua situação.

Agradeço em nome da RAWA (Associação Revolucionária de Mulheres do Afeganistão), e em nome de todas as mulheres afegãs. O título deste painel é "Mulheres nos Fundamentalismos", e realmente um dos exemplos melhores é o do Afeganistão, onde nos últimos dez anos temos vivido sob um regime fundamentalista. A última tragédia do Afeganistão começou em 1977, quando os russos ocuparam o país. Depois se seguiram os dez anos de luta, quando a maioria das povoações foi destruída. Mais de três milhões de pessoas se alojaram nos campos de refugiados nos países vizinhos, morreu muita gente, e muitas pessoas ficaram viúvas e órfãs e mutiladas vagando pelo país.

No entanto, muitos países intervieram em nosso país e usaram os grupos fundamentalistas contra a Rússia. Os chamamos fundamentalistas porque são a gente mais ignorante, atrasada e também a mais odiada. Obtiveram, desde sua base no Paquistão, um enorme apoio econômico, político e militar, principalmente

dos Estados Unidos, do governo francês e de outros países ocidentais, e também do Paquistão, do Irã, da Arábia Saudita e outros. Isto porque, como vocês sabem, o Afeganistão tem uma posição estratégica e todos esses países têm seus próprios interesses políticos e econômicos nesta região, de forma que todos eles querem ter uma força para se apoiar...e os fundamentalistas eram os melhores para isto, e estavam prontos...

Depois da retirada das tropas russas em 1992 tomaram oficialmente o poder, entraram em Kabul e iniciou-se um dos períodos mais obscuros de nossa história. Não se pode encontrar outro exemplo semelhante em nenhuma parte do mundo como os dos crimes e atrocidades cometidos contra nosso povo, contra os homens, mas sobretudo contra as mulheres. Sempre que os fundamentalistas chegaram ao poder, em especial os islâmicos, as primeiras vítimas foram as mulheres, e disto tivemos experiência no Afeganistão. Ainda por cima



começaram a brigar também entre eles mesmos, porque as diferentes facções queriam ter mais poder e controle sobre mais territórios.

Em apenas quatro anos a capital, Kabul, foi destruída na sua maior parte, 50.000 pessoas foram assassinadas e, ao lado disso, se cometeram crimes desumanos como violação de mulheres, saques de casas, de escritórios do governo e de associações, de colégios e até de hospitais. Tudo o que podiam roubar e seqüestrar o faziam. Seqüestravam os homens, os levavam e prendiam para mandá-los lutar contra as facções inimigas. E todas essas coisas eram a rotina diária de todos os grupos fundamentalistas.

78

No ano de 1996, quando os grupos islâmicos fundamentalistas ganharam - um deles, o Taliban - uma nova cara, um novo nome tomou o poder. Não devemos nos esquecer que, a princípio, os talibans foram bem vindos ao Afeganistão, porque o povo tinha sofrido muito e estava satisfeito por ter um pouco de segurança no país.

Lamentavelmente, em poucos dias se deram conta da realidade dos talibans e hoje... creio que não é necessário mencionar a destruição que causaram e que prossegue, ainda hoje de alguma forma, e do mesmo jeito. Às mulheres não é permitido ir à escola e nem trabalhar, devendo se cobrir totalmente com a burka, enquanto o estádio de esportes foi transformado em lugar para a prática de diferentes castigos como execuções, mãos cortadas, surras e demais agressões. Todos os dias podia-se ver na rua mulheres agredidas por não usarem a burka e alguns homens por não terem barba, outra cruel lei islâmica. Homens e mulheres foram privados dos mais elementares direitos. Nós não lutamos por iguais direitos para homens e mulheres, mas para que as mulheres sejam reconhecidas como seres humanos no Afeganistão e para pôr fim ao regime dos fundamentalistas.

Após o 11 de setembro, a maioria dos países ocidentais tomou consciência do perigo dos grupos fundamentalistas e de que o terrorismo e o fundamentalismo estavam unidos e são parte um do outro. E, infelizmente, estes países começaram a bombardear o Afeganistão para derrubar os Talibans. O doloroso disso tudo é que esses países bombardearam em nome da defesa dos direitos das mulheres e dos direitos humanos no Afeganistão. Mas, desgraçadamente eles estavam, ao mesmo tempo, apoiando de novo a Aliança do Norte, grupo que voltou mais uma vez ao poder.

Acreditamos que haja alguma diferença, mas não podemos esquecer que foi a Aliança do Norte quem recebeu Osama no Afeganistão. Se Osama e os talibans são responsáveis pela morte sangrenta de 5.000 americanos, os líderes criminosos da Aliança são responsáveis pelos 50.000 mortos apenas em quatro anos, e só em Kabul. Se os talibans destruíram as estátuas de Buda, que eram parte de nossa história, as forças da Aliança do Norte destruíram e saquearam o Museu de Kabul, além de outros lugares históricos. Se os talibans fecharam as portas das escolas, os grupos da Aliança chamavam as escolas de meninas de "portas do inferno". A única diferença é que os talibans o faziam invocando leis do governo e os da Aliança o faziam como prática normal.

Hoje, e neste momento, novamente nosso país está enfrentando esta mesma situação. Depois que tomaram o poder em Kabul e venceram os talibans, começaram as lutas internas entre as diferentes facções... e isto, lamentavelmente, é uma luta entre grupos étnicos. Na realidade, os grupos fundamentalistas estão usando a religião e os grupos étnicos como arma contra os homens e mulheres do Afeganistão.

E isto é muito doloroso para nós afegãos, porque é a tragédia esquecida maior do mundo. Agora, depois



do 11 de setembro, as pessoas começaram a falar do Afeganistão e muitas acreditam que houve grandes mudanças em nosso país, e que há paz e liberdade. Mas para nós, a partir de nossa experiência, conhecimentos e condições nas quais vivemos, sabemos que os grupos fundamentalistas seguem existindo. Talvez já não seja importante se a mulher se cobre inteira ou não, se as mulheres usam burka ou não. O importante agora é solucionar os problemas básicos - sociais, econômicos e políticos - que existem, porque os grupos fundamentalistas continuam agindo da mesma maneira. E, lamentavelmente, qualquer ajuda financeira que o novo governo consiga das diferentes fontes, nunca chegará ao povo. Foi o financiamento de todos estes diferentes países que os fez poderosos, que os fez serem os governantes do Afeganistão e se tornarem líderes importantes. Mais uma vez gostaríamos de pedir aos governos para que não financiem e nem dêem atenção a esses grupos fundamentalistas.

Se realmente querem ajudar o povo afegão, não devem ajudar os nossos inimigos.





“Antes que a casa de pedra caísse”

Sharon Shenhav

Advogada israelita, Representante do Comitê pela Inclusão da Perspectiva de Gênero nos Processos de Paz e Integrante do Miemad. Tem dedicado sua carreira legal no Israel a lutar contra o fundamentalismo judeu, especialmente em áreas como o divórcio e os problemas de “agunot” (mulheres judias que não têm permitido o divórcio). Desde 1998 é Diretora do International Jewish Women’s Human Rights Watch.

Lamentavelmente, o fundamentalismo vem se reformulando de mil novas formas no decorrer dos anos, e hoje podemos falar de um fundamentalismo econômico, de um cultural e de um fundamentalismo político, que se desenvolvem dentro dos assim chamados “sistemas democráticos”.

Vou fazer referência especificamente ao fundamentalismo político israelense, o qual está atingindo um dos pontos mais altos nestes dias.

Os governos israelenses chegaram à conclusão de que a única maneira de lidar com as coisas é através do controle e da dominação; acabaram por acreditar que eles são o Bem e os outros são o Mal, e têm-se convertido em extremistas usando os métodos mais brutais e agressivos, sem deixar outras opções que não as de aceitar suas imposições.

O fundamentalismo político de Israel se expressa mediante o cerco continuado ao povo palestino no seu próprio território, cometendo assassinatos,

matanças de pessoas inocentes, de mulheres e crianças, arrasando cidades, impondo uma drástica limitação de movimentos, que chega até a impedir o acesso ao atendimento médico. Tudo isto afetou particularmente as mulheres palestinas, que de uma hora para outra se viram desafiadas a assumir as funções de mães e de pais, além de ter que ser o único sustentáculo de suas famílias depois de perder os maridos, os pais, irmãos e filhos; como consequência, se viram afetadas em sua saúde, educação e em seus empregos. E isto num momento em que a situação econômica não oferece praticamente possibilidades de emprego e, quando muito, no mais das vezes, devem contar com os seus filhos para conseguir o sustento diário, sendo por tanto crianças que abandonam os estudos para trabalhar em condições insalubres.

Desde que começou da Intifada Alaqsa, no ano passado, Israel instalou 90 novos assentamentos na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza colocou 129 postos de bloqueios militares para impedir o livre acesso a cidades e vilarejos e dividiu esse território



em 220 áreas isoladas; como consequência, as professoras e as crianças de aldeias distantes não puderam mais chegar a suas escolas; 174 escolas palestinas tiveram que fechar por causa do cerco, enquanto noventa mil estudantes secundários deixaram de frequentar as aulas nos liceus. Hoje, 20,3% das mulheres maiores de quinze anos são analfabetas, comparadas aos 7,8% dos homens.

O cerco e os bloqueios impedem, além disso, a livre circulação de alimentos, de serviços e de trabalhadores e trabalhadoras, o que afeta negativamente a economia palestina. Os informes afirmam que logo depois da imposição destas barreiras, 275.000 palestinos perderam seus empregos; 65% dos que moram na Margem Ocidental e na faixa de Gaza vivem abaixo da linha de pobreza (que está em US\$ 392 dólares por mês para uma família com dois adultos e quatro crianças); a taxa de desemprego atingiu 48% da população da Margem Ocidental e 67% em Gaza.

Com relação à saúde, os dados são ainda piores. Levando em conta que 70% dos palestinos moram nas áreas rurais, as restrições à circulação têm feito com que mulheres doentes não cheguem a ser atendidas, porque são retidas por muitas horas nos postos de controle militares; tais restrições têm feito também com que os partos em casa tenham aumentado 100% e que a mortalidade de recém nascidos tenha aumentado 58% em razão da falta de atendimento médico. O informe da UNRWA acrescenta que o atendimento pós parto às mães diminuiu 52%, o que levou a um aumento de mortes maternas. Estatísticas recentes mostram que 80% das mulheres palestinas não recebe hoje nenhum tipo de atendimento médico pós parto.

Com referência às perdas de propriedades, estas podem ser calculadas em quantidades enormes. Os

fundamentalistas israelenses não se esquecem da propriedade, infelizmente. Somente no ano passado Israel demoliu 809 casas palestinas, danificou 3.669 delas, destruiu cerca de 108 poços artesianos e 50 locais de culto, além dos 679 edifícios destruídos durante os bombardeios. Ao perderem suas casas, as mulheres perderam seus pertences e suas poupanças, o que afetou dramaticamente sua saúde mental e física, considerando que são o único apoio de suas famílias e que, deve-se acrescentar, as casas eram o único lugar onde podiam estar em certa segurança. Os "bulldozers" de Israel destruíram caminhos e arrancaram plantações; a maioria das mulheres rurais palestinas vivia da agricultura, elas e suas famílias.

No entanto, há mais ainda: as prisioneiras políticas, que são atualmente 13, das quais 4 são Su'ad Ghazal, de 18 anos, condenada a 6 anos e meio de prisão; Saná Amor, de 15 anos, sentenciada a 1 ano; Raba'a Hamayel, também de 15 anos, detida desde 28 de maio de 2001, e Sawsan Abu Tarqui, de 14 anos, detida desde 4 de setembro de 2001. Todas estas prisioneiras foram submetidas a brutais surras dadas pelos israelenses que conduziam os interrogatórios; duas das prisioneiras tiveram que ser internadas num hospital como consequência dos golpes, uma delas a menina de 14 anos, Sawsan Abu Tarqui.

O poema a seguir nos fala dos sofrimentos que palestinos e palestinas devem suportar diante do sentimento de perda, agravado dia após dia. O poema é intitulado "Há cinquenta anos" e sua autora é a palestina Suhair Majaj.

Faz cinquenta anos,
Que estou tratando de contar
Tudo o que se perdeu
Antes do meu nascimento.

A história do que havia
Antes que a casa de pedra caísse



Que a rajada de bombas caísse
Que as rochas fossem destinadas a novas funções ou
despedaçadas
E a terra declarada limpa, vazia.

Antes as laranjas se inclinavam com pesar
Caindo os brotos ao chão como neve
Que se derrete num instante (...)

Antes que as lágrimas se transformassem em incredulidade
A incredulidade em angústia
A angústia em impotência
A impotência em raiva
A raiva em desespero.

Antes que o cálice se enchesse
Levantado energicamente até os nossos lábios.

Há cinqüenta anos
Estou tratando de contar a história
Do que ainda estamos perdendo.

Desejaria, ao finalizar, erguer minha voz por todas as
mães palestinas que vivem em constante medo - não
só por suas próprias vidas, a sua saúde, nem pelo
teto e comida para elas- mas sim pelas vidas de seus
filhos. Com as palavras de In'am Odeh, mãe de Firas,
de 13 anos, morto pelos soldados israelenses:

"Não tenho podido dormir ou pensar desde a sua morte,
porque a pergunta que me persegue é esta: é culpa minha
que Firas tenha morrido ou foi Deus quem decidiu arrancá-lo
do meu lado?"

E depois prossegue dizendo:

"Um dia fui procurar por meu filho e cheguei à área onde uma
verdadeira batalha estava acontecendo. As balas passavam
entre essas crianças como gotas de chuva. Sentei-me no chão

gritando histericamente, agarrando qualquer criança que por
ali passava, pensando que podia ser meu filho".

Não há mais palavras depois destas de uma mãe
palestina, mas desejaria terminar afirmando que o
fundamentalismo político de Israel começou com a
ocupação e somente irá terminar com o seu fim.





"Você pode comer ... está limpo"

Creuza Maria Oliveira

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia. Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil e Secretária de Direitos Humanos de CONLACTRAHO.

Remeto-me à colonização das Américas e conseqüentemente a escravidão dos povos africanos para falar da discriminação e racismo no Brasil. Este sistema que negou a humanização desses povos submetidos à opressão e tratados como coisas.

A sociedade brasileira se estruturou e desenvolveu graças ao trabalho escravo, foi o país que recebeu o maior contingente de africanos escravizado, cerca de 4.500.000 de indivíduos, que se perpetua até hoje na desigualdade em todos os seus aspectos econômicos, culturais, sociais, educacionais etc.

Minha história não é diferente das de tantas outras, mulheres negras trabalhadoras domésticas oriundas de famílias pobres. Expulsas do interior do Brasil, pela miséria e precárias condições de sobrevivência, estas famílias são obrigadas a enviar seus filhos e filhas para o trabalho braçal. A maioria chega nos grandes centros ainda com tenra idade, pois o trabalho infantil é também uma das chagas da desigualdade e da exploração da sociedade brasileira.

Fiquei órfã, de pai, aos cinco anos, e aos dez minha mãe foi viver maritalmente com uma pessoa que não a aceitou com seus três filhos, infelizmente ela também veio a falecer quando eu tinha treze anos. Fui então trabalhar na casa de uma família, com a promessa de colocar-me na escola, e teria como tarefa fazer todo serviço da casa e ser babá de uma criança de dois anos. Longe de minha família e entes queridos logo sentiria a discriminação que marcaria minha vida para todo sempre. Os patrões faziam piadas com a minha pessoa, principalmente do meu cabelo, e da minha família. Lembro que em certa ocasião em uma das visitas da minha mãe, ela cuspiu no pátio dos fundos da casa prática comum no interior. Quando ela foi embora a dona da casa fez com que eu lavasse todo o pátio e passasse pano molhado na casa, numa clara alusão, que vim entender mais tarde, de que minha família e eu éramos sujas. Convivia com as crianças da casa, mas sentia o tratamento desigual para comigo, também criança. A minha refeição era feita pela patroa com o resto de comida do prato se seus filhos, ela dizia: "pode comer, está limpo". O



prato em que eu comia era diferente dos outros e ficava guardado embaixo da pia. Dava-me como exemplo dizendo aos filhos "se vocês não estudarem, vão ser empregadas domésticas". Foi um longo processo de negação de mim mesma, da minha humanidade e a perda da minha infância que foi junto com a morte de meus pais. Meus afazeres e as constantes humilhações não me permitiam ser criança. Brincar, fantasiar e muito menos ir a escola como haviam prometido. Quando meus patrões saíam para passear aos domingos, meu lugar era atrás, carregando e sendo responsável pela criança de dois anos, um esforço sobre humano para uma criança de dez anos de idade.

Eu queria que fosse diferente. Era a primeira a acordar, não podia visitar a minha família, não podia estudar, fazer amigos e era sempre responsável pela criança. Mas eu também era uma criança, mas trabalhava como se fosse um adulto.

A ilusão de sair do interior, trabalhar na cidade ir à escola não se concretizou.

Ao visitar-me, de seis em seis meses, minha mãe recebia restos de comida, roupas usadas e cerca de vinte reais (cerca de oito dólares), que era a "paga" pelos meus serviços.

Neste período o meu maior sofrimento era o espancamento, por qualquer motivo, sendo taxada de lerdá, idiota, preguiçosa etc. Como toda criança era curiosa e quando a patroa não estava em casa, o pai dela, de sessenta anos, mostrava-me seu órgão genital, masturbava-se e pedia que eu pegasse. Não tinha noção que estava sofrendo abuso sexual.

Nestes mais de trinta anos de profissão, após um período de construção de minha militância, através do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres, do Movimento Sindical, constato que o trabalho doméstico continua com a mesma prática, inclusive nos países da América Latina, como por

exemplo: México, Perú, Argentina, Guatemala, onde as trabalhadoras são pessoas que continuam sendo desrespeitadas, violentadas e exploradas.

A diferença do trabalho doméstico não existe somente na prática em geral, mas também se evidencia na lei, pois legalmente o trabalho doméstico não é considerado "nem régio" pelas leis trabalhistas. A lei 5858/72 que regulamenta a categoria trabalhador doméstico o/a define como "...aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa... à pessoa ou à família no âmbito residencial destas".

Em uma sociedade machista, racista e classista uma atividade social e culturalmente associada às mulheres composta em maior grau por mulheres negras, definida como sem finalidade lucrativa, não é valorizada. Esta realidade do não reconhecimento do valor social do Trabalho doméstico não é constatada somente no Brasil e sim na maioria dos países da América Latina,

Minha história de vida se confunde com minha profissão e esta norteia todas as atividades que hoje realizo.

Quando se é criança não reagimos e às vezes até achamos normal sermos violadas, porém sempre tive sede de saber e esperança de mudança e busquei uma forma de lutar contra as injustiças que vivi. Hoje luto, em várias instâncias, COLATRAHO (Confederação Latino Americana e do Caribe de Trabalhadores do Hogar), Sindoméstico (Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia), Movimento Negro Unificado, onde aprendi a aceitar-me como negra e não ter vergonha de mim mesma, de meu cabelo, da minha cor de pele; e Conselho Estadual de Mulheres, no sentido de buscar uma igualdade, reconhecimento e garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas.



A discriminação que recai sobre esta categoria profissional além de física é também psicológica, sendo esta última devastadora, pois esta deixam marcas tão profundas que não podem ser reparadas sem um atendimento especializado. Violência muitas vezes desencadeada em espaço privado, de forma muitas vezes "cordial", traduzida por não ter sua cidadania respeitada, não ter moradia, moram no local do trabalho, muitas vezes inadequado; ficar a disposição do patrão, não ter jornada de trabalho fixada em lei; em função disto perde o controle com o resto da sociedade, não tendo horário para o prazer e o lazer, cuidar de sua saúde, nem para viver sua vida; constituir família. O simples direito de ir e vir é violentado sem contar que a separação e o distanciamento de sua família já caracteriza uma violência.

A dominação e opressão exercida pelos patrões, neste espaço privado, se constituindo em uma lavagem cerebral, em um quase confinamento que leva a aceitar todo tipo de informação como verdadeira, sem oportunidade de uma análise crítica, até mesmo da situação em que se encontra. E como se não bastasse muitas vezes os meios de comunicação transmitem uma imagem irreal do seu lugar na sociedade. Quando tem acesso a escola, sempre em horários noturnos, esta escola não é de qualidade, não valoriza o ser humano, não trabalha a auto estima, não trabalha a cidadania. Tudo isto leva a perda de sua identidade, e os costumes diferentes adquiridos nos locais de trabalho leva a trabalhadora a sonhar com uma realidade que não é a sua. Ainda hoje isto acontece. É necessário que haja um comprometimento dos governantes com os sindicatos no sentido de desfazer um processo de 500 anos de pessoas que enriqueceram no poder, baseado na exploração do trabalho de mulheres e de homens negros.

"Alguns dados sobre a categoria trabalho doméstico:"

- De acordo com dados fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 1995, no estado da Bahia existiam cerca de 327.168 trabalhadoras domésticas;
- Na categoria trabalhadora doméstica, os brancos são 6,1% enquanto os pardos chegam a 8,8% e os negros a 14,7%. Segundo dados do IBGE/97;
- Dados do ano de 2000 revelam que 54,2% das mulheres negras, em Salvador estão em ocupações em situação de trabalho vulneráveis, nesta situação está incluído o trabalho doméstico, os trabalhos familiares não remunerados e os assalariados sem carteira assinada.
- O índice de rendimento médio de uma mulher negra, no ano de 2000 (Primeiro semestre), em Salvador, é de 43,33 em relação a 100,00 do homem branco.
- O índice de analfabetismo entre a população negra é de 22,2% contra 9,0% da população branca do Brasil, em 1997.
- O número de mulheres negras que não contribuem para o Instituto de Previdência é de 58,9% da população ocupada na região Nordeste/Sudeste, em 1997, o que pode ser resultado da elevada concentração dos trabalhadores em condições precárias de trabalho.
- A taxa de participação da mulher negra no mercado de trabalho, em Salvador, no primeiro semestre de 2000, foi de 54,5%.
- A porcentagem de trabalhadores domésticos, em Salvador, em 1998 era quatro vezes maior do que os números de brancos na mesma função.
- É a mulher quem recebe o menor rendimento médio, em termos de salários mínimos, cerca de 1,4.

Fonte: Home Page: http://www.mte.gov.br/gm/discrimin/disc_10.htm (Programa de Combate à discriminação no Trabalho e na Profissão); BENTO, Maria Aparecida. Palestra proferida no Seminário relações Raciais e Desigualdades Econômicas: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000. 67 p. – (série parlamentar; n.104); Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho. INSPIR. São Paulo. 1999

“Já sei como é a Terra Prometida”

Rose Muraro

Foi uma das primeiras mulheres a levantar a questão da mulher no Brasil moderno. Desde 1969 trabalhou em instituições da Igreja Católica, até que em 1986 (ao mesmo tempo que o Padre Leonardo Boff) foi castigada pelo Vaticano por seus trabalhos sobre o feminismo e sexualidade. Escritora e editora, em 1994 ganhou o título de Intelectual do Ano.

89

Minha relação com a Igreja progressista começou na adolescência (anos 40). Minha família era muito rica enquanto as pessoas se estraçalhavam entre si para obter mais dinheiro e poder. Fui a única que rejeitou essa situação visceralmente. Aos 15 anos meu pai morreu da doença dos executivos: infarto. Mais tarde todos os meus tios morreriam jovens também.

No dia em que meu pai faleceu jurei sobre seu túmulo que ia dedicar a vida a construir um mundo novo. Nessa época conheci um padrezinho magrinho que quase não comia, nem bebia e era considerado um santo: o padre Helder Câmara.

A partir daí fui trabalhar com ele pois era ele que estava construindo o mundo novo que eu queria. Cinquenta anos mais tarde quando eu dava aulas em Filadélfia (EUA) as mulheres me disseram que tivera um contato profundo com um dos maiores santos do século XX, maior que o Mahatma Gandhi “pois ele havia intuído aquele que seria o modelo sócio

econômico político hegemônico do século XXI, porque alternativo ao capitalismo globalizado”.

Mas, como foi que as coisas se passaram ? Meu trabalho com o ele começou na própria escola de verão em que eu estudava. Naquela década formara-se a Juventude Estudante Católica (JEC) que trabalhava para trazer o mundo para Cristo.

Era uma iniciativa começada pelo Papa Pio XI para recuperar as massas para o catolicismo, pois os operários se voltavam para o marxismo e a classe média se tornou agnóstica. Por isso os laicos de todos os setores da sociedade trabalhavam dentro do seu próprio grupo para conseguir esta transformação. Havia a Juventude Estudantil Católica (JEC) a Juventude Universitária (JUC) a Operária (JOC) a Agrária (JAC) e assim por diante.

O método de conquista era o de pequenos grupos que usavam o ver (detectar) julgar (analisar) e agir

(executar tarefas estabelecidas coletivamente). Tudo isto envolvido em uma fantástica mística de Justiça e no princípio também da salvação religiosa.

Isto foi tomando conta do Brasil, principalmente nos anos 50 quando já Bispo e Secretário Geral da CNBB ele conseguiu que quase todas as dioceses, abrangendo todo o território nacional de uma maneira ou de outra seguissem os seus passos.

No início dos anos 60 provou-se que era possível um esquerda dentro da Igreja: se quiséssemos seguir a Cristo tínhamos que lutar concretamente pela libertação dos pobres e sermos concretamente pobres.

Mas as coisas não eram fáceis. Nos últimos 1700 anos a Igreja estava concretamente do lado dos poderosos, a maioria dos bispos eram reacionários e fundamentalistas mas ninguém podia duvidar da santidade de Dom Helder.

Assim, no início dos anos 60 a sua ação e a nossa também havia tomado tais dimensões que chegou a ameaçar o sistema estabelecido. Metade do movimento operário, quase todo o movimento estudantil e boa parte dos camponeses pertenciam à esquerda da Igreja. O movimento comunista era muito pequeno e as massas influenciadas pela ideologia da direita hegemônica tinham medo porque pensavam que os comunistas tomavam as casas de todos e comiam criancinhas... Mas a Igreja, essa era confiável, tradicionalmente confiável.

Nessa época de grande efervescência política, Cuba havia adotado o regime comunista e era modelo e esperança de libertação para toda a América Latina. A CIA apavorada preparava as ditaduras dos anos 60 na América Latina conspirando com os governos de direita em quase todos os países. Por outro lado o Papa João XXIII enviava equipes de Roma para observar o trabalho de D.Helder e escreveu as duas

encíclicas sociais mais importantes do século XXI *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, tomando esse trabalho como projeto piloto para o resto do mundo.

Assim quando foi dado o Golpe de 64, ele não o foi só contra os comunistas mas também e principalmente contra o trabalho da igreja progressista.

Em 64 os bispos mais reacionários (a maioria) fecharam com os militares. Dom Helder foi exilado para Recife e em 66, a Ação Católica dissolvida. Começava um tempo de obscuridade e catacumbas. Em 1964 entro para a Editora Vozes então sem o aparelho da Igreja conservadora. Fui chamada pelo novo diretor, Frei Ludovico Gomes de Castro que me deixou levar toda a produção intelectual da Igreja progressista.

E o milagre acontece: A Vozes estava falindo por falta de leitores e o novo material pode dizer-se que vendia às centenas de milhares. O que queria dizer que havia um movimento subjacente escondido na Igreja e na sociedade inteira em favor da ideologia de Esquerda Católica aparentemente derrotada pelos militares.

Em 1970 em plena época da tortura os bispos começam a criticar os militares já conscientes das manobras de que haviam sido vítimas. Era a época da tortura pesada e 70% dos torturados eram cristãos.

Nesse ano chamou Betty Friedan, a feminista, para lançar aqui seu livro "Mística Feminina" e o abalo no Brasil foi enorme. Mas começa aí um processo contra mim no Vaticano por causa do feminismo. E é nesse ano também que chega Leonardo Boff da Alemanha e assim começa a Teologia da Libertação, uma sistematização do trabalho da Igreja progressista.

Deste modo, através das publicações da Vozes inauguram-se no início dos anos 70 os dois mais



importantes movimentos sociais do século XX juntos: o feminismo e a teologia da libertação. Juntos apesar de todas as contradições que os separavam.

Eles faziam parte de uma revolução maior iniciada em 1968 principalmente com a deserção de maioria dos jovens americanos da guerra do Vietnã e da Revolta dos estudantes franceses. Nasce assim no mundo inteiro o movimento de mulheres, o movimento negro, o jovem a política de esquerda. Mais uma vez o sistema capitalista se abala agora a nível mundial. No fim dos anos 70 não se encontrava mais nos EUA quem quisesse ir para o exército ou ser executivo. Todos queriam viver.

A direita internacional se estrutura de maneira extremamente competente e não foi por acaso que em 1980 sobem ao poder Ronald Reagan, Margaret Thatcher, Helmut Kohl e o papa João Paulo II, depois do assassinato pela Máfia de João Paulo I, amigo de Leonardo e progressista. João Paulo I queria fazer uma devassa no Banco Ambrosiano que lavava dinheiro da Máfia. E assim nos anos oitenta o conservadorismo volta a ser hegemônico no mundo. As transnacionais estão cada vez mais poderosas e o processo de globalização já tem todas as condições de dominar o mundo. (a partir de 1989, pela queda do comunismo) É nesse contexto, no início dos anos 80 que Leonardo resolve brigar com o Papa. Eu só havia brigado com os militares mas ele atacou pesado o poder da Igreja em seu livro, "Igreja, Carisma e Poder". E foi condenado a dois anos de silêncio. Era perigoso, nós o aconselhávamos a falar antes que o silêncio entrasse em vigor. E ele deu uma entrevista à BBC a Morris West e que foi vista por 700 milhões de pessoas. E nesse momento a Igreja rachou entre dois: de um lado a progressista, e de outra a conservadora. Esta começa um trabalho sistemático de afastamento da Igreja progressista.

E um de seus primeiros atos é desligar Frei Ludovico, Leonardo e Rose Muraro dos seus postos na Editora

Vozes. Esta já era a instituição mais importante de mundo na produção e difusão da Teologia da Libertação e das idéias progressistas. Suas publicações, principalmente as do Leonardo eram traduzidas em muitas línguas, influenciando assim o mundo inteiro passando a ser a ideologia internacional da resistência do oprimido.

Quatro dias depois de desligado da Vozes Frei Ludovico é operado de câncer de emergência e em dezembro do mesmo ano (1987) quem foi operada fui eu.

Foi terrível. No meio da minha fraqueza causada por uma grande hemorragia vi como uma cena de um filme a cena da minha saída da editora, chorando convulsivamente no braço do meu filho, então psiquiatra famoso, e no meio de um silêncio total, do desconhecimento da minha pessoa que lá estivera por 25 anos! Achei que minha vida estava destruída. Foi então que percebi a causa do meu câncer. Era uma luta inconsciente com Deus. Debaixo daquela mulher audaciosa que enfrentava todas as instituições havia uma menina medrosa e imatura.

Em 1992 Frei Ludovico morreu mas eu continuei querendo construir o mundo novo que prometi ao meu pai. E acho que estou conseguindo. Este trabalho de busca de justiça que hoje toma o mundo inteiro é em parte fruto de todos aqueles acontecimentos que vivemos a partir dos anos 50. Hoje esta busca é um trabalho de uma imensa multidão. Sei que ainda falta muito, mas já sei como é a Terra Prometida e sei também que nunca chegarei lá. Mas já vejo, aqui neste fórum os seus contornos. E só por isso já valeu a pena ter vivido.



Fronteiras amplas e estranhas

Foi o nome da Oficina co-organizado pela Articulação Feminista MARCOSUR, UNIFEM e REPEM/DAWN, com o objetivo de discutir sobre as diferentes causas da migração feminina e as estratégias que as mulheres migrantes assim organizadas estão implementando

"Nanduti, oñondivepá"

Ramona Alvarez Fleitas

Sou paraguaia, e como a maioria de minhas compatriotas, venho do campo, da zona rural paraguaia. Pertencço à migração não desejada na Argentina, junto com as peruanas e bolivianas. Eu digo não desejada porque não venho das migrações de ultramar, as européias. Não fazemos parte da "*mistura de raças*", nem da "*Argentina branca e anglo-saxônica*".

No entanto, há 50 anos as paraguaias e paraguaios éramos uma migração desejada pelos donos de latifúndios das províncias limítrofes, nas quais paraguaias e paraguaios trabalhavam de sol a sol para fazer a colheita de algodão ou a roça de quebracho, recebendo como pagamento uma mínima ração de alimentos e a violência do "capanga", capataz do latifúndio.

Hoje somos uma migração desejada para as empregadoras de serviço doméstico e também para os "*empresários da exploração do trabalho sexual*", em troca de um ínfimo pagamento e da violência sistemática da polícia. Por isso, transmitir neste Fórum as vozes das mulheres migrantes na Argentina, implica também falarmos de nossos silêncios, em outras palavras, do sentido histórico de nossas vozes.

Anos atrás no Paraguai caminhava descalça em *Ipucú*, um dos povoados rurais. Junto com minha mãe, plantava sementes de algodão compradas fiado. Mãe e filha sabíamos que, outra vez, a colheita não chegaria para cobrir o custo das sementes, e que uma vez mais a compra de sandálias ficaria para o próximo ano. Esse próximo ano não chegou nunca. O pedido de minha irmã mais velha, trabalhadora no serviço doméstico, nos levou a morar na Argentina.

Ramona Alvarez Fleitas, paraguaia, migrante na Argentina, é licenciada em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e militante ativa em diferentes grupos de mulheres feministas pelos direitos das migrantes. É uma das fundadoras da Rede de Mulheres Migrantes, do Grupo de Pesquisas Orerapé e da Comissão de Julgamento Ético a Alfredo Stroessner.

A viagem de barco até Buenos Aires demorou o bastante para juntar sobre a cama quatro enormes *merengues*, uma iguaria desconhecida no campo paraguaio, e tão bonitos que não queríamos cortá-los. O clima frio e a mudança das estações de Buenos Aires me deixaram sem fala, assim como as perguntas em espanhol do funcionário do Departamento de Migração. Ficava angustiada de não poder fazer-me entender, pois ELES só falavam espanhol, não entendiam o nosso guarani.

Minha mãe e eu não entendíamos o espanhol deles; minha irmã teve que nos auxiliar e dar as explicações necessárias aos trâmites de migração... Mais uma vez o silêncio. Chegar a uma grande cidade, com casas altas, caixas (elevadores) que subiam e desciam levando pessoas, sem ninguém que as sustentasse, era uma coisa para mim incompreensível. Quando chegamos em casa, eu quis beber água. Minha irmã girou uma peçazinha e encheu um copo. Deixei tudo e me ocupei em procurar a pessoa que tinha trazido a água do *icúa* (rio, em guarani). Tinha que estar escondida, com certeza, por trás de algum móvel.

Não entendia que em Buenos Aires os *icúa* estão sobre as casas, em forma de reservatório, e que não são necessários baldes para trazer a água, mas apenas abrir a torneira. Fomos viver a uns 35 km do centro da cidade, onde poderíamos ter alguns animais e até aves domésticas, para que minha mãe não sentisse tanto a falta do seu sítio. Além disso, era a única forma de ter um espaço grande e com área verde. As comodidades eram poucas, o transporte nos deixava a vinte quadras e as ruas de terra, em tempos de chuva, viravam uns lamaçais.

Comecei a escola - no Paraguai não o fizera porque lá as mulheres vão mais tarde, e isso nem era tão necessário: *"as mulheres são feitas para a casa e não para estudar tanto assim"*, dizia o velho professor do vilarejo. Os primeiros dias na escola foram muito difíceis, não entendia nada do que me diziam, ao que se acrescentava minha timidez. Estava paralisada... meus colegas percebiam... e se aproveitavam disso. Acharam um motivo para rir. Riam com a vivacidade que costumam ter as crianças; a minha cor, o penteado do cabelo, o jeito de ficar parada em pé, meu nome rimado com mona (macaca), tudo era motivo para correrem do meu lado e fazerem brincadeiras. Com certeza pensavam que eu não entendia.

Passava todo o recreio encostada em uma coluna no pátio. A professora percebeu e tratou de me dar mate cozido com pão, como aos outros...o pão para mim era uma iguaria que só comíamos em dias muito especiais. Nos outros dias comíamos mandioca nas mais variadas formas. A senhora Edith tratava de fazer com que eu entendesse as mínimas coisas. Ela sabia que em minha casa tampouco poderiam me ajudar. Minha mãe não falava espanhol e meu irmão, que entendia alguma coisa, só voltava de noite, depois de um dia de trabalho na construção civil e quase duas horas de viagem para chegar em casa. Ele não tinha as condições mais adequadas para ensinar.

Aos poucos fui me adaptando, aprendi a pôr sapatos todos os dias, chegando a ter dois pares e a cuidar deles mais que de meus próprios pés, para que não se estragassem. Aprendi a diferenciar as estações do ano, e que havia uma roupa para o inverno e outra para o verão. Também começavam os trâmites para se conseguir a documentação argentina. Íamos bem cedo para o Departamento de Migrações, pois já estava falando um



pouco o espanhol, porém não o bastante para me fazer entender rápido. Os funcionários desta repartição vivem sempre apressados... Muitas vezes nos deixavam de lado, enquanto seguiam atendendo a outras pessoas. Depois de várias horas, lembravam de nós e voltavam a fazer perguntas. E tratávamos de explicar novamente numa mistura de guarani e espanhol, as providências que estávamos tomando. Enquanto esperávamos, eu via a outras pessoas, muito mais brancas ou loiras, que falavam diferente e saíam rápido e sorridentes.

Não me deram o visto de permanência porque eu ainda não completara 18 anos, o que significava que não poderia continuar estudando. Ao mesmo tempo, minha irmã já me aconselhava que "não é necessário estudar, no final das contas depois você vai se casar. Para que se desgastar com isso?" "Se tivesse nascido homem, tudo bem, mas você já sabe que, para as mulheres o importante é que aprendam a cozinhar, saibam um pouco de costura, para depois ajudar o marido..."

Nessa época, quando via as diferenças que se faziam entre homens e mulheres, comecei a pensar na importância da "*capacitação para abrir-nos a cabeça*" e tratar de inserir-nos, ainda que fosse um pouquinho, nesse "*mundo dos homens*". Pouco a pouco fui conseguindo, segui estudando e, ao mesmo tempo, trabalhando com as companheiras que acabavam de chegar do meu país, ajudando como tradutora para que elas não passassem o que eu passei. E elas foram tratando de se capacitar e assim poder evitar o isolamento do trabalho doméstico... Desde meados dos anos 80, com a feminização das migrações, as paraguaias e as peruanas geralmente são as que, muitas vezes, têm que manter duplo domicílio: o que deixaram nos países de origem e o que possuem no lugar da migração. Filhos, esposo, pais, esperam as remessas de dinheiro "*como o pão*", que elas com muito sacrifício enviam para pagar as despesas da casa.

Atualmente, na Argentina, à exploração do trabalho se acrescenta a discriminação cultural para nos vedar os espaços sociais e cívicos. Nós fazemos parte das chamadas migrações recentes, mas a cidade de Buenos Aires foi fundada no século XVI (1580) por um grupo proveniente de Assunção, hoje Paraguai, com "*mancebos da terra e Ana Diaz*", a primeira mulher de origem guarani em Buenos Aires.

Por isso quando falamos "*ore*" (hosso) guarani, o não reconhecimento destas pautas culturais restringe fortemente nossas liberdades sócio-econômicas e espaciais na Argentina. Basicamente os nossos direitos civis e políticos são restringidos, como consequência direta da falta de documentação imposta na Argentina à maioria de nós paraguaias, bolivianas e peruanas.

Neste sentido, os anos de luta pelos direitos da mulher têm me demonstrado, na prática, a conveniência da organização em redes. No ano de 2001, depois do Seminário de Mulheres Migrantes, realizado pela Direção Geral da Mulher - INADI e o Fundo das Nações Unidas para a Mulher, este último, um importante apoio para participar da Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, onde temos nos aprofundado na militância contra a discriminação.

Por isso está mais fácil o nosso trabalho contra as práticas discriminatórias, trabalho que vejo potencializado por este importante espaço que me brinda novamente o UNIFEM, no Fórum Social Mundial. Gostaria de

assinalar que, do total da população paraguaia, somente 48% mora em setores urbanos. Para o resto de América do Sul a média é em torno de 80%. Uma terça parte das paraguaias e paraguaios que moramos na Argentina, temos problemas de documentação. Estamos falando de uma quantidade de mulheres e homens com os direitos civis seriamente restringidos, quando não negados. Somos qualificados como "*não documentados e ilegais*", apesar de termos a documentação do nosso país de origem. A negação social e política é potencializada mais ainda se considerarmos que o artigo 120 da Constituição paraguaia não nos permite votar, pelo fato de vivermos fora do Paraguai.

Até o ano 1989 não votávamos por causa da ditadura, e hoje não o fazemos por causa da Constituição e das leis. Se eu tivesse que nos caracterizar de alguma maneira, diria que somos uma população oculta e silenciada. Por sermos migrantes, mulheres camponesas e pobres.

O mercado internacional também vem contribuindo para nos ocultar; desde os anos 90, com a transformação do Estado do Bem-estar para o denominado Estado Mínimo, substituído pelos gerentes *globalizadores*, modificando o componente fundamental das economias dos nossos países. O setor dinâmico passou da indústria para os serviços, nossa resposta migratória feminizou os fluxos, e as mulheres ocuparam os postos de trabalho no serviço doméstico e no comércio ambulante. Apesar de possuírem um nível educacional maior do que o exigido para aquele trabalho, as companheiras peruanas enfrentam extenuantes e abusivas jornadas de trabalho. Os níveis educacionais não lhes são reconhecidos pela Administração Pública Argentina.

98

Nós, as paraguaias e bolivianas, viemos de setores camponeses. A inserção no trabalho nos diferencia; como as bolivianas são trabalhadoras na agricultura, os homens podem acompanhá-las. Nós, paraguaias e peruanas somos, pelo contrário, o componente fundamental que marca o caráter feminino dos fluxos, porque nos engajamos no serviço doméstico. Como se sabe, as condições de trabalho neste setor se caracterizam pelo isolamento social e pelo aprisionamento a que nós mulheres somos submetidas.

A classe média argentina, tradicional empregadora das mulheres migrantes, agora integra as fileiras do desemprego estrutural ou, como vimos, regressa às terras dos seus avós europeus. Especificamente, "ter cama", dormir no lugar de trabalho, passou a ser caracterizado como a "cama quente" de pensões e hotéis. A classe média Argentina já não pode enfrentar os custos de hospedagem das mulheres migrantes na residência onde trabalham.

Assim, as mulheres ganham as ruas e explicitam, com seus corpos, níveis de visibilidade. O trabalho por hora, que substituiu o da moradia no local de emprego, faz com que nós mulheres nos encontremos mais, e em tempos de crise como o atual, o comércio ambulante é uma forma de nos vermos nos diferentes lugares: nas estações de trem, de ônibus, há muitas mulheres com os cestos de "chipas", tortas de milho ou mandioca, nosso pão paraguaio, oferecendo a todos os que passam.

Desde os anos 90 soma-se a esse quadro uma aceleração da rotatividade de pessoas e estabelecimentos de curta duração, cenário que dá uma certa aparência de flutuação. A consequência direta é que os fluxos

migratórios de camponeses integram uma massa sumamente crítica para as instituições políticas da Argentina e Paraguai. Como é sabido, o setor dinâmico da economia Argentina se situa na área do Rio da Prata, sendo este o local aonde se estabelece 65% da migração paraguaia, o que é de uma relevância importantíssima se considerarmos que a grande maioria é de trabalhadores ativos.

A minha posição sobre o sentido da história é que na América Latina não lutamos somente pelos meios de produção e pelo excedente econômico. Me permitam dizer que, aqui, no Sul do Sul, lutamos também para recuperar os nossos corpos, que ELES nos roubam a cada dia.

No passado recente o terrorismo de Estado fazia desaparecer uma grande quantidade de pessoas, e no passado perfeito de nosso presente, a pressão de uma tecla no birô dos centros internacionais de poder impõe silêncio e faz desaparecer povos inteiros do cenário global, em segundos e em tempo real, através da ilegalidade da documentação e a impossibilidade do visto. Então, como recuperar o sentido das vozes, silêncios, aparições e desaparecimentos das mulheres paraguaias, bolivianas e peruanas na Argentina? Como dizer que as migrações não são só econômicas, mas também se inscrevem numa tradicional prática da cultura guarani? Parece-me pertinente articular um canal que o faça, a partir da experiência corporal e a partir da historicidade do movimento dos corpos, integrando os aspectos emocionais da realidade sócio-histórica.

A cidade de Buenos Aires, rodeada de bairros de classe baixa - outrora bairros industriais está cheia de pessoas simplesmente esperando esmolas, ou vendendo alimentos ou roupas. As de origem boliviana esperam sentadas, com as verduras das suas hortas, fora do perímetro dos grandes supermercados que pertencem a redes internacionais.

Contudo, por trás desta atitude de espera que implica o aumento da visibilidade social das migrantes, fica subjacente o que eu chamo de "lógica da aparição" e que desejo recuperar para o desenvolvimento de uma forma alternativa de cidadania. Por isso a organização em rede, que é também construir a "*ñanderogá*" (nossa casa), aonde se pode esperar o outro para que apareçam materiais culturais, econômicos, políticos e sociais que lhes permitam chegar a um estado de *desabafo* existencial.

Esta *ñanduti* (teia da aranha), que teceremos com a família, vizinhas, amigas e companheiras de trabalho, as casas e centros fora das redes informáticas, vão nos permitir ter mais força e trabalhar *oñondivepá* (todas unidas).

Estas *ñanduti* constituem o meu trabalho. Sou uma migrante paraguaia e essa é a minha proposta para a extensão de redes. Para cada qual segundo suas necessidades, e de cada qual segundo suas possibilidades.



Sujo, perigoso, difícil

May-an Villalba

Um conjunto de incidentes curiosos foi o que levou nossas mulheres a emigrar para trabalhar. Primeiramente, em meados dos anos 80, o engenho de açúcar de Passi Iloilo fechou as portas, deixando sem emprego os canavieiros e demais trabalhadores. Isto aconteceu quando o governo das Filipinas começou a promover a liberação das importações da cana-de-açúcar (às vezes até o contrabando) e de seus substitutos, na ânsia para ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O cenário do engenho de açúcar fechado era inacreditável: o açúcar tinha sido o cultivo principal dos Visayas Ocidentais durante quase quatro séculos. Seu fechamento levou ao colapso dos negócios que haviam surgido com a comercialização do açúcar: restaurantes, barbearias, cinemas, lojas e até escolas tiveram que fechar. Como resultado da pobreza crescente, as crianças deixaram de ir às escolas, os homens emigraram para as cidades grandes e surgiram agências de emprego nos lugares mais remotos de Passi, recrutando as mulheres para irem trabalhar no Japão como artistas. Quase que em uma única noite, o aspecto de Passi mudou.

Centenas de mulheres jovens, atingidas pelo colapso do açúcar, foram para o Japão ganhar dinheiro, deixando desta maneira os homens entregues às tarefas de casa, um papel inédito nesta sociedade bastante tradicionalista.

Aconteceram dois processos no cenário internacional que levaram ao crescimento do trabalho migratório na Ásia e na região do Pacífico nas últimas três décadas: Um foi o *"boom"* do petróleo nos meados dos anos 70; outro foi o surgimento do chamado *"dragão"*, ou seja, da recente industrialização das economias do nordeste e sudeste da Ásia.

Unlad-kabayan
Migrant Services
Foundation, Inc.
Quezon City,
Filipinas

No início, o crescimento da economia nestes estados foi aceito, pela necessidade de realocação de investimentos japoneses, motivada pelas transformações das estruturas demográficas e trabalhistas nesse país. A mão-de-obra japonesa estava envelhecendo e era muito cara em 1980; as médias e grandes indústrias se viram forçadas a mudar-se para a Coreia do Sul, Taiwan e até, em alguns casos, para Hong Kong e Singapura onde a mão-de-obra era comparativamente mais barata.

Inicialmente a redução de empregos foi remediada mobilizando-se a mão-de-obra local, inclusive as donas de casa, os idosos e as pessoas com diferentes capacidades de trabalho. No entanto, para sustentar o crescimento e manter a competitividade no mercado mundial, foi necessário importar mão-de-obra estrangeira para as pequenas e médias empresas que não podiam transferir-se para outros países. Vieram estrangeiros para trabalhar em setores como a construção civil, a agricultura, a pesca, serviços domésticos e espetáculos.

Os fatores que contribuíram para a feminização do mercado foram:

a) Mudanças na estrutura do trabalho.

A preferência dos trabalhadores japoneses e dos chamados "*tigres asiáticos*" pelos trabalhos de colarinho branco provocou sua ausência da construção civil e das fábricas. Isto levou eventualmente à importação de mão-de-obra estrangeira. As mulheres migrantes eram claramente preferidas para trabalharem em indústrias como a eletrônica ou a de roupas, onde se requeria mão-de-obra meticulosa e paciente. No Japão, a política oficial não permitia a entrada de mão-de-obra estrangeira, mas através de hábeis manipulações os trabalhadores puderam aí ingressar como artistas, estudantes e turistas. Estas pessoas preencheram as vagas na construção, limpeza, casas de massagens e em casas noturnas de espetáculos; em três anos, de 1990 a 1993, cresceram de 106 mil para 297 mil as/os trabalhadoras/es estrangeiras/os que começaram a trabalhar no que se chamou de trabalho dos 3D em inglês (*dirty, difficult and dangerous*: sujo, difícil e perigoso). Em 1995, o Japão declarou que empregava 1,6 milhão de trabalhadores nestas condições, um número por demais alto. Muitas/os trabalhadoras/es com bons e qualificados níveis de educação, como enfermeiras/os e/ou professores/as, aceitaram trabalhar como empregados/as domésticos/as em Hong Kong porque os salários eram três vezes maiores do que os que recebiam em seus próprios países como profissionais.

b) Expansão dos trabalhos específicos para mulheres.

A cultura patriarcal asiática proporciona uma sólida base para que floresçam estes tipos de trabalho específicos de gênero. Mas, quando a estrutura da sociedade começou a mudar devido ao desenvolvimento, foi contratada a maior quantidade de mulheres como força de trabalho; isto provocou uma carência no mercado de trabalho doméstico e no de enfermagem. Para suprir esta lacuna, foi importada mão-



de-obra estrangeira; chegaram mulheres de Bangladesh, Sri Lanka, Filipinas, Índia, Indonésia para a indústria do entretenimento, que assim era chamada como eufemismo de prostituição. Os japoneses consideram que é um direito dos homens que trabalham muito serem entretidos *"ao máximo"*, e como cada vez menos japonesas estavam dispostas a atender a estes serviços, foi necessário importar mulheres de outros países asiáticos.

Pobreza e desemprego

A pobreza na Ásia tem a cara da mulher migrante. Em 2001, 73% dos migrantes filipinos eram mulheres; 70% na Indonésia e 25% na Tailândia. Isto teve como consequência uma subida na taxa de participação feminina nestes dois países – do país que as recebe e de onde elas saem. Muitos países asiáticos deixaram de ter fábricas para passarem a ser países do setor de serviços.

Por outro lado, a maioria das migrantes passaram a ser o sustentáculo de suas famílias, dando a elas a roupa, a alimentação, educação e saúde. Isso lhes deu um certo status -tanto dentro de suas famílias como na comunidade- o que melhorou sua auto-estima, e também sua imagem diante dos homens de suas comunidades, os quais, embora fazendo cara feia, não têm outra saída senão reconhecer esta situação. Elas também obtiveram novas experiências de vida, adquiriram outros conhecimentos, estão mais dispostas a aprender novos trabalhos. Enfim, estes são alguns dos benefícios que derivam do trabalho migrante.

Mas apesar de se reconhecer a contribuição das mulheres migrantes à sociedade, também se destaca seu status de opressão. Uma opressão que assume uma nova cara; as trabalhadoras estrangeiras são mais vulneráveis aos abusos do que as locais, podem ser repatriadas a qualquer momento e demitidas do trabalho facilmente; é por isso que elas são preferidas no lugar das locais, porque são as que pouco têm acesso aos serviços e benefícios sociais das cidadãs e cidadãos legais, tais como salários iguais, indenização quando são demitidos/as, direito a se organizarem, direito à assistência médica, etc.

Os trabalhos das migrantes são também de curto período. Às vezes lhes é otorgado o visto de permanência no país somente por seis meses sendo o prazo máximo por dois anos. Terminado este prazo, lhes é pedido que voltem ao país de origem para, em seguida, fazerem novo contrato de trabalho em piores condições. Sem falar do que as trabalhadoras podem passar em países com problemas de guerra e culturais; centenas delas foram devolvidas do Oriente Médio aos seus países de origem por ocasião dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, devido à queda do movimento turístico nos hotéis, restaurantes, etc.

Trabalhos sujos, perigosos e difíceis

À medida em que a sociedade crescia e eram criados novos trabalhos, se produziu uma hierarquização trabalhista, cabendo os níveis mais baixos às migrantes e os melhores níveis às trabalhadoras locais. Por este critério, os 3D corresponderam às migrantes; trabalhos culturalmente repulsivos como enterrar animais mortos,

trabalhos de risco ou considerados degradantes como a prostituição, trabalhos como o serviço doméstico ou até serem forçadas a trabalhar horas extras.

Um informe de uma ONG japonesa revelou o alto índice de problemas de saúde como as doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, entre as artistas, e os altos índices de acidentes de trabalho nas pequenas indústrias com baixa tecnologia. Por exemplo, se comprovou que depois de três anos trabalhando em fábrica de material eletrônico em Taiwan, muitas mulheres tiveram problemas de vista; estas já não serão contratadas, assim como as que já tenham completado 35 anos de idade.

Discriminação e racismo

A discriminação e o racismo são frutos de uma cultura que sustenta ser a raça, a língua, a religião e algum outro fator étnico a base da superioridade sobre outras culturas; ora se trata da superioridade da raça branca, ora se trata de uma verdade religiosa ou uma perspectiva da história e da tradição; algumas culturas só reservam expressões depreciativas para os "estrangeiros". A maioria dos trabalhadores migrantes sofrem alguma destas formas de racismo. As pessoas do país que recebe os/as migrantes consideram, em geral, que estes devem sentir-se felizes por realizarem os trabalhos que conseguiram. Portanto, devem ser eternamente gratos.

104

Na Ásia, a recessão econômica causada pela tragédia de 11 de setembro fez com que os trabalhadores e trabalhadoras estrangeiros fossem alvo de hostilidade por parte da população local, ainda que não tivessem nada a ver com os fatos acontecidos. Sendo os migrantes o setor mais vulnerável da sociedade, são facilmente objeto de comentários agressivos em ambiente privado e até nas manifestações de representantes do governo do país que os recebeu.

As longas separações da família são outro dos problemas que devem enfrentar. Pela própria natureza do trabalho de curta duração e mal pago, os trabalhadores e trabalhadoras migrantes não podem trazer suas famílias consigo; isto redundará em casamentos desfeitos ou em crianças que crescem sem a presença do pai ou da mãe. Este problema se agrava no caso das mulheres em razão da cultura de muitos países asiáticos onde o papel da mulher é dar ao esposo tudo o que ele deseja e exige. Muitas vezes a ausência da mulher justifica as relações extra - conjugais do marido, enquanto se espera que ela permaneça casta e fiel.

A todos os problemas mencionados anteriormente se junta a maior vulnerabilidade baseada no gênero; as mulheres migrantes são vítimas do temor de que as relações com homens locais leve a um possível matrimônio e, com isto, o país receptor se transforme em residência permanente da migrante. Em Singapura, Taiwan e Malásia o resultado positivo de um teste de gravidez, ao qual elas são obrigadas, termina sem considerações à deportação da grávida.

As empregadas domésticas vivem na residência de seus empregadores, o que as torna mais vulneráveis ao assédio sexual, já que habitualmente devem dormir na sala, na cozinha ou até em cima da geladeira, ou seja, em lugares sem nenhuma privacidade.

Em direção a um regime migratório mais justo e mais humano

Muitas migrantes têm manifestado sua preocupação com esta situação dominante, e o fazem até através dos governos de seus países ou de organizações sociais. Em alguns países elas têm sido ouvidas e algumas medidas foram tomadas.

Por exemplo, nas Filipinas o "Republic Act 8042" (mais conhecido como a Carta Magna dos Trabalhadores Migrantes) foi firmada em 1995 pelo Congresso deste país e define os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes, protegendo seus interesses em seu próprio país e no estrangeiro. Ainda que esta lei seja considerada um marco neste terreno, apresenta grandes lacunas como o desconhecimento ou omissão sobre como proteger os trabalhadores e trabalhadoras em países onde não há representação diplomática das Filipinas; estas representações existem somente em 30% dos 137 países onde há migrantes filipinos.

O método mais eficaz para a proteção dos direitos dos e das migrantes são, sem dúvida alguma, os acordos bilaterais entre governos, mas estes acordos são poucos.

A nível internacional existem várias convenções da OIT que obrigam aos países que as ratificaram. Os instrumentos normativos foram estabelecidos na convenção 97 adotada em 1949, e foram ratificados por 39 países, inclusive a Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, Singapura e Filipinas, entre outros. A convenção 143 relativa às condições abusivas do trabalho só foi ratificada por 16 países.

A Organização das Nações Unidas aprovou a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes e suas Famílias em 1990, ratificada por 19 países.

Sabendo que a mera existência de leis não garante sua aplicação -especialmente em casos de gente tão marginalizada como os trabalhadores e trabalhadoras migrantes- são necessárias redes de informação e de intercâmbio de investigação estratégica; isto implica na necessidade de associações que troquem experiências, e de um forte lobby que acelere a aplicação das leis, assim como de investigações independentes sobre as consequências macro e micro do trabalho migrante.

A causa principal da migração globalizada é a disparidade entre os padrões de vida dos países ricos do Ocidente e dos países em vias de desenvolvimento. A primeira solução a longo prazo deve ser tomada, evidentemente, através do processo de equalização da economia global e, enquanto isto não acontece, os países de origem dos/as migrantes deverão tomar parte ativa na proteção de seus direitos.



SEXO, MENTIRAS É COMERCIO INTERNACIONAL

Patrocinado pela União Européia e UNIFEN Brasil/Cone Sul, apoiado pela AFM e organizado por CISCESA-GEM Argentina, GEM México e WIDE Europa, na oficina "Sexo, Mentiras e Comércio Internacional", foi apresentada a versão sumária da publicação "Comércio Internacional e Desigualdades de Gênero. Uma Análise dos Acordos Comerciais entre a União Européia e América Latina – os casos do México e do Mercosul.", resultado de um amplo projeto internacional executado por diversas organizações não governamentais da América Latina e da Europa. Apresentamos a conclusão e recomendações do citado documento.

Algumas verdades

A globalização dos processos de integração regional e a abertura do comércio internacional têm mudado profundamente a vida dos povos do México e do Mercosul. As mulheres, incluídas nesses processo com base em uma situação de desigualdade, estão sendo fortemente afetadas ao se verem mais sujeitas à subordinação nos mercados de trabalho e na condição de simples provedoras de trabalho doméstico não remunerado.

Vivemos uma época de profundas transformações de toda ordem. Estas mudanças podem significar obstáculos e dificuldades para as mulheres, mas também podem transformar-se em oportunidades e benefícios. Cremos que a incorporação de uma perspectiva de gênero permitirá que os processos de integração e formulação dos acordos comerciais possam ser aproveitados como espaços de diálogo efetivos com vistas a uma mudança social que beneficie a todos e a todas e na sociedade civil contribua a partir de sua grande diversidade e riqueza propositiva.

As recomendações que se seguem compreendem também os resultados da "*Consulta Nacional para a Inclusão da Perspectiva de Gênero nos Acordos Comerciais*" realizada na Cidade do México nos dias 26 e 27 de outubro de 2000 e a "*Consulta Regional Mercosul*", realizada no Rio de Janeiro entre os dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2000. Diante da persistência das desigualdades de gênero no México e no Mercosul, recomendamos:

1. Coerência da União Européia entre suas políticas de igualdade de oportunidades e de comércio exterior e de cooperação para o desenvolvimento.

A política de comércio exterior da União Européia deve ser coerente, na teoria e na prática, com os princípios de igualdade que promove tanto nos compromissos internacionais firmados como nos instrumentos internos implementados. Até agora, a UE tem se revelado, em teoria, a favor do desenvolvimento sustentável. A prática nos mostra que, ao contrário, os acordos comerciais que firma com outros países estão em contradição com a teoria. Como se pode esperar que os países envolvidos nos acordos abram seus mercados agrícolas enquanto que a União Européia protege e subsidia o seu?

2. Dar conteúdo às cláusulas democráticas através do monitoramento dos direitos sociais, culturais, políticos, trabalhistas, especialmente das mulheres.

Ainda que a Cláusula Democrática forme parte tanto do TLCUEM9 como do Acordo Marco com o Mercosul (Art. 1º), em sua forma atual, não possui instrumentos nem mecanismos que vigiem seu

cumprimento. Um dos mecanismos deve ser o da participação da sociedade civil – incluindo entidades de mulheres – em uma comissão que elabore um informe anual e dê seguimento a estes temas.

- 3. Implementar mecanismos de co-responsabilidade por parte das empresas, para que os códigos de conduta sejam obrigatórios. Ao mesmo tempo, recomendamos incentivar as organizações de mulheres para que participem destes mecanismo e os supervisionem.**

Os acordos comerciais devem incorporar a proteção dos direitos trabalhistas a partir de uma perspectiva de gênero, não só por parte dos governos, mas também das empresas transnacionais. Estas devem respeitar os acordos internacionais firmados pelos países no terreno dos direitos trabalhistas a fim de assegurar condições dignas de trabalho. Além disso, é necessário implementar políticas afirmativas que garantam o acesso das mulheres a postos de trabalho não tradicionais (acompanhado de programas de capacitação), aos serviços públicos, com o respeito ao direito do/a trabalhador/a e remunerações justas.

- 4. Promover processos que democratizem os acordos, facilitando a transparência destes e a participação da sociedade civil com a incorporação de suas propostas em todas as fases da negociação e implementação destes acordos.**

Para as organizações da sociedade civil de ambas as regiões não tem sido tarefa fácil conseguir informações sobre o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), o Tratado de Livre Comércio entre México e União Européia (TLCUEM), O Acordo Marco Inter-regional de Cooperação entre União Européia (AMIC) e Mercosul. Além disso, deve-se destacar a falta de consulta, nos processos de negociação, aos setores sociais diversos, pois somente têm sido consultados os setores empresariais. Acreditamos que apenas com a participação da sociedade civil, incluída aí toda sua diversidade, os acordos comerciais deixarão de ser reféns de uma elite econômica e social, e assim poderão refletir as necessidades reais da população. A democratização desses processos requer a abertura de espaços de negociação prévia entre os governos participantes do acordo comercial e a sociedade civil dos países envolvidos. Nesse sentido, assinalamos a importância da sociedade civil e das casas legislativas trabalharem de maneira coordenada para influir no processo de negociação.

- 5. A União Européia, México e Mercosul devem respeitar os compromissos firmados durante a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), Beijing + 5 (Nova York, junho de 2000).**

A Plataforma para a Ação deveria ser um ponto de partida e base para futuras relações comerciais entre a União Européia e América Latina.

- 6. Deve-se insistir na relação mutuamente fortalecedora entre o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero.**
- 7. A União Européia não deve ignorar a importância fundamental da Resolução do Conselho de Ministros sobre Gênero e Desenvolvimento, de 1995. O cumprimento desta Resolução deveria servir de base e marco para documentos de negociação posterior e para um novo acordo.**

8. Os conteúdos da referida Resolução deveriam ser explicados no texto introdutório dos acordos comerciais e orientar as medidas e recomendações nas partes subseqüentes dos acordos.

9. Reconhecimento com status consultivo às organizações de mulheres que defendem os direitos das mulheres.

Nas negociações dos acordos, nas instâncias onde são ratificados, nas comissões que fiscalizam o cumprimento dos mesmos (Secretarias de Trabalho, Fórum Consultivo Econômico e Social no Mercosul, as comissões de mulheres das centrais sindicais e centrais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, etc.); nas negociações das leis que as afetam (por exemplo: a Lei Federal do Trabalho para o caso do México, e as leis trabalhistas para o Mercosul).

10. Incluir as câmaras legislativas, como as Comissões de Equidade e Gênero (das Câmaras Alta e Baixa) como participantes do processo de informação/negociação, e respeitando seus poderes para rever, sancionar e modificar os acordos.

Assinalamos, a esse respeito, que no caso do México, o poder legislativo tem sido marginalizado nas negociações dos acordos comerciais; e no caso particular do TLCUEM, o Senado aprovou um texto sujeito a mudanças. Da mesma maneira, durante a Cúpula de 1999 os parlamentos latino-americanos nem sequer foram convidados a participar.

11. Garantizar um Mecanismo Institucional de Institucionalidad de Igualdade de Oportunidades para incluir no organograma de funcionamento das negociações dos acordos.

O caráter e as modalidades precisam ser debatidos a partir da experiência acumulada tanto no México como no MERCOSUL e especialmente na constituição da Comunidade Econômica Européia.

12. Maior acesso à informação para viabilizar uma participação real da sociedade civil nos acordos.

O Artigo 8º da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos garante o direito à informação. No entanto, não existem os mecanismos para tornar realidade este direito. No caso do Mercosul, não existe uma legislação para o bloco supranacional, embora seja possível assinalar que, para o caso da Argentina e Brasil, mesmo não estando incluído na Carta Magna, está aí consignado, entretanto, o direito à liberdade de opinião e de imprensa para todos os cidadãos e cidadãs.

O que não foi estabelecido é o direito cidadão de solicitar e receber informação, assim como a correspondente obrigação das autoridades em passar informações relativas aos assuntos de interesse público. Quando falamos em direito à informação estamos nos referindo à disponibilidade ampla de informação que permita conhecer os efeitos que os acordos exercem sobre a vida das mulheres. Por exemplo, contar com estatísticas e indicadores demarcados por sexo nos permite analisar o efeito das políticas de comércio sobre as mulheres; com esta análise poderemos gerar propostas para a incorporação de medidas que as beneficiem em futuros acordos.

13. Índices desagregados por sexo.

A pouca disponibilidade de estatísticas desagregadas por sexo dificulta a análise da situação diferenciada das mulheres e homens em uma indústria ou setor particular. Por exemplo, a falta de informação desagregada impede conhecer com fidelidade as diferenças de soldos e salários entre mulheres e homens, o que distorce os resultados de qualquer análise sobre a situação trabalhista das mulheres, particularmente nos setores em que estas diferenças são menos evidentes. Um claro exemplo revela "a maquila", onde a situação das trabalhadoras agrícolas não é considerada em sua totalidade, pois os registros não incluem o trabalho não remunerado, considerando que dois terços do mesmo são realizados por mulheres que quase sempre são donas de casa.

Mesmo assim, os índices relativos a soldos e salários aparecem somados e não permite a comparação salarial entre mulheres e homens, o que distorce o resultado da análise da situação das trabalhadoras do setor. A isto há que se somar o fato de que a maioria dos casos de doenças é tratada dentro da empresa, o que significa que os dados nacionais sobre a saúde e o trabalho não são fidedignos. A crescente participação das mulheres na agroindústria, em condições árduas e mal pagas, evidencia a urgência de se identificar os pontos específicos onde estão situadas as mulheres trabalhadoras para se traçar políticas comerciais que as levem em conta.

112

14. Indicadores de gênero.

A criação de um sistema de indicadores de gênero permitiria levar em conta os distintos papéis, responsabilidades e condições das mulheres e homens, assim como identificar mudanças na situação das mulheres como resultado de programas, projetos e políticas. Existem algumas iniciativas a respeito de indicadores de gênero; um exemplo é no âmbito da região latino-americana onde a CEPAL propôs um índice; outro exemplo é no México, onde a Comissão Nacional da Mulher juntamente com outras instâncias nacionais e internacionais tem avançado graças ao Sistema de Indicadores para o Acompanhamento da Situação da Mulher no México (SISESIM). No entanto, há poucos estudos sobre o efeito das políticas de comércio sobre as mulheres. O projeto do qual este documento faz parte pretende contribuir neste sentido.

15. Formação dos servidores.

Embora a perspectiva de gênero tenha se incorporado paulatinamente aos programas governamentais e não governamentais na região latino-americana, em muitos casos esta perspectiva é ainda abstrata e distante para a maior parte dos servidores. Isto dificulta sua incorporação. É fundamental que o pessoal do governo, em particular das secretarias de economia, comércio e de relações exteriores seja capacitado para tratar desta matéria.

16. Auditorias de gênero prévias à assinatura dos acordos comerciais.

O acesso à informação e às estatísticas desagregadas por sexo têm mostrado, em outros países, que é possível prever o efeito das políticas sobre as mulheres. Um estudo de impacto com análise de gênero

permitiria antecipar os efeitos diferenciados e identificar os setores econômicos que se revelam verdadeiras oportunidades de melhora na qualidade de vida das mulheres. La auditoria de gênero nos permitiria mostrar os efeitos dos Acordos em mulheres e homens por setor. Esta deve incluir, além do aspecto de trabalho, outros aspectos, como a saúde, a segurança alimentar, o lazer e o trabalho reprodutivo. Os resultados destas auditorias devem ser levados em conta para proteger os interesses dos países. Mencionamos algumas áreas de especial preocupação para as mulheres.

a) Respeito à soberania alimentar.

Todo país tem o direito de produzir primeiro para seu auto-sustento, e depois para o comercializar. Da mesma maneira, se deve respeitar seu direito a uma alimentação segundo seus costumes e tradições. Apesar do crescimento demográfico, o consumo per capita de alimentos básicos tem diminuído entre as populações de baixa renda. As mulheres estão particularmente afetadas em seu papel de provedoras da alimentação e responsáveis pela saúde de suas famílias. A partir da perspectiva de gênero, nosso objetivo é contribuir para o fortalecimento de um comércio solidário que respeite os setores produtivos mais vulneráveis. O conceito de soberania alimentar se inscreve no princípio dos direitos e rechaça o dumping externo que prejudica os esforços das mulheres trabalhadoras (agricultoras, camponesas, trabalhadoras temporárias, domésticas, pequenas empresárias) em seu (às vezes) penoso caminho até a auto-suficiência. Não queremos que os acordos impliquem em novo dumping para os mercados. O ingresso massivo de grãos básicos importados dos Estados Unidos da América no México é um exemplo da desigualdade entre países. Nos EUA a agroindústria está altamente subsidiada, permitindo que se produza a baixíssimo custo, enquanto que o setor agrícola mexicano não é capaz de competir com estas importações, já que não tem o apoio governamental. O resultado tem sido, no caso do México, a substituição da produção nacional de milho pela importada e o conseqüente aumento da pobreza. Este fato leva-nos a perguntar como farão os países da União Européia para evitar os efeitos desastrosos do dumping norte-americano nos mercados da região. O caso dos produtos agropecuários é um dos pontos cruciais na efetivação dos acordos.

b) O desenvolvimento da indústria nacional e novas tecnologias.

Uma característica importante da industrialização tem sido sua incapacidade de atender as necessidades geradas pela expansão industrial, o que tem exigido um vínculo estreito com empresas estrangeiras para aquisição dos insumos e a transferência de tecnologia. Como mostra o caso do México e dos países do Mercosul, reconhecendo as diferenças que os países do bloco apresentam, a estratégia usada pelo governo para superar este problema tem sido aumentar a produtividade e a competitividade do setor manufatureiro através do fortalecimento do vínculo entre as empresas nacionais e multinacionais.

Enquanto no México isto se evidencia, em particular, através da *"maquila"*. No Brasil esta estratégia vai crescendo na Zona Franca de Manaus, na Amazônia brasileira. Os acordos comerciais têm fortalecido esta tendência, com regras comerciais regionais. Ou seja, as empresas que produzem no México podem usar insumos de qualquer país signatário do acordo comercial sem ter de usar insumos mexicanos. Isto tem favorecido o esquema da *"maquila"* no México e tem enfraquecido a proteção da indústria mexicana, que depende de insumos importados. Este esquema da *"maquila"* tem-se baseado na exploração da mão-de-obra barata, especialmente de mulheres.

Nos países do Mercosul, o maior problema é a precariedade das condições de emprego, salários e o sustento dos setores trabalhistas. São eles que têm sofrido, em maior medida, os efeitos desta pressão *"flexibilizadora dos mercados"*, gerada pela mundialização da economia. No setor agro-industrial de produtos lácteos e derivados, por exemplo, é relevante mencionar que, entre 1994 e 1997, 571 empresas fecharam as portas, o que representa a metade dos postos de trabalho perdidos.

Este processo de redução do número de empresas inclui ramificações que têm conseguido se inserir com êxito em um novo marco da competição, a exemplo do ramo de produtos lácteos. As vendas da principal empresa deste setor aumentaram 29% entre 1990 e 1997, período em que foi reduzido em 22% o pessoal das fábricas e em 21% o número de produtores neste ramo (a grande maioria composta de pequenos produtores).

De que maneira os acordos comerciais incluirão e tratarão a problemática das novas tecnologias? Este é um dos pontos - chave na busca da superação da pobreza e ao mesmo tempo das desigualdades de gênero. Um elemento fundamental neste sentido é a transferência de tecnologias e a forma como estas poderão chegar até as mulheres.

c) Os acordos de propriedade intelectual.

Um aspecto que vem provocando preocupação geral e, de modo especial, às mulheres, é a negociação de direitos de propriedade intelectual sobre os produtos derivados da biodiversidade. Neste sentido, tanto a produção de transgênicos (vegetais, animais ou humanos) como a patente de produtos biológicos e genéricos relacionados com as pesquisas sobre reprodução humana, estão sendo definidas em acordos comerciais. As conseqüências para a saúde (caso dos medicamentos genéricos), para a alimentação, a soberania alimentar e a autonomia dos produtores agrícolas para gerarem suas próprias sementes, estão em debate num dos três grupos de negociação existentes dentro das negociações da União Européia / Mercosul. É necessário que se conheçam estes temas, já que seus efeitos estão começando a ser sentidos na produção agrícola de diversos países do Sul.



17. Reconhecer as assimetrias entre países e gêneros para reduzir as diferenças existentes, especialmente naqueles setores importantes para as mulheres.

Os acordos comerciais firmados pelo México e Mercosul não têm reconhecido as desigualdades entre as partes, e menos ainda entre os gêneros.

A União Européia é o principal sócio comercial do Mercosul, tanto em termos de volume de importações (33% de todas as importações do Mercosul em 1997) e de exportações (30% do total de exportações da região neste mesmo ano). O investimento estrangeiro direto da União Européia para o Mercosul também tem aumentado consideravelmente nos últimos anos (de US\$ 650 milhões em 1993 para US\$ 7,9 bilhões em 1997). O interesse por investimentos na região tem crescido de maneira significativa dentro da comunidade européia, sobretudo em setores como serviços e agroindústria.

Se agregarmos a estas cifras de "dinamismo econômico" uma vontade política clara de fazer da colaboração econômica um poderoso instrumento na luta contra a pobreza e a desigualdade, o resultado seria outro. Lamentavelmente, os acordos de livre comércio não têm significado uma melhora nas condições de vida da cidadania, menos ainda das mulheres, especialmente se somarmos a isto o problema dos programas de ajuste estrutural e a crescente dívida externa que põem de joelhos as economias dos países do Mercosul e do México. Problemas como mudanças nos hábitos de consumo, cortes nos gastos sociais e médico, migrações causadas pela mudança de localização das fábricas, têm aumentado a carga sobre as mulheres e as comunidades afetadas. Em seus quase 10 anos de vida, o Mercosul se transformou no quarto bloco comercial mundial e no processo mais bem sucedido de integração na América. Seu Produto Interno Bruto - PIB, é superior a US\$ 1 bilhão, representa a metade da população latino-americana e um terço das transações comerciais da região. Segundo os índices da Eurostat, em 1997, 52% das exportações da União Européia para a América Latina se destinaram a este mercado, do qual se originaram 49% das exportações da UE procedentes desta região.

Por outro lado, na perspectiva do Mercosul a UE é atualmente o maior sócio comercial, para onde seguiram 23,1% de suas exportações e de onde vieram 26% de suas importações em 1998, superando claramente os Estados Unidos, que são o segundo sócio comercial do bloco. No entanto, a balança comercial continua favorecendo à UE. Isto se deve ao tipo de comércio e às restrições que a Europa mantém para a entrada dos produtos agrícolas sul-americanos, os quais seguem sendo a pauta básica das exportações do Mercosul. Evidentemente, aqui se concentram as maiores dificuldades para o aprofundamento dos acordos bi-regionais. Isto indica um primeiro desequilíbrio marcado pelo peso relativo do comércio em cada contexto. A ele soma-se a evidente assimetria em termos de '*igualdade de condições*' nas trocas, em razão do pouco valor agregado e à restrita gama de produtos que conseguem entrar na UE.

18. Os acordos devem contribuir para equiparar as condições de trabalho às dos países desenvolvidos que investem no México e no Mercosul.

Uma das vantagens comparativas do México e do Mercosul com relação aos seus sócios comerciais europeus reside em uma oferta de mão-de-obra barata e na penalização da sindicalização, que permitiria a defesa dos direitos trabalhistas. Por exemplo: em 1997, enquanto o custo por hora de mão-de-obra nos Estados Unidos era de US\$ 17,20, a média na UE era de US\$ 12,00 e no México chegava somente a US\$ 1,51. A agroindústria de exportação também tem respondido à demanda com jornadas mais intensas de trabalho e baixos salários, para competir no âmbito internacional. Ao lado da alta oferta de trabalhadores e trabalhadoras, isto tem contribuído para a utilização do contrato por empreitada, que implica em longas jornadas de trabalho e em grande instabilidade econômica.

Nos casos de reconversão industrial, caracterizada por uma alta incorporação das mulheres no mercado de trabalho, a tendência à masculinização dos postos de trabalho já têm sido notadas no Brasil e na Argentina. Isto ocorre porque, à medida em que o setor empresarial adota formas de organização do trabalho que exigem polivalência funcional de determinado nível técnico que as mulheres não possuem, estas perdem suas antigas "*vantagens comparativas*" (ou seja, a eficiência e produtividade em certas tarefas manuais que exigem precisão e destreza), e tendem a ser substituídas pelos homens nas etapas mais modernizadas do processo produtivo.

A partir dos casos estudados e comentados no documento original, se pode concluir que a revalorização da mão-de-obra qualificada tornou aguda a segregação ocupacional de gênero, assim como a vulnerabilidade da mão-de-obra feminina ao não ser melhor qualificada. Em consequência, a situação social e trabalhista das mulheres não tem melhorado de maneira substancial. Ao contrário, assistimos agora a uma nova forma de segregação, que facilitará em certos casos a capacitação da mão-de-obra masculina para que esta produza mais e por menor custo, limitando ao mesmo tempo as possibilidades de trabalho das mulheres ao não permitir uma capacitação que as permita competir em igualdade de condições no mercado de trabalho nacional.

19. As políticas e os acordos comerciais devem inscrever-se no fundamento dos direitos.

Os direitos são entendidos em sua definição mais ampla (econômicos, sociais, políticos, civis, culturais), em torno da qual têm-se acordado em diferentes conferências e convênios internacionais promovidos pela ONU e pela OIT. O entendimento destes direitos não devem ir contra estes acordos internacionais, mas ao contrário, devem levar em conta o direito das pessoas em conseguir um melhor nível de vida através do trabalho e ter em vista o comércio como um meio e não como um fim em si mesmo. Esta nova concepção deve ter como prioridade o desenvolvimento humano e a equidade de classe e gênero.

20 – NÃO à contínua violação dos direitos das mulheres trabalhadoras.

Até agora, os acordos comerciais não têm levado em conta os direitos econômicos e sociais das mulheres e homens. No caso do México e do Mercosul, a violação dos direitos trabalhistas é ampla, particularmente para as mulheres, as quais enfrentam a discriminação do trabalho, que limita suas possibilidades de ascender a empregos melhor remunerados e à capacitação. A violação dos direitos das mulheres trabalhadoras por

parte das “*maquiladoras*”-mulheres trabalhando na maquila- (provas de gravidez e assédio sexual) é um fato documentado no México.

21. Os acordos devem servir para corrigir as desigualdades de toda ordem, em especial as desigualdades de gênero.

Se bem que no AMIC e no Mercosul se mencione a conservação do meio ambiente e a promoção dos direitos sociais fundamentais, a superação das desigualdades de gênero é, apesar disso, a grande ausente. A Declaração do Rio de Janeiro, firmada na Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado da Europa e América Latina, em junho de 1999, contém uma série de referências a respeito, em especial o artigo n.º 15, que reafirma a plena igualdade de gênero como parte inalienável, integral e indivisível de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, na qual os governos se comprometem a incorporar uma perspectiva de gênero nas políticas públicas de seus respectivos países.

22. Identificar os setores econômicos que signifiquem oportunidades reais de progresso para as mulheres.

As associações empresariais não assumem a existência da discriminação de gênero mesmo quando, em muitos casos, se trate de uma linha de produção dominada pela mão-de-obra feminina e pela presença majoritária de pequenas empresárias. A produção industrial e agora o comércio, especialmente destinado ao mercado externo, continuam sendo considerados ou percebidos como atividades masculinas.

23. Promover o empresariado feminino que mantenha a preocupação pela responsabilidade social e incentive o respeito aos códigos de conduta e os direitos trabalhistas.

24. Apoiar as entidades de mulheres que possam interferir nas associações empresariais.

Interferência através de capacitações e da pressão política para a incorporação da perspectiva de gênero nos projetos e programas implementados. Isto pode se transformar numa forma concreta para facilitar a presença dos interesses das mulheres nos processos produtivos vinculados aos acordos comerciais.

25. Elaborar políticas de apoio a programas de capacitação, facilitando opções de formação profissional para as mulheres em diversos setores da produção.

26. Apoio a linhas de crédito e financiamento para iniciativas produtivas que promovam um comércio justo e que sejam lideradas por mulheres empreendedoras.





SUA BOCA... FUNDAMENTAL

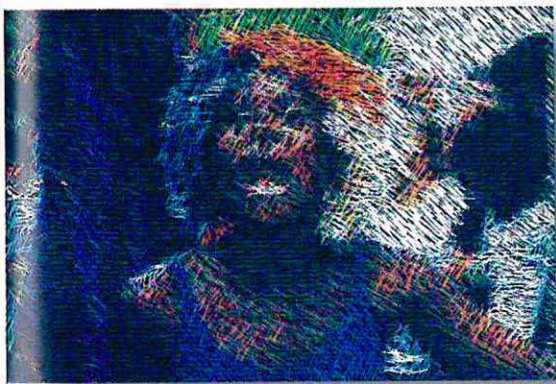
YOUR MOUTH, FUNDAMENTAL



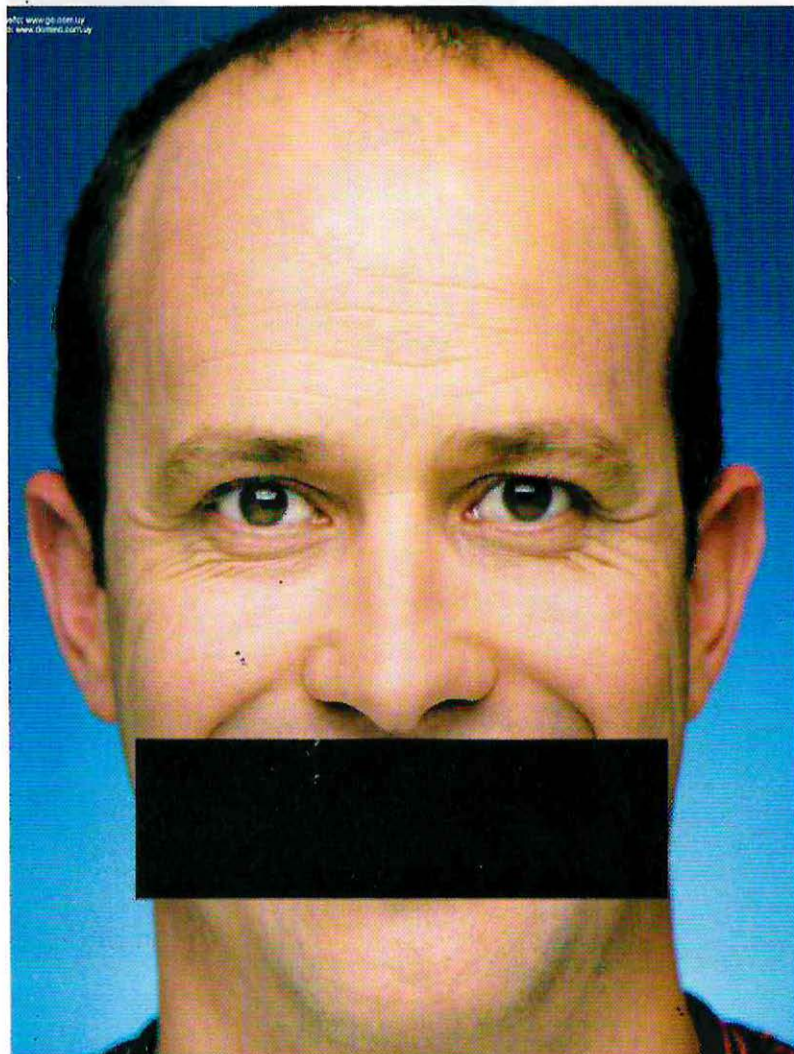


SUMATE

www.mujeresdelsur.org.uy





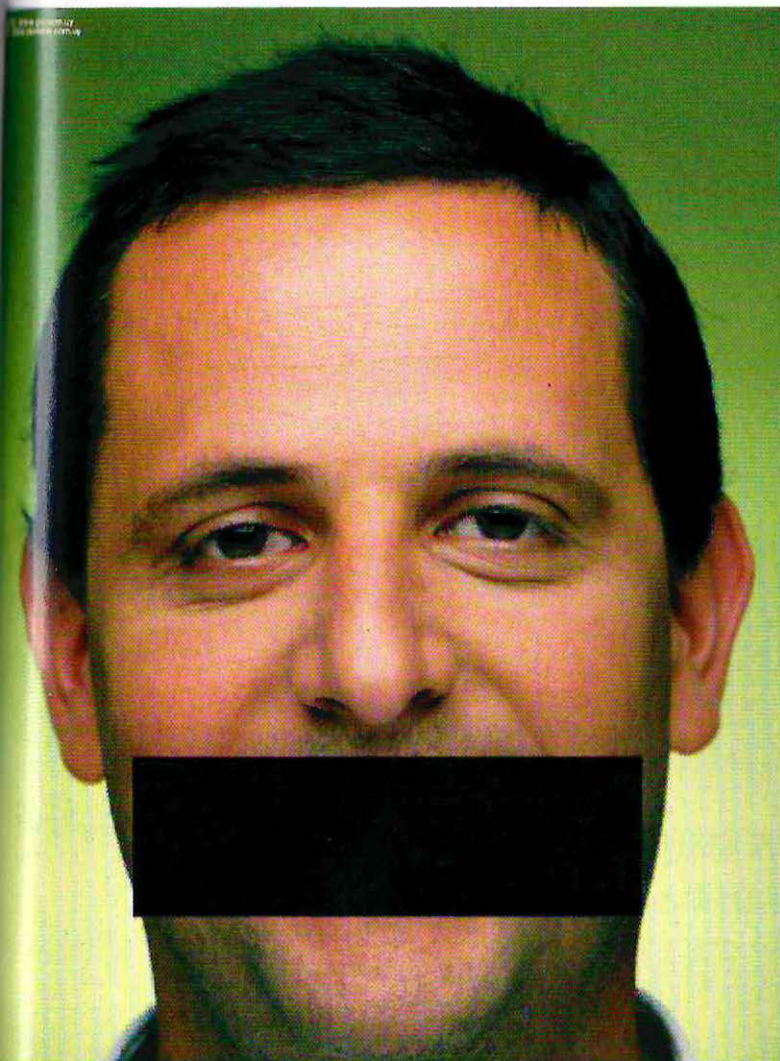


tu **boca** fundamental contra los fundamentalismos
 las que pierden más derechos con los fundamentalismos son las mujeres
 vos... ¿no vas a decir nada?



tu **boca** fundamental contra los fundamentalismos
 las que pierden más derechos con los fundamentalismos son las mujeres
 vos... ¿no vas a decir nada?





tu **boca** fundamental contra los fundamentalismos
las que pierden más derechos con los fundamentalismos son las mujeres
vos... ¿no vas a decir nada?



tu **boca** fundamental contra los fundamentalismos
las que pierden más derechos con los fundamentalismos son las mujeres
vos... ¿no vas a decir nada?



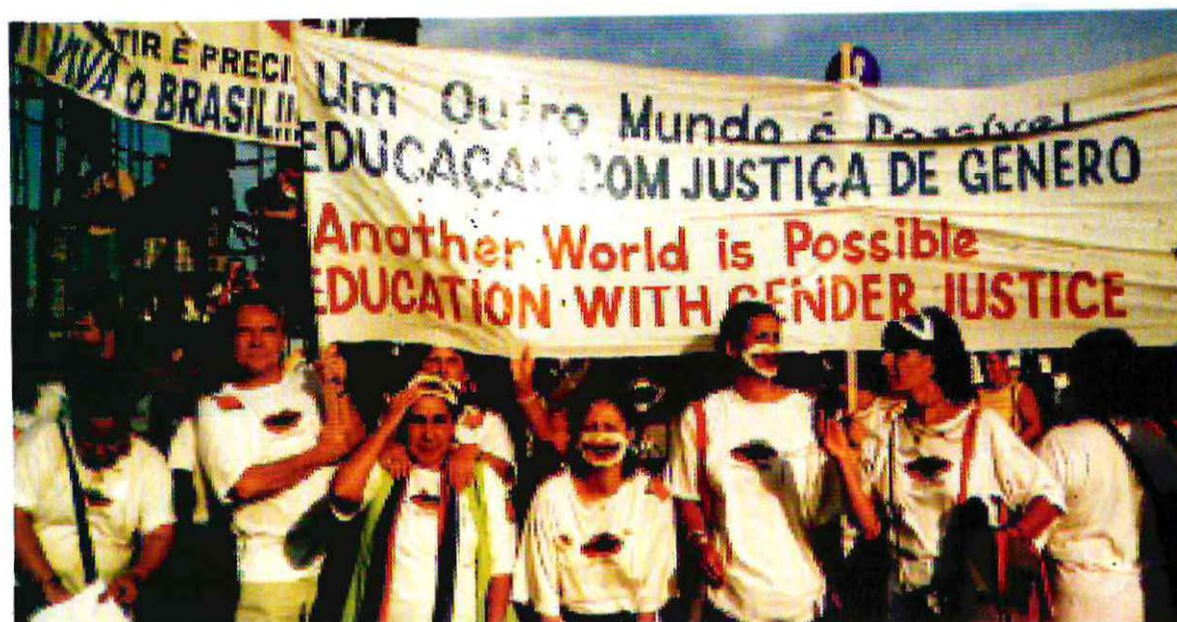


tu boca

fundamental

contra los
fundamentalismos



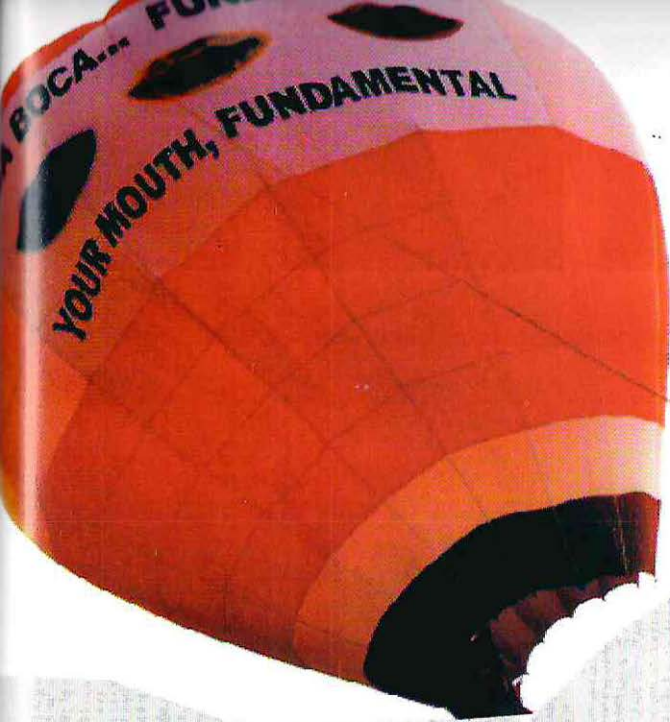


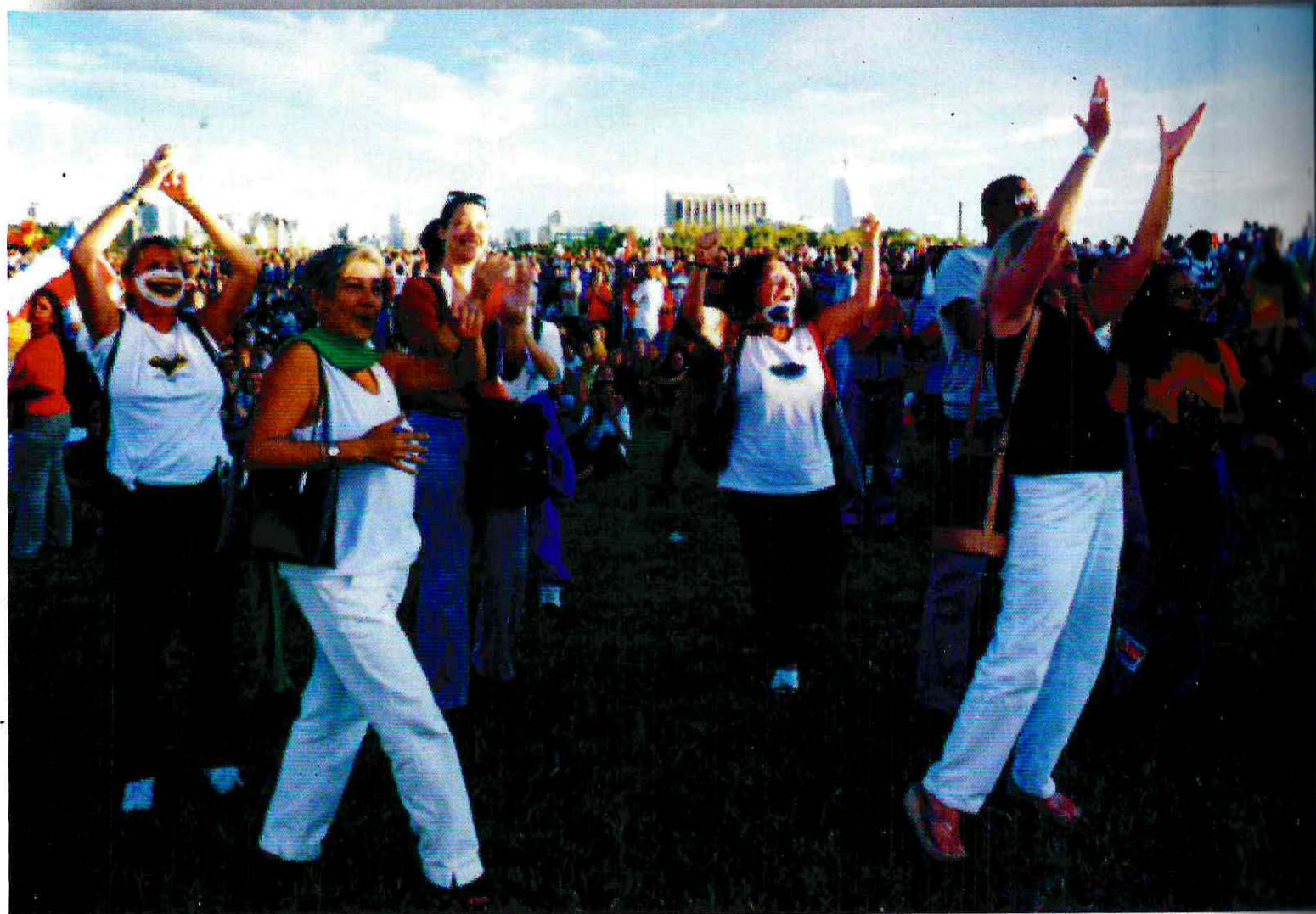














?

